

**REVISTA  
DO  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA  
E  
HISTÓRIA MILITAR  
DO  
BRASIL**



**ANO 83 N° 113 1° SEM. 2024**

**ISSN 0020-3890**



## SUMÁRIO

### EXPEDIENTE

O IGHMB foi fundado em 7 de novembro de 1936. Órgão Consultivo Oficial dos Assuntos de Geografia e História Militar reconhecido pelo Decreto nº 27.512, de 26 Nov 1949, e Órgão de Utilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro pela Lei nº 2.217, de 28 Ago 1973.

Representante do Brasil na Comissão Internacional de História Militar

#### Presidente do IGHMB

Gen Bda Márcio Tadeu Bettega Bergamo

#### Diretor e editor da Revista do IGHMB

Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

#### Secretário do IGHMB

Cel Cláudio Luiz de Oliveira

#### Conselho Editorial

Prof. Dr. Sebastião Amoêdo de Barros

Prof. Dr. Manoel Rolph de Viveiros Cabaceiras

Cel Prof. Dr. Carlos Roberto Carvalho Daróz

Cineasta Prof. Ms. Daniel Mata Roque

Sede no Clube Militar

Av. Rio Branco, 251 – Centro

20040-009 Rio de Janeiro-RJ

Brasil

[ighmb.org.br](http://ighmb.org.br)

[revista@ighmb.org.br](mailto:revista@ighmb.org.br)

2 – Editorial

4 – Poucos contra muitos: dos defensores de Massada ao tenente Antônio João

Israel Blajberg

21 – Opção imperial: disputas e escolhas na construção do Império do Brasil

Daniel Mata Roque

43 – Saliente da morte: o ataque a gás e o batismo de fogo da Força Expedicionária Canadense na Segunda Batalha de Ypres (1915)

Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

79 – Dois mestres/artistas e pintores que figuraram as respectivas experiências da guerra

Cel Diogo Velez

92 – JK, o médico da Força Pública Mineira

Cel PM Flávio Antônio Silva Augusto

146 – A criação da Força Expedicionária Brasileira

Ten Cel Giovanni Latfalla

129 – Operações Psicológicas: o uso da propaganda para mobilização nacional no Brasil e a contrapropaganda da FEB contra as tropas nazifascistas na Itália

Ten Cel PM André Luís Woloszyn

180 – Resenha - *Para além da Campanha da Itália*

Wilson de Oliveira Neto

A Revista do IGHMB é um periódico científico para difusão acadêmica, não possui fins lucrativos e não pode ser comercializada. Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

O uso de imagens (fotos, desenhos, mapas etc) deverá observar rigorosamente as prescrições da legislação referente aos direitos autorais, e as respectivas fontes citadas. No caso de imagens protegidas, os autores deverão possuir as respectivas permissões de uso, entregando uma cópia para arquivo do IGHMB.

Estão autorizadas as transcrições integrais ou parciais das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte. Por imposição do espaço, a redação do artigo poderá receber pequena modificação, sem alterar o seu entendimento e a sua compreensão.

## Editorial

É com profunda satisfação que apresentamos mais uma edição da Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Desde sua concepção, nosso periódico científico tem como objetivo primordial a divulgação de pesquisas nos campos da história militar, geografia, geopolítica, relações internacionais e ciências afins. Com um compromisso inabalável com a qualidade acadêmica, buscamos reunir trabalhos de pesquisadores de alto nível, promovendo assim a disseminação do conhecimento e fomentando o debate intelectual no âmbito dessas disciplinas tão relevantes para a compreensão do mundo contemporâneo.



O presente exemplar da revista é um ponto de convergência para estudos que abrangem desde os primórdios da Antiguidade até os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial, proporcionando uma visão abrangente e contextualizada das transformações que moldaram as sociedades e as estratégias militares ao longo da história.

Ao explorar esse vasto panorama temporal, não apenas enriquecemos a historiografia militar, mas também contribuimos para uma compreensão mais profunda da cultura e das dinâmicas sociais que influenciaram os conflitos e as relações entre os povos ao longo dos séculos.



Cada artigo, cada pesquisa publicada em nossa revista, representa um avanço no campo do conhecimento. São contribuições que ampliam nossa compreensão dos eventos passados e suas implicações no presente, fornecendo olhares valiosos para a formulação de políticas públicas, estratégias militares e tomadas de decisão em âmbito internacional. Mais do que um repositório de informações, a Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil é uma ferramenta essencial para a construção do saber, um espaço onde o diálogo entre diferentes perspectivas e abordagens enriquece o debate acadêmico e estimula a produção de conhecimento inovador.

Ao longo de suas edições, nossa revista tem se destacado pela excelência de seus conteúdos e pela relevância de suas contribuições para o campo da pesquisa em história militar e áreas correlatas. Cada número reflete o esforço coletivo de

uma comunidade acadêmica comprometida com a produção de conhecimento de elevada qualidade, refletindo assim o compromisso do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil com a promoção da excelência acadêmica e a valorização do pensamento crítico.

Neste sentido, convidamos todos os interessados em história militar, geografia, geopolítica, relações internacionais e ciências afins a se juntarem a nós nesta jornada de descoberta e aprendizado. Que esta edição possa inspirar novas reflexões e contribuições, consolidando assim o papel da nossa revista como uma referência indispensável para todos aqueles que buscam compreender as complexas interações entre o passado, o presente e o futuro das sociedades humanas.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

**Carlos Daróz – Coronel**  
Doutor em História  
Editor da Revista do IGHMB.

# Poucos contra muitos: Dos defensores de Massada ao tenente Antônio João

Israel Blajberg <sup>a</sup>

**Resumo:** A história universal registra as epopeias de poucos contra muitos, batalhas assimétricas travadas por lutadores libertários, seja em Massada, no Gueto de Varsóvia, na revolta de Spartacus, seja na resistência do tenente Antônio João, contra inimigos poderosos. No ano 70 d.C., os romanos destruíram o templo sagrado de Jerusalém, determinando o início da diáspora, com a consequente opressão e sofrimentos que se seguiram, como a Inquisição, os *pogroms*, e o maior de todos os crimes, o Holocausto, que ceifou as vidas de 6 milhões de judeus. A poderosa Roma não existe mais; o povo judeu vive. A queda de Jerusalém e de Massada parecia sinalizar a derrota total do povo judeu. Entretanto, passaram-se dois milênios e retornaram os hebreus à Terra Prometida. Massada reviveu como monumento de elevado significado, enquanto os opressores de todos os tempos, dos romanos aos nazistas desapareceram na poeira dos tempos. Pelo capital simbólico que guarda similaridade com a epopeia de Massada, cabe destacar nesse texto o paralelo com o episódio heroico onde tombou o bravo tenente Antônio João Ribeiro, o “herói de Dourados”, o qual teve morte gloriosa comandando seu pelotão frente ao inimigo paraguaio, muito superior em número, e melhor armado.

**Palavras-chave:** Judeus, Massada, Guerra da Tríplice Aliança, Guerra assimétrica.

Massada é uma primitiva e imponente fortaleza natural de pedra em um penhasco localizada a 5 quilômetros do Mar Morto, cidadela real localizada em um planalto escarpado a 400 metros

de altura em meio ao deserto da Judéia, próximo de Jerusalém, sendo um dos pontos turísticos mais visitados de Israel. No passado era um local de difícil acesso pela chamada “Trilha da Co-

---

<sup>a</sup> Engenheiro e professor. Associado titular emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



bra”, que serpenteava ao longo da encosta, cuja íngreme subida era recomendada de ser realizada nas primeiras horas da manhã, para evitar o sol forte do deserto. Hoje é um parque nacional administrado pela Autoridade de Monumentos de Israel, com toda infraestrutura necessária, incluindo um teleférico, com o bondinho suspenso em cabos que facilita o acesso, auditórios, exposições, lojas de souvenirs, restaurantes<sup>1</sup>.

Paradoxalmente, a beleza

natural da região e as magníficas ruínas da fortaleza associam a tragédia à beleza, escondendo uma história dramática e horripilante de heroísmo, desespero e destruição, quando 15.000 homens da X Legião de Roma se concentraram naquele ponto perdido em meio ao deserto contra um punhado de judeus, que ainda resistia obstinadamente em manter a sua independência e religião, e não ser apenas mais uma província de Roma. Ao optarem pelo *Kidush Hashem*, a morte

Fig. 1 - Vista aérea de Massada, vendo-se ao fundo o Mar Morto e a Jordânia, e à esquerda o quadrilátero que marca o local de antigo acampamento romano.



Fonte: Acervo do autor



em santificação do nome divino, quando não puderam mais resistir, Massada se tornou cenário de uma das cenas mais dramáticas da história judaica.

No ano 70 d.C., os romanos destruíram o templo sagrado de Jerusalém, determinando o início da diáspora, a dispersão dos judeus pelo mundo, com a consequente opressão e sofrimentos que se seguiram, como a Inquisição, os cruéis *pogroms*<sup>2</sup>, e, finalmente, o maior de todos os crimes, o holocausto, que ceifou as vidas de 6 milhões de judeus.

Entretanto, a luta contra as legiões romanas não cessou totalmente, pois um grupo de 960 rebeldes zelotes, judeus ultranacionalistas também conhecidos como sicários, tomou posição no antigo Palácio do Rei Herodes, “o Grande”, no topo da montanha de Massada, no início da revolta dos judeus contra os romanos, em 66 d.C., dominando a guarnição romana de Massada, onde resistiram à X Legião *Fretensis*, comandada pelo general Lucius Flavius Silva (Flávio Silva) até o ano 73

d.C., continuando a luta pela independência.

Era a situação clássica até hoje descrita nos manuais militares: os defensores detêm a vantagem da altura, ficando os atacantes com o ônus de escalar a montanha a descoberto. Assim, os judeus de Massada liderados por Eliezer ben Yair, conseguiram fazer frente aos romanos por três anos, graças ao suprimento de alimentos e víveres deixado em Massada pelo Rei Herodes, e a um engenhoso sistema de gravidade que captava a água da chuva no inverno e a armazenava em cisternas, que podem ser observadas até os nossos dias. As provisões se mantinham perfeitamente conservadas por décadas, face ao ar puro e seco da região.

A história universal registra as epopeias de poucos contra muitos, em batalhas assimétricas travadas por punhados de lutadores libertários contra impérios poderosos e suas máquinas de guerra muito mais avantajadas. Os séculos vão passando, os



exemplos se sucedendo, desde Massada até os bravos e desesperados combatentes do Gueto de Varsóvia, passando pela luta dos escravos liderados pelo gladiador Spartacus, e séculos depois, pelo tenente Antônio João e seu punhado de comandados enfrentando as tropas paraguaias.

Todos estes bravos tinham consciência que suas chances eram mínimas, para não dizer inexistentes, não obstante, falava mais alto o sentimento de resistência à opressão, o mesmo que animou Tiradentes, no dizer de Tancredo Neves, “aquele herói enlouquecido pela liberdade”<sup>3</sup>.

Os defensores de Massada sabiam que não poderiam manter-se indefinidamente com suas famílias entrincheirados naquele bastião de resistência na crista topográfica da montanha, ainda que possuíssem suprimentos abundantes de comida e enormes cisternas para armazenar água, com uma localização estrategicamente ideal para sustentar a posição.

Os romanos não tinham pressa, cercaram implacavelmente a fortaleza, construindo grandes acampamentos militares na base da montanha e uma rampa de acesso para permitir que suas tropas e catapultas tivessem acesso às muralhas de Massada.

Restos dos acampamentos e da rampa ainda podem ser vistas até hoje do alto de Massada, testemunho das habilidades de engenharia militar das legiões romanas. Também as pedras lançadas pelas catapultas são encontradas em meio à fortaleza.

A história, contada pelo historiador Flavius Josefus (37-103 d.C.), o “judeu de Roma”, é que o líder dos sicários, Eliezer ben Yair, percebeu que era apenas uma questão de tempo até que os romanos rompessem as muralhas.

Ele reuniu seus comandados e fez uma preleção inspiradora, sugerindo o suicídio em massa de todos, negando assim a vitória aos romanos. Josefus, nascido Yosef ben Matityahu em uma família sacerdotal, tornou-se





depois cidadão romano. Embora não esteja claro como Josefus, que passou para o lado dos romanos, soubesse dos detalhes, ele “transcreveu” o discurso de Eliezer em sua obra *A guerra dos judeus*, a única fonte escrita sobre Massada que chegou aos nossos dias:

[...] há muito tempo decidimos jamais sermos servos dos romanos, nem de nenhum outro senão do próprio D’us<sup>4</sup>, que é o único, verdadeiro e justo Senhor da humanidade. Fomos os primeiros a nos revoltar e somos os últimos a lutar contra eles; só depende de nós morrer bravamente como homens livres. Que nossas esposas morram antes de serem abusadas, e nossos filhos antes de terem sofrido a escravidão [...]<sup>5</sup>

A princípio, Josefus participou da revolta contra os romanos no ano 66 d.C. Após suas tropas serem derrotadas, foi levado a Roma, onde recebeu a cidadania romana sob o nome Flavius, lá vivendo até morrer, sendo considerado um oportu-

nista pelos próprios correligionários judeus. De qualquer modo, além da Bíblia, seus escritos são uma fonte de informações sobre os judeus e romanos de seu tempo, e personagens como Pilatos, Agripas e Herodes, tendo sido confirmados na Era Moderna, com as descobertas arqueológicas de Qumram e Massada, especialmente no que tange a guerra dos judeus contra os romanos.

Corria o ano de 73 d.C. Jerusalém havia sido destruída três anos antes, em 70 d.C. Os defensores sabiam que o fim estava se aproximando. Podiam acompanhar a aproximação constante ao penhasco pela obra da rampa de terra sendo construída pelos próprios escravos judeus capturados quando da queda de Jerusalém. Sabiam que não apenas seriam mortos, mas provavelmente seriam barbaramente torturados, e os eventuais sobreviventes vendidos como escravos.

Era apenas uma questão de tempo para que o inimigo conseguisse adentrar a fortaleza. Eram



15.000 homens fortemente armados, dispondo de grandes catapultas e estrategistas de guerra. Ademais, o governador romano Flávio Silva havia decidido acabar com este posto avançado de resistência de uma vez por todas, determinado a não permitir que um pequeno grupo de judeus desafiasse o poderio do maior império da época.

Na véspera da invasão, Eliezer Ben Yair ordenou que todos os bens dos judeus, com exceção dos alimentos, fossem destruídos, para que a comida intacta testemunhasse que, ao morrer, os defensores não estavam passando necessidade, preferindo morrer a serem escravizados.

Massada foi revelada ao mundo pelas pesquisas arqueológicas de 1963-65. O local foi escavado pela primeira vez com auxílio de jovens voluntários de Israel e do exterior, comandados pelo grande arqueólogo israelense general Yigal Yadin, que foi o segundo chefe do estado-maior geral das FDI - Forças de Defesa de Israel. Após passar para a

reserva, o mesmo tornou-se um afamado arqueólogo, profissão já exercida por seu pai.

As equipes arqueológicas recuperaram as estruturas construídas por Herodes na segunda metade do século I a.C., como enormes depósitos, uma grande casa de banhos, e o complexo do Palácio Ocidental completo, com a Sala do Trono e a Vila Suspensa de três andares, decoradas com colunatas, trabalhos em estuque, mosaicos finos e afrescos em cores vivas. Tudo nas obras de Herodes era feito com gosto pelo luxo e pela sofisticação, além da perfeição nos detalhes. Os achados – cerâmica, moedas, utensílios de osso, vasos de pedra macia, cestaria, sandálias de couro e até tranças de cabelo humano – testemunhavam a vida simples dos zelotes religiosos engajados na luta contra o imperialismo romano.

Há algumas evidências circunstanciais para o pacto de suicídio acordado pelos zelotes. Yadin encontrou centenas de cacos de cerâmica de argila com



nomes hebraicos inscritos, com vários símbolos ao lado dos nomes. Há conjecturas de que esses cacos foram utilizados em sorteios para decidir quem mataria os outros, quem seria morto e quem restaria para cometer suicídio. Por exemplo, em um saco onde havia 10 cacos, um seria sorteado para matar os outros nove e em seguida se suicidar.

Portanto, ao invés de se renderem e se tornarem escravos dos romanos, os defensores escolheram, então, o suicídio em massa, episódio controverso da história judaica, algo teoricamente injustificado perante a *Halachá*<sup>6</sup>, que privilegia a vida humana acima de tudo. Foi a alternativa escolhida para evitar a escravidão, tortura ou morte, ou talvez o pior de tudo a seus olhos, serem forçados a cometer *Avodá Zará*<sup>7</sup> diante dos ídolos pagãos romanos, eles que eram os herdeiros do monoteísmo de Abraão e Moisés.

Um precedente trágico pode ser encontrado no Talmud, em relato da época da destruição do

templo pelos romanos. Quatrocentos meninos e meninas estavam sendo levados cativos para Roma, a fim de serem prostituídos. As crianças perceberam e resolveram se afogar, para alcançar a vida eterna no *Olam haBá*<sup>8</sup>. Os comentários do Talmud<sup>9</sup> indicam que os meninos e meninas seguiram os mandamentos religiosos ao cometer suicídio. Era o mesmo caso dos zelotes, pois os romanos os torturariam para forçá-los a cometer atos de idolatria, imoralidade sexual e derramamento de sangue. Cometer suicídio para evitar tal degradação seria, então, apropriado pela Lei Judaica.

Na cultura israelense moderna, as ações dos zelotes são consideradas heroicas e corajosas. O mito de Massada determinou sua escolha como um dos locais onde os recrutas das FDI fazem um juramento marcante na crença e na fé do soldado de Israel, recebendo suas boinas no cume da fortaleza a luz de tochas. A tradição foi criada pelo general Moshe Dayan, quando chefe do



estado-maior geral das FDI, determinando que todos os recrutados que concluíssem o treinamento básico realizassem uma marcha a pé até Massada e prestassem o juramento neste local emblemático. “Massada não cairá outra vez” tornou-se um slogan não oficial das FDI, e mesmo nacional, com a história dos zelotes sendo imortalizada em livros, filmes e canções.

Mais tarde na época das Cruzadas, muitos judeus na região da Renânia foram assassinados pelos cruzados e muitos foram torturados até se submeterem ao batismo. As crônicas registram que vários judeus cometiam suicídio para evitar serem torturados para praticar apostasia, atos justificados por numerosos rabinos judeus medievais da época. Essa justificativa, certamente, poderia ser aplicada a Massada, especialmente porque eles estavam entre os últimos redutos da rebelião contra o Império e não podiam esperar misericórdia das legiões romanas.

Em 1969, os restos mortais dos mártires de Massada encontrados no local, foram solenemente sepultados em cerimônia oficiada pelo general rabino Shlomo Goren, então capelão-chefe das FDI, mais tarde rabino-chefe do Estado de Israel. Em uma análise legal detalhada do suicídio coletivo, o rabino chegou à conclusão de que os zelotes estavam devidamente autorizados pela Lei Judaica, pois, se alguém está nas mãos de um inimigo cruel prestes a matá-lo durante a guerra ou coagi-lo a cometer graves transgressões, como adoração de ídolos, imoralidade sexual ou derramamento de sangue, é correto que ele escolha morrer por suas próprias mãos, em vez de cair nas mãos do inimigo.

Massada, entretanto, não seria a última batalha, conforme relata o general Yigal Yadin em sua obra-prima *Bar-Kokhba: the rediscovery of the legendary hero of the second Jewish Revolt against Rome*<sup>10</sup>. Em 132-135 d.C. uma segunda grande revolta foi



liderada por Shimon Bar Kochba (“filho da estrela”). Com apoio espiritual do rabino Akiva, conseguiu libertar Jerusalém por mais dois anos, derrotando duas poderosas legiões romanas até que ele próprio foi derrotado. Esta foi a última vez que os judeus tiveram seu próprio país independente na Terra Santa, até a criação do moderno Estado de Israel em 1948. Julius Servus foi o comandante das legiões que suprimiram a revolta da Fortaleza de Betar, próxima a Jerusalém, sob o comando de Bar Kochba, a última a cair. Adriano, o imperador romano da época, destruiu então totalmente Jerusalém antes de reconstruí-la e batizá-la de *Aelia Capitolina*, com os judeus passando a serem proibidos de entrar na cidade, o que vigorou de 135 até 438 d.C..

A data da queda de Betar no calendário lunar hebraico corresponde ao dia 9 do mês de Av<sup>11</sup>, sendo marcada ao longo dos séculos por uma série de eventos trágicos na história do povo judeu. Foi neste dia que os

babilônios destruíram o primeiro Templo, em 587 a.C., e que o segundo Templo foi destruído pelos romanos em 70 d.C.

Diversas tragédias marcaram a história judaica e da humanidade em 9 de Av: em 1492, os judeus foram expulsos da Espanha; em 1914 iniciou-se a Primeira Guerra Mundial; em 30 de julho de 1940, Himmler apresentou a “solução final” para o “problema judaico”; em 1942, os nazistas começaram a deportação dos judeus do Gueto de Varsóvia, na Polônia. Na década de 1950, nesse dia, ocorreu o primeiro grave acidente aéreo com uma aeronave civil israelense. Um avião da El-Al chocou-se contra uma montanha na Europa, não havendo sobreviventes entre os quase cem passageiros e tripulantes.

9 de Av é uma das datas religiosas mais importantes do calendário judaico, dia de luto fechado e jejum. Consta também na tradição judaica que o futuro Messias da casa de David, que virá para redimir a humanidade,



nascerá em um 9º dia do mês de Av. O povo de Israel reza pelo menos três vezes por dia para que tal aconteça, muito em breve, nos nossos dias. Quando isso ocorrer, o dia mais triste do calendário judaico se transformará no mais alegre dos dias, pois o Messias é que vai construir o terceiro Templo Sagrado de Jerusalém, a morada de D'us na Terra. Das sete portas da Cidade Santa de Jerusalém, existentes na muralha que rodeia a cidade, uma está permanente fechada. Ela vai se abrir para o Messias passar e seguir para o cemitério do Monte das Oliveiras, onde ressuscitará os mortos, razão pela qual os judeus não devem ser cremados, pois para tanto um pequeno osso existente no pescoço precisa estar preservado. Jesus Cristo, que era judeu e rabino teve a visão do Templo sendo destruído, com a cidade em chamas queimando, pois era profeta. O lugar de onde teve essa visão existe até hoje, e de lá se tem uma bela visão total da cidade murada, a Cidade Santa (*Ir há*

*Tiká*). Este ponto de observação chama-se, portanto, *Dominus Flebit* (o Senhor chorou).

Segundo o historiador Eli Birnbaum, poucas personalidades do judaísmo foram tão enigmáticas e controvertidas quanto Bar Kochba, Para alguns estudiosos, foi um herói, que, apesar da situação desesperadora, tentou unir o povo judeu e derrotar a opressão de Roma. Para outros, foi um indivíduo egocêntrico com ilusões messiânicas de grandeza. Três anos após o início da revolta, Bar Kochba comandou seus soldados em direção a Jerusalém, reconquistando a cidade de onde, com o título de *Nassi* (príncipe), proclama o restabelecimento da independência do Estado judeu.

Moedas cunhadas na época (132 d.C.) trazem símbolos religiosos judaicos e inscrições como: “Segundo ano da liberdade de Israel” e “Libertação de Jerusalém”. A derrota fez com que o Império reavaliasse a gravidade da situação e a ameaça que a vitória judaica representava para o seu poderio. A partir de então,



o imperador Adriano mandou seus melhores generais e mais poderosas legiões para a luta. Nada menos que 10 legiões, com cerca de 100 mil homens completamente equipados com armamento sofisticado para a época, com seus corpos de infantaria e cavalaria.

O povo judeu passou por inúmeros percalços ao longo dos séculos, depois de Massada. Outra guerra assimétrica aconteceu há 80 anos, entre os judeus da Europa e a Alemanha Nazista, com todo seu poderio, contra civis judeus desarmados, incluindo idosos, mulheres, crianças, até recém-nascidos. Sem nenhuma defesa nem ajuda, ainda assim tentaram resistir. Apesar de 6 milhões de baixas, esta guerra foi vencida pelo povo judeu. Enquanto o pretense III Reich que deveria durar 1.000 anos desapareceu encoberto pela pátina do tempo, o povo de Israel continua sua caminhada de quase seis mil anos, tendo afinal vencido, a um alto custo em vidas humanas, mas podendo, hoje, levantar bem

alto sua bandeira azul-e-branco de liberdade.

Há alguns anos, arqueólogos descobriram em Jerusalém fragmentos das muralhas do aquartelamento da então aguerrida X Legião Romana, enviada pelos Césares para invadir a Terra Santa. E onde está a famosa X Legião, com seus guerreiros, lanças, espadas e catapultas? Resposta – desapareceu para sempre há quase 20 séculos. Nada restou, além daqueles pedaços de pedra enterrados na Jerusalém de Ouro, capital do moderno Estado de Israel, iluminado pela luz da Torá.

De tempos em tempos são descobertos, às vezes acidentalmente, achados arqueológicos, relíquias daquela época. Este ano foi o caso de dezenas de tijolos apresentando selos da X Legião Romana. Tais tijolos provavelmente foram usados no piso de um prédio público ou de um forno que ficava em uma casa de banho e era usado pelos soldados da legião romana. A X Legião Romana chegou à Terra de Israel



no ano 6 a.C. e ajudou a estabelecer o controle romano da Judeia. Entre os anos 66-70 d.C., lutou contra os rebeldes judeus na Galileia, no deserto da Judeia e na área de Jerusalém, até a destruição da cidade e do Templo. Entre os anos 132 e 135, participou da repressão à rebelião de Bar Kochba, tendo sofrido pesadas perdas. Permaneceu na Judeia até o final do século III, deixando para trás prédios públicos e acampamentos militares.

Hitler também tentou destruir os seguidores da Lei de Moisés, era a encarnação de Amalek, assim como Haman da Pérsia. Todos desapareceram, sem conseguir abalar a eternidade de Israel. Mas antes de serem reduzidos a pó, nos buracos negros dos desvãos da história universal, muito sofrimento infligiram a tantos povos, mormente ao povo judeu, alvo de uma ideologia equivocada.

Os nazistas se reuniram na Conferência de Wansee, onde planejaram a “solução final”, erradicar com o apoio dos seus

infames colaboradores, 11 milhões de pessoas, os herdeiros espirituais dos hebreus, aprisionados na Europa ocupada, um crime hediondo que eles nomeavam de “problema judeu”. No início em caminhões fechados, depois fuzilamentos, mas era muito lento, a munição cara. Então o infame e macabro gênio germânico engendrou um processo industrial de transporte para as câmaras de gás, com o Zyklon B, e a disposição final nos fornos crematórios, como se fosse um matadouro. Um crime imperdoável e imprescritível, que desafia a compreensão humana, e que para todo o sempre será lembrado como um extremo a que o homem pode chegar, e que atingiu também o nosso amado Brasil, vitimando 2.500 de nossos patrícios, passageiros, tripulantes e marinheiros de nossos navios da Marinha Mercante e Marinha do Brasil, torpedeados pelos submarinos do Eixo, e os bravos soldados da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que tombaram na Itália.





Na Era Moderna, o Gueto de Varsóvia foi uma repetição do episódio de Massada. Em Varsóvia, o combate foi até a morte. Em Massada o suicídio coletivo foi a opção ao combate até a morte. Do ano 70 d.C. até 1948 os judeus permaneceram na diáspora durante quase dois milênios. Coube aos jovens enclausurados no Gueto de Varsóvia, muitos menores de idade, dos movimentos juvenis, quebrar o ciclo terrível e voltar a lutar pela própria vida e pelas vidas de suas comunidades. Infelizmente, ainda hoje no Estado de Israel, continua existindo a opção existencial: derrotar o inimigo ou ser exterminado.

Pela similaridade com a epopeia de Massada, cabe destacar nesse texto o paralelo com o feito heroico onde tombou o bravo tenente Antônio João Ribeiro, o “herói de Dourados”, o qual teve morte gloriosa diante do inimigo paraguaio. Antônio João nasceu em Poconé em 1823 e morreu em Dourados, a 29 de dezembro de 1864 contando 41

anos, como herói da Guerra da Tríplice Aliança, comandante da Colônia Militar dos Dourados, na então Província do Mato Grosso. Desde 1980 é o patrono do Quadro Auxiliar de Oficiais (QAO) do Exército Brasileiro.

O mês de dezembro de 1864 entraria para a história do Brasil quando aquele tenente de Cavalaria, à frente de um pequeno efetivo de 15 homens, liderou a defesa da colônia diante das tropas invasoras paraguaias, em número muitas vezes superior. Ao tomar conhecimento da aproximação do inimigo, mandou evacuar os civis e resistiu até sucumbir em combate, derrotado pela fuzilaria paraguaia. Antes de morrer, enviou ao seu comandante a seguinte mensagem, que se tornou célebre: "Sei que morro, mas o meu sangue e o dos meus companheiros servirá de protesto solene contra a invasão do solo de minha Pátria".

O monumento aos Heróis de Laguna e Dourados na Praia Vermelha, Rio de Janeiro, recorda o sacrifício da própria vida, hon-



rando o juramento. Antônio João engrandeceu o corpo de oficiais do Exército Imperial, com seu exemplo de comprometimento com a Pátria, grandeza moral e desprendimento com a própria vida. Em 24 de novembro de 2023 completaram-se 200 anos do nascimento deste herói brasileiro.

A poderosa Roma não existe mais; o povo judeu vive. A queda de Jerusalém em 70 d.C., e três anos depois de Massada, parecia sinalizar a derrota total do povo judeu. Entretanto, o “povo eleito”, no dizer da Bíblia, suportou muitas Massadas, muitas Cruzadas e muitas perseguições. Voltaram os hebreus à Terra Prometida, e, mais uma vez, escalaram Massada, mas esperando que a antiga fortaleza dos zelotes continue sendo apenas um local turístico, uma maravilha arqueológica e que a paz venha para toda humanidade. Os filhos da luz venceram os filhos das trevas<sup>12</sup>.

## BIBLIOGRAFIA

BECHER, Mordechai. The Jews on Masada faced a tragic dilemma: surrender and become slaves to the Romans, or commit suicide and deprive the Romans of their victory? *Aish*, 25 jun. 2023. Disponível em <<https://aish.com/masada-in-jewish-law-and-ethics>>. Acesso em 12 dez 2023.

DANI, Sérgio Ulhoa. Por que continuarmos pobres e dependentes, mais de duzentos anos depois de Tiradentes? *EcoDebate*, Rio de Janeiro, 18 dez. 2007. Disponível em <<https://www.ecodebate.com.br/2007/12/18/por-que-continuarmos-pobres-e-dependentes-mais-de-duzentos-anos-depois-de-tiradentes-artigo-de-sergio-ulhoa-dani/>>. Acesso em 29 nov. 2023.

FEUER, Avrohom Chaim; FINKLEMAN, Shimon. Tishah B'Av, texts, readings and insights: a presentation based on Talmudic and traditional sources. New York: Mesorah Publications, 1992.

JOSEFO, Flávio. *A guerra dos judeus*. São Paulo: Pillares, 2022.



JOSEFO, Flavio. *História dos hebreus: de Abraão à queda de Jerusalém*. Rio de Janeiro: CPAD, 2004.

JOSEPHUS, Flavius. *The complete works of Josefus*. Philadelphia: Porter & Keates, 1990.

ROITBERG, José. *Roitblog*. Disponível em <https://roitblog.blogspot.com/>. Acesso em 2 dez. 2023.

SOLOVEICHIK, Meir. The Story of the Jews, #4: Masada's Fall and Rise. *Aish*, 2 abr. 2023. Disponível em <https://aish.com/the-story-of-the-jews-4-masadas-fall-and-rise/>. Acesso em 12 dez 2023.

VASCONCELLOS, José Alberto. Tenente Antônio João Ribeiro: o herói de Dourados. *O Tuiuti*, Porto Alegre, n. 426, abr. 2023.

YADIN, Yigael. *Bar-Kokhba: the rediscovery of the legendary hero of the second Jewish Revolt against Rome*. Minneapolis: University of Minnesota, 1971.

## NOTAS

<sup>1</sup> Nota do autor - Era janeiro de 1968. Aluno do 5º Ano da então Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil embarquei para Israel decorridos apenas sete meses da Guerra dos Seis Dias, com um grupo de 30 jovens voluntários, para colher laranjas em um *kibbutz*. Foi a minha primeira e mais longa (dois meses) de muitas viagens que depois se sucederiam a Israel. Os meses de janeiro e fevereiro na Terra Santa, com direito a escalas em capitais europeias na volta foram, sem dúvida, assaz enriquecedores. Muitas visitas foram realizadas, das quais Massada foi marcante. Chegamos ao Albergue da Juventude no sopé da montanha de Massada já no final da tarde da sexta-feira, ou seja, no começo do *Shabbat*, o sábado judaico, dia de descanso em que tudo para, não havendo ônibus nem lojas abertas durante 24 horas. Dormimos no albergue, único hotel das proximidades, acordando cedinho para enfrentar a subida íngreme, que hoje leva apenas cinco minutos de teleférico. Subimos a montanha de madrugada para evitar o sol forte, embora fosse inverno. Havia muito poucos visitantes além do nosso grupo. O local acabara de ser aberto ao público, após as expedições arqueológicas da década de 1960. E, no ano seguinte,



1969, ocorreriam as cerimônias de sepultamento dos restos humanos dos defensores da fortaleza lá descobertos. Naquele tempo a infraestrutura era quase inexistente. Até água tivemos que levar. Na volta, descendo a montanha, fomos “condenados” a passar o sábado no meio do nada, pois o próximo ônibus para Jerusalém só apareceria no final do *Shabbat*, ou seja, sábado de noite. Hoje, passado mais de meio século da nossa visita, a região é plena de hotéis, restaurantes, e a proximidade do Mar Morto, com grande movimentação turística, possibilita a realização de passeios conjuntos aos dois locais. Anos depois retornamos a Massada, já sob a administração estatal, quando verificamos o quanto de melhorias foram introduzidas, e as centenas de turistas que esperavam para subir na fila do teleférico. Na lojinha, comprei uma réplica de vaso em argila, e um caco de cerâmica, ambos utilizados nos sorteios para escolher quem iria matar e quem iria morrer. O nome hebraico inscrito era Elazar Ben-Yair, o comandante da revolta.

<sup>2</sup> Palavra de origem russa, que significa ataque indiscriminado contra populações judaicas motivado pelo antisemitismo.

<sup>3</sup> DANI, Sérgio Ulhoa. Por que continuamos pobres e dependentes, mais de duzentos anos depois de Tiraden-

tes? *EcoDebate*, Rio de Janeiro, 18 dez. 2007. Disponível em <<https://www.ecodebate.com.br/2007/12/18/por-que-continuarmos-pobres-e-dependentes-mais-de-duzentos-anos-depois-de-tiradentes-artigo-de-sergio-ulhoa-dani/>>. Acesso em 29 nov. 2023.

<sup>4</sup> Conforme observa Josefo, “o nome do Eterno não pode ser escrito, pela sua sacralidade”.

<sup>5</sup> JOSEFO, Flávio. *A guerra dos judeus*. São Paulo: Pillares, 2022.

<sup>6</sup> Codificação das leis religiosas judaicas

<sup>7</sup> Do hebraico, idolatria

<sup>8</sup> Do hebraico, mundo vindouro

<sup>9</sup> Compilação dos ensinamentos, interpretações e discussões a respeito da Torá, a Bíblia judaica.

<sup>10</sup> YADIN, Yigael. *Bar-Kokhba: the rediscovery of the legendary hero of the second Jewish Revolt against Rome*. Minneapolis: University of Minnesota, 1971.

<sup>11</sup> Do hebraico, *Tisha B’Av*, feriado religioso. A data é móvel no Calendário Gregoriano.

<sup>12</sup> Nota do autor - Ao terminar a redação deste artigo, aproximando-se o final de 2023, não poderíamos deixar de mencionar o brutal ataque terrorista sofrido por Israel em outubro. Isso porque ele se insere no espírito deste texto, ou seja, a luta de poucos (Israel)



---

contra muitos (inimigos de Israel), conforme refere o próprio título deste trabalho. Pois Israel é um pequeno pontinho no mapa-múndi, cercado por mais de 50 países árabes, persa e muçulmanos, quase todos francamente hostis, que pregam sua destruição. Em última análise, a Guerra de Gaza tem como pano de fundo este bloco de mais de um bilhão de habitantes, confrontado bravamente por meros 10 milhões de israelenses (entre os quais há dois milhões de árabes), como se fossem David contra Golias. No entanto, se a história judaica continuar se repetindo (e a história é como um bobo... se repete... se repete... se repete..., já dizia Balzac), *Hamas*, *Hizbalá*, *Houthis* e outros polos de terror acabarão por fracassar, juntando-se a lista imemorial onde figuram mais recentemente Hitler, Goebbels, Nasser, Saddam Hussein, Khadafi e tantos outros. Aqueles que procuraram destruir os judeus causaram muito sofrimento e morte, mas nenhum deles sobreviveu ao povo judeu, desde Amalek até Hitler, passando pelos faraós, persas, gregos, babilônios, helenos, cossacos e tantos outros, hoje esquecidos na história. O Arco de Tito, por exemplo, virou apenas uma antiguidade para ser vista pelos turistas. O *Hamas* também desaparecerá na poeira do tempo, e muito depois dele ter se esfumado,

---

continuaremos sendo o “povo do Livro”.

# Opção Imperial: Disputas e escolhas na construção do Império do Brasil

Daniel Mata Roque <sup>a</sup>

**Resumo:** O presente artigo busca levantar na historiografia sobre o processo de Independência do Brasil as disputas sobre a forma de governo que se estabeleceria no novo país, através da monarquia constitucional, e, principalmente, as razões da chamada opção imperial, quando a elite intelectual e política buscou unidade, territorial e simbólica, com a excêntrica escolha de construir um império. **Palavras-chave:** Império do Brasil, Memória, Representação, Bicentenário da Independência do Brasil.

## INTRODUÇÃO

Ao nos aproximarmos, em 2022, do Bicentenário da Independência do Brasil, observando as celebrações pensadas, programadas e discutidas, passamos a refletir sobre a importância própria do ato de celebrar esses marcos temporais e, assim, comemorar. A celebração do aniversário, da data magna constituidora da Nação, é sempre um período de reflexão sobre a iden-

tidade nacional, a memória coletiva, as características que, afinal, nos fazem brasileiros. Reflexão sobre o passado tanto quanto sobre o futuro.

Benedict Anderson, ao definir a Nação como uma “comunidade política imaginada”<sup>1</sup>, justifica que ela é imaginada “porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos

---

<sup>a</sup> Cineasta e memorialista, mestre em História. Associado Titular Emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



tenham em mente a imagem viva de comunhão entre eles”<sup>2</sup>. Podemos acrescentar que essa ideia de comunhão se estende, na imaginação, não apenas aos membros contemporâneos da Nação, mas também a todos aqueles que nela já viveram e morreram. Ou seja, estende-se, essencialmente, à história e aos personagens históricos. A historiadora Lúcia Lippi diz que os variados conceitos de nacionalismo foram definidos de acordo com os “problemas que cada nação enfrentou ao procurar a realização de um destino comum, que proporcionasse à sua população uma auto-identificação e um sentido de pertencimento”<sup>3</sup>, sentimento que é construído baseado em uma identificação cultural, social, geopolítica e de um passado comum.

A compreensão sobre o tipo de nação que se pretendia criar em 1822 partindo das ideias de nossos “pais fundadores”, elite política e intelectual que projetou e agiu, atravessa necessariamente a escolha de forma e sis-

tema de governo, a moderna monarquia constitucional, mas merece especial atenção a nomenclatura imponente: Império do Brasil. Essa escolha, aparentemente resultado de múltiplas razões e mentes, parece estar relacionada a uma série de diferentes suportes teóricos, que procuraremos levantar e analisar a fim de compreender essa excêntrica opção imperial.

## **OPÇÃO IMPERIAL**

Afinal, quando e onde, exatamente, teria surgido a inusitada ideia de formar um império? Cumpre reforçar que o Brasil não chegou a 1822 como uma colônia, mas desde 1815 fora elevado ao estatuto de Reino do Brasil, integrando sob a coroa de D. João VI o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve. Quando da Independência, portanto, passamos não de colônia, mas de reino a império. Formalmente, aliás, a geógrafa Therezinha de Castro sustenta que nunca tivemos o estatuto jurídico de colônia, mas



sim Estado do Brasil e, no século XVII, Principado do Brasil<sup>4</sup>. A opção em 1822 não seria tornar-se, mas manter-se um reino. Criou-se, no entanto, nosso império tropical no Novo Mundo.

Os brasileiros, ao contrário de qualquer outro território americano, conviviam já há treze anos em certa proximidade com seu monarca e com uma realidade de corte e realidade (particularmente, é claro, no Rio de Janeiro). A monarquia, no Brasil, era realidade. Mas, se a tradição não fez vingar a república, alterou formalmente elementos da estrutura.

A ideia de que a opção por tornar-se um império, em detrimento de continuar um reino, foi gestada de fato apenas nas semanas posteriores ao Sete de Setembro pode ser corroborada pelos decretos que falam sobre a Bandeira Nacional neste ano de 1822: o Decreto de 18 de setembro de 1822, o primeiro a criar símbolos nacionais no país independente e do qual falaremos novamente mais adiante, menci-

ona a “emancipação política” do “Reino do Brasil” e prevê que o escudo d’armas e a Bandeira Nacional do mesmo “Reino do Brasil” tenham uma “coroa real”. Após a aclamação (12 de outubro) e a coroação (1º de dezembro) de D. Pedro I, “os povos” optam “com a maior espontaneidade” por “elevá-lo” a imperador e a mesma data de 1º de dezembro traz novo decreto, para que a coroa real “seja substituída pela Coroa Imperial, que lhe compete, a fim de corresponder ao grau sublime e glorioso em que se acha constituído este rico e vasto continente”<sup>5</sup>.

O historiador Yuval Noah Harari diz que um império clássico, “para se qualificar para essa designação é preciso dominar um número significativo de povos distintos, cada um com seu próprio território e identidade cultural. Quantos povos exatamente? Dois ou três não são suficientes”<sup>6</sup>. Ainda, “impérios são caracterizados por fronteiras flexíveis e um apetite potencialmente ilimitado”. O Brasil do século XIX





certamente não atendeu a esses "requisitos teóricos" para ser um império, mantendo um Estado de característica basicamente europeia (extremamente portuguesa, claro) e católica, aliadas a uma estabilidade democrática não expansionista e com razoável liberdade de culto (particularmente no Segundo Reinado), sem subdivisões expressivas identificando um determinado território com determinada cultura separado de outro território com outra cultura, apesar do evidente e crescente multiculturalismo generalizado da população.

Procuramos destacar três fatores centrais para justificar a construção teórica e prática desta opção imperial, agrupando determinadas linhas de pensamento que não são exaustivas e tampouco concorrentes entre si, mas absolutamente complementares.

## OS POVOS

Começamos com o chamado "mito das três raças" (branca,

negra e indígena). Essa ideia da união de raças parece ter sido sinônimo, no Império, de união de povos distintos, não necessariamente criando um único povo miscigenado. Daí a opção pelo império, corpo político que demonstra "uma união de múltiplos reinos ou povos diferentes"<sup>7</sup>. A multiplicidade de povos do império ganharia expressão formal em 1824.

Com uma visão moderna e liberal, a construção do império tropical caminhou para a instalação de uma Assembleia Constituinte em 1823, com eleições indiretas em todas as províncias do vasto e heterogêneo território. O projeto que José Bonifácio planejou para guiar a constituinte incluiria, por um lado, "promover a mestiçagem" e "integrar o indígena", ao mesmo tempo que previa "civilizar povo e elite segundo padrões europeus", construindo "na América uma nação de padrão tal qual vira na Europa"<sup>8</sup>. Bonifácio enviou o projeto à Assembleia Constituinte, incluindo uma proposta para



o fim da escravidão, desagradando poderosos proprietários de terra. Foi uma das principais razões que levaram a sua demissão, prisão e exílio, na crise geral que culminou na autoritária dissolução da Assembleia Constituinte e na outorga da Carta de 1824 diretamente pelo imperador, prometida como “duas vezes mais liberal”, embora fruto de uma ação absolutista<sup>9</sup>.

Nessa Constituição, nossa primeira e mais duradoura Carta Magna, o soberano é titulado imperador “por Graça de Deus e unânime aclamação dos Povos” (no plural e com inicial maiúscula). A frase seguinte diz que o juramento à Constituição foi requerido “pelos Povos deste Império” (novamente no plural e em maiúscula). A visão em que o povo brasileiro é tratado “num interessante plural”<sup>10</sup>, mencionando-se sempre “os povos”, atravessa todo o período monárquico e está presente nos discursos oficiais, nas falas dos monarcas e na estrutura formal do Império. A título de comparação, no

preâmbulo da Constituição de 1891, nossa primeira Carta Magna republicana, a primeira frase é “Nós, representantes do povo brasileiro” (no singular e com letra minúscula). Essa mesma frase seria usada na Constituição de 1988, quatro constituições depois, ainda no singular. Parece que apenas durante o Império houve essa visão formal de união de diferentes povos.

É possível, ainda, uma interpretação mais objetiva da pluralidade de povos no Brasil: o coletivo das representações políticas de então, estruturadas basicamente em câmaras municipais (então chamadas Senado da Câmara) nas cidades e vilas, única instituição oficial à época organizada a partir de eleições. Cada Câmara representaria um povo, o povo daquela localidade? Pela heterogeneidade do país (e, conseqüentemente, de suas câmaras), as interpretações, em um primeiro momento, não nos parecem excludentes.

Embora se usasse a imagem da “união pacífica”, não significa-



va entrosamento fácil. "Amalgamação muito difícil será a liga de tanto metal heterogêneo, [...] em um corpo sólido e político"<sup>11</sup>. É evidente que, na prática, a consolidação nacional de um país recém-formado e com dimensões continentais, ainda bem pouco integrado, escravocrata e semianalfabeto, com um frequente e justificado medo de uma guerra civil que resultasse em fragmentação territorial, como na vizinha América espanhola, não se fez com facilidade e seguiu-se a Guerra de Independência e diversos conflitos locais. "As divergências regionais e as tensões sociais foram sufocadas à custa de guerras, prisões, exílios e perseguições"<sup>12</sup>, desconstruindo o persistente mito da "Independência pacífica", "acordo de pai para filho". Segundo a historiadora Mary del Priore, biógrafa de José Bonifácio, a amplitude e a estabilidade do novo império, uma monarquia constitucional, permitiria "que os conflitos fossem negociados e resolvidos dentro das instituições"<sup>13</sup>, sem "ter-

ror ou confrontos armados", reforçando que, estes conflitos sangrentos, Bonifácio "os viu, em Paris", em 1790.

## UM VASTO IMPÉRIO

Outro fator a se considerar na opção imperial era a vastidão territorial do Brasil, hoje o quinto maior país do mundo e conservando quase a mesma extensão territorial de 1822, elemento que ajudava a construir a visão de um "vasto império" partindo do "novo mundo", pensamento que estava há tempos presente no imaginário político e literário luso-brasileiro. Essa expressão aparece antes mesmo da Independência, e não necessariamente com viés emancipatório, mas em referências informais ao "império português", este sim um imenso domínio político, espalhado por quatro continentes, com diversas regiões e povos distintos, mas com o título de reino unido, acrescido de "d'aquém e d'além mar, etc". O



historiador José Theodoro Menck destaca que o então príncipe regente D. João, "na proclamação redigida para explicar a transferência da sua Corte [de Lisboa para o Rio de Janeiro, em 1807-1808], dizia que vinha criar em terras americanas um novo império"<sup>14</sup> e, ao desembarcar na Bahia, pela primeira vez em solo brasileiro, teria sido saudado como imperador<sup>15</sup>. No mesmo ano de 1808, com a fundação em Londres do *Correio Braziliense*, considerado o primeiro jornal brasileiro, Hipólito José da Costa "inaugurou a seção que denominou Miscelânea com um artigo chamado 'Pensamentos vagos sobre o novo Império do Brasil'"<sup>16</sup>. Era "a utopia do grande império"<sup>17</sup> lusitano: Portugal colonial, na prática um imenso império ultramarino, tinha o título formal de reino, e o Brasil, na prática um extenso reino, passou a ostentar o título de império.

Um mês antes do 7 de setembro, no manifesto que o príncipe regente D. Pedro endereçou

em 6 de agosto de 1822 às nações amigas, em que enumera uma série de críticas à administração portuguesa historicamente e, principalmente, às Cortes Constituintes de então, cujo texto historiadores atribuem à autoria de José Bonifácio, surge novamente esta dicotomia reino x império, não propriamente no aspecto político, mas evidentemente territorial: "Porventura ser a Bahia província do pobre e acanhado reino de Portugal, quando assim pudesse conservar-se, era mais do que ser uma das primeiras do vasto e grandioso Império do Brasil?"<sup>18</sup>. A menção à Bahia, onde a Guerra de Independência seria mais sangrenta e se estenderia até julho de 1823, ilustra também claramente a luta contra a fragmentação territorial, que então tanto se temia, e as possibilidades de grandeza financeira e certo destino histórico para um país de área tão abrangente e variada.

É interessante observar que essa opção imperial, já incomum na época e principalmente na



região, parece ter causado preocupação nas novas repúblicas vizinhas (que recebiam pretensões expansionistas do imperialismo brasileiro) e certa surpresa internacional, mesmo em jornais e autores que, como visto, já usavam a expressão “império”. É o caso, por exemplo, de Hipólito José da Costa em seu *Correio Braziliense*, periódico de grande alcance e apoiador da causa da Independência: “Temos, pois, o Brasil erigido em novo Império e o seu monarca com o título de imperador; e sem nos demorarmos sobre a fórmula escolhida para designar o monarca, passaremos a considerar os efeitos reais da independência do Império do Brasil [...]”<sup>19</sup>

Mas foi preciso justificar na Europa o Império do Brasil. O escritor Rodrigo Otávio, nas celebrações realizadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro durante o Centenário da Independência (1922), registra especificamente que, por proclamar-se imperador e não rei, D. Pedro teria encontrado mais

dificuldades no reconhecimento internacional: “Essa bravata do Brasil menino que, com perfeita segurança de sua grandeza futura, se arrogava, desde logo, o título que ele contava que lhe seria legítimo um dia, irritou os soberanos dos grandes impérios da Europa”.<sup>20</sup>

Nas instruções enviadas por Luiz José de Carvalho e Mello, sucessor de José Bonifácio como Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, aos diplomatas brasileiros que deveriam negociar o reconhecimento do novo Império pelas potências europeias, a partir de 1823, a escolha imperial se dera “por certa delicadeza com Portugal; por ser conforme às ideias dos brasileiros; pela extensão territorial; e finalmente para anexar ao Brasil a categoria que lhe deverá competir no futuro na lista das outras potências do continente americano”<sup>21</sup>.

Desde o princípio, fica claro, as razões são múltiplas e complementares. Destacamos ainda a ideia de “certa delicadeza com



Portugal”, reforçando politicamente a ideia de que D. Pedro não queria usurpar o trono do pai e substituí-lo, rompendo laços, mas que criava nova figura simbólica e política, a de imperador, justamente para atender “às ideias dos brasileiros”.

No acordo em que Portugal reconheceu a independência do Brasil, assinado em 1825, D. João VI fez questão de conservar para si o título, na prática honorário, de imperador do Brasil. Segundo o Visconde de Porto Seguro, o ministério português defendeu essa exigência real como uma “questão de dignidade nacional” e, ainda, que o assenhorar-se desse título deveria preceder ao reconhecimento da independência, que ficaria assim concedida aos brasileiros pelo próprio Imperador do Brasil, isso é, D. João VI<sup>22</sup>. O embaixador de Portugal responsável pela negociação do reconhecimento da Independência do Brasil, o inglês sir Charles Stuart, ainda teria tentado antes convencer D. Pedro I a substituir o título de imperador pelo de rei

do Brasil, ouvindo de emissários que seria “infrutuosa qualquer tentativa nesse sentido”<sup>23</sup>. Portugal, então, insistiu em transformar D. João VI em imperador: “Foram desagradáveis ao Imperador [D. Pedro I] as primeiras impressões que recebeu, ao ter notícias das estranhas exigências de Portugal, para efetuar o reconhecimento: achou ridícula a pretensão de guardar [D. João VI] o título de Imperador [...]”<sup>24</sup>, registra Porto Seguro, e afirma que “lutaram o Imperador e seus negociadores palmo a palmo contra a concessão do título de Imperador [do Brasil a D. João VI]”<sup>25</sup>

[...] não duvidou [D. Pedro I] a tratar do assunto com o negociador [sir Charles Stuart], começando nesse mesmo dia [19 de junho de 1825] e seguindo nos dias 22 e 23, objetando desde logo a concessão da adoção por el-rei [D. João VI], seu pai, do título de Imperador, que supunha aclamação e que poderia ser levado a mal pelos seus súditos do Brasil. Por fim, chegou o im-



perador a dizer que tomasse el-rei o título, se isso era de seu gosto, mas sem necessitar consentimento da parte dele Imperador [...]<sup>26</sup>

Ao final, prezando pela concórdia e pelo fim do conflito militar, D. Pedro I acedeu ao “capricho” do pai e concordou com o uso do título imperial pelo rei de Portugal, embora tenha conseguido que, no tratado formal, assinado em 29 de agosto de 1825 no Rio de Janeiro, o reconhecimento da Independência do Brasil preceda, no texto, ao título brasileiro que “reserva para sua pessoa” D. João VI, “transferindo de sua livre vontade a soberania do dito império [do Brasil] ao mesmo seu filho [D. Pedro I], e seus legítimos sucessores”<sup>27</sup>.

Na opinião de José Bonifácio, Patriarca da Independência do Brasil e, por ocasião da assinatura do tratado em 1825, já afastado do governo e antagonizado com D. Pedro I, “a soberania nacional [brasileira] recebeu um coice na boca do estômago, de que não sei se morrerá ou se

restabelecerá com o tempo”, chamando de “farsa” e “galantaria jocosa” o fato de “conservar João Burro [referência a D. João VI] o título nominal de imperador, e ainda mais de convir nisso o P. Malasartes [referência a D. Pedro I]!”<sup>28</sup>

Apesar do incômodo, o fato se prolongaria pouco: com a morte de D. João VI no ano seguinte e a consequente assunção do trono de Portugal por D. Pedro, I do Brasil e IV de Portugal, seguida de sua rápida abdicação em favor da filha, o título imperial seria retirado da apresentação dos monarcas portugueses definitivamente.

## **ESCOLHIDO, NÃO DIVINO (TAMBÉM MAÇOM E NAPOLEÔNICO)**

O terceiro fator que destacamos na opção imperial (e talvez o mais profundo, complexo e importante) é o seu caráter de escolha. Segundo o clássico historiador Oliveira Lima, “o título



de imperador correspondia aliás a uma ideia de escolha, eleição ou sagração popular que se coadunava com o espírito democrático do país<sup>29</sup>, fórmula que por isso satisfaria, por algum tempo, até as correntes republicanas brasileiras. Portanto, na ausência de uma hereditariedade dinástica (embora mantivesse um monarca da Casa de Bragança, o país estava diante de um trono recém-criado) e quando a alegação do direito divino já representava "fetiches do passado", a aclamação de um imperador (que o Congresso de Viena reconhecera em 1815 não como superior, mas equiparado à dignidade real) combinava-se com o aspecto de formação nova e de união de variadas forças políticas, já que "a dignidade imperial é essencialmente eletiva", comparando Oliveira Lima a aclamação de D. Pedro I ao título imperial que, no mesmo sentido, "[Napoleão] Bonaparte recebera por votação"<sup>30</sup>.

Segundo o historiador Max Fleiuss, já na noite de 7 de setembro, após o Grito do Ipiranga,

ao comparecer ao Teatro da Ópera, em São Paulo, D. Pedro foi "delirantemente" aplaudido e aclamado espontaneamente por alguns dos presentes. O cônego Ildefonso Xavier Ferreira teria dado vivas "ao primeiro Rei brasileiro", ao passo que o alferes Tomás de Aquino e Castro o teria aclamado "seu primeiro Imperador". Ainda segundo Fleiuss, D. Pedro gostou mais da aclamação do alferes, "mandando chamá-lo a seu camarote e felicitando-o vivamente pela inspiração poética, que melhor se vinha casar à sua aspiração política de herdeiro da coroa"<sup>31</sup>.

Mary del Priore reforça a ideia de escolha popular e a influência napoleônica, já que "D. Pedro foi sagrado e coroado não rei, mas imperador do Brasil, para mostrar que, apesar do direito monárquico, também fora eleito pelo 'povo'"<sup>32</sup>, inspirando-se em Napoleão, "que admirava". Napoleão, por sua vez, tornara-se imperador da França em 1804 influenciado pelo espírito da tradição romana. A cerimônia de





coroação de D. Pedro I, realizada na já renomeada Capela Imperial em 1º de dezembro e coordenada por José Bonifácio e outros conselheiros próximos do novo imperador, foi inspirada nas tradições do já extinto Sacro Império Romano-Germânico e nas inovações francesas de Napoleão Bonaparte<sup>33</sup>, momento em que “investiu-se muito no cerimonial da realeza brasileira e no estabelecimento de determinadas memórias”<sup>34</sup>. O novo imperador, além de coroado, foi ungido e sagrado por D. José Caetano da Silva Coutinho, bispo do Rio de Janeiro, resgatando um costume de religiosidade estatal já abolido em Portugal.

Reforçando a influência teórica, vemos outra inovação importante do império de Napoleão que foi seguida no novo império tropical: a criação, pelo novo imperador D. Pedro I, de uma nobreza não hereditária, fundada na meritocracia e no reconhecimento pessoal. Nas palavras da historiadora Lilia Schwarcz, vê-se uma “subversão fundamental”,

uma nobreza que “não consistia em prerrogativa de nascimento, era galardão e prêmio; o resultado de um esforço, de uma realização particular, sem transferência”, pelo que passamos a ter não o “aburguesamento da nobreza” que se vivencia na Europa de então, mas o oposto: “é a burguesia que se enobrece”<sup>35</sup>.

Na comparação napoleônica o peso da opção imperial recai mais sobre D. Pedro I, como uma escolha teórica pessoal e de estilo. Em outros contextos, o impetuoso príncipe-rei-imperador tem companhia mais ampla: um grupo que surge com grande influência no caso é o da Maçonaria, reunindo grandes figuras políticas que lutam pela independência e, nas suas disputas internas, moldam os caminhos do novo país.

Segundo Paulo Rezzutti, biógrafo de D. Pedro I, a opção imperial teria forte influência da Maçonaria carioca, liderada em sua ala mais radical (vermelha) por Gonçalves Ledo e José Clemente Pereira, no mesmo senti-



do do pensamento exposto por Oliveira Lima: um imperador, ao invés de um rei hereditário, reforçaria a ideia liberal de escolha e aclamação popular em oposição ao direito divino ou dinástico<sup>36</sup>.

Segundo o Barão do Rio Branco, nas notas que faz à clássica obra do Visconde de Porto Seguro, D. Pedro compareceu à loja maçônica carioca do Grande Oriente no mesmo dia em que chegou de volta de São Paulo, em 14 de setembro de 1822, sete dias após o Grito do Ipiranga<sup>37</sup>. Nessa ocasião tomou posse como grão-mestre da instituição e foi aclamado, pelos maçons, soberano do Brasil independente, em sessão presidida por Gonçalves Ledo. Ainda segundo Rio Branco, nessa mesma sessão e por sugestão do Brigadeiro Domingos Alves Branco Muniz Barreto, decidiu-se pela utilização do título de imperador "e não rei", uma escolha, nas palavras de Porto Seguro, "aliás mais de acordo com um Estado de grande extensão territorial e com o próprio fato de

uma aclamação feita pelos povos e as tropas"<sup>38</sup>, reforçando novamente uma junção de múltiplos fatores para a opção imperial (aclamação e escolha, amplo território, povos plurais). Alves Branco "foi apoiado pela Assembleia [maçônica] e, sem mais esperar, trepando a uma mesa, aclamou-o ali mesmo"<sup>39</sup>.

Diz ainda Porto Seguro ter "a certeza que a ideia e resolução primeira da proclamação de D. Pedro como imperador, e até a designação para ela o dia 12 de outubro, foi obra exclusiva da Maçonaria"<sup>40</sup> e ainda "que José Bonifácio não pensava em tal", afirmação esta de que discorda Rio Branco, uma vez que Bonifácio era "mui sincero e convencido monarquista, e desde que havia trabalhado para a proclamação da independência do reino do Brasil, é claro que teria também pensado na aclamação do príncipe como rei ou imperador. Deixou, porém, a iniciativa da aclamação ao povo; nem outro procedimento devia ter como ministro de D. Pedro"<sup>41</sup>. Desta-



quemos que José Bonifácio também era maçom, embora de um grupo mais moderado (azul), não republicano, antagonizado com Ledo e Clemente. A ideia imperial, assim, parece ter inegáveis raízes maçônicas, ainda que se dispute entre grupos rivais, já que todos foram personagens de destaque na ampla costura que resultou na emancipação política brasileira.

O historiador Max Fleiuss, citando a obra de Vasconcelos de Drummond, também discorda de Porto Seguro e atribui a José Bonifácio importante papel na costura com “a facção exaltada e o povo maçônico, de que era *grão-mestre* [grifo no original, D. Pedro assumiria essa função por manobra de Gonçalves Ledo em 14 de setembro, como vimos]”<sup>42</sup> para se resolver a “investidura imperial”. Segundo Fleiuss, Bonifácio teria insistido pelo título de imperador, “ponderando que o título de rei implicava de preferência uma tradição dinástica, imposta por direitos de soberania, de cima para baixo, por inici-

ativa e valor próprios, ao passo que o de *imperador* [grifo no original] exprimia antes uma aclamação nacional, emanada de baixo para cima, da vontade popular”<sup>43</sup>.

Para incutir certo espírito imperial na população, surgiram na cidade proclamações anônimas (atribuídas por Rio Branco e Porto Seguro a Gonçalves Ledo) nos dias 16 e 21 de setembro, dando vivas a D. Pedro já como “imperador constitucional”<sup>44</sup>. Orquestrados, nesse mesmo dia 21 de setembro o maçom José Clemente Pereira, presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, abriria sessão extraordinária para propor em caráter oficial a aclamação de D. Pedro I como Imperador Constitucional do Brasil<sup>45</sup>. O parlamento carioca, coordenando o apoio das outras câmaras regionais, formalizou a aclamação em 12 de outubro, aniversário de 24 anos do novo imperador.



## **AINDA OUTRA POSSIBILIDADE: IMPERADOR DO DIVINO ?**

Há uma quarta vertente, uma outra possibilidade, de confirmação menos objetiva: a influência da cultura popular e da tradição religiosa, a influência da Festa do Divino na estruturação do nascente Estado brasileiro.

A Festa do Divino é uma comemoração religiosa em homenagem ao Espírito Santo, no contexto das celebrações cristãs de Pentecostes, cinquenta dias após o Domingo de Páscoa. Segundo o folclorista Luís da Câmara Cascudo, foi “estabelecida [em Portugal] nas primeiras décadas do séc. XIV [...] e trazida para o Brasil no séc. XVI”<sup>46</sup>. Celebração popular bastante difundida no período colonial e espalhada por diversas regiões de Norte a Sul, a Festa do Divino “constituía-se de músicos e cantores, com a Bandeira do Divino, ilustrada pela Pomba simbólica, recepcionada devocionalmente por toda a parte”<sup>47</sup>. Para comandar a Festa no-

meava-se um Imperador do Divino, “criança ou adulto”, frequentemente de uma família importante da região, que encarnava o simbolismo da tradição, festa e fé. O Imperador do Divino, “com sua corte solene, dava audiência, com as reverências privativas de um soberano [...], gozava de direitos majestáticos, libertando presos comuns em certas localidades”<sup>48</sup>.

A historiadora Lilia Moritz Schwarcz, citando o trabalho de folcloristas como Mello Moraes Filho e o próprio Câmara Cascudo, levanta a possibilidade dessa influência popular, ao passo que confirma, ainda e mais uma vez, a multiplicidade de fatores que desembocaram no Império do Brasil:

Por outro lado, se for correta a versão que diz ser o termo *império* [grifo no original] não só uma referência à extensão do território, ou uma homenagem de d. Pedro I a Napoleão – segundo seus biógrafos, sua maior influência –, mas uma alusão ao imperador da festa do Divino, estaríamos



diante de um regime que desde os momentos de fundação dialogava com as culturas locais, criando novos significados para tradições longínquas<sup>49</sup>.

Neste sentido, Câmara Cascudo é taxativo na influência determinante da tradição popular: “De seu prestígio [da Festa do Divino] basta lembrar que o título de Imperador do Brasil foi escolhido, em 1822, pelo Ministro José Bonifácio de Andrada e Silva, porque o povo estava mais habituado com o nome do *Imperador* (do Divino) [grifo no original] do que com o nome de Rei”<sup>50</sup>. A construção do Estado Nacional, durante o Império e particularmente no Segundo Reinado, de fato “não só dialogaria com a tradição: introduziria elementos da cultura local”<sup>51</sup>.

Essa possibilidade de influência popular, de tradição informal e, talvez, até abstrata, não é, evidentemente, uma unanimidade. Para alguns historiadores, a fala de José Bonifácio sobre o povo “já estar acostuma-

do” a ter um imperador seria irônica, e não indício de apelo à cultura popular. Max Fleiuss sustenta que José Bonifácio teria feito tal comparação apenas “gracejando”<sup>52</sup>.

Sendo ou não um fator determinante para a opção imperial (e certamente não o único), a tradição popular facilitou a aceitação, já que aquela nomenclatura tinha algo de cotidiano, parecendo então talvez menos excêntrica do que nos parece hoje, e assim encontrou o eco fundamental no povo que buscava representar. Conforme esclarece o historiador José Murilo de Carvalho, “símbolos, alegorias, mitos só criam raízes quando há terreno social e cultural no qual se alimentarem. Na ausência de tal base, a tentativa de criá-los, de manipulá-los, de utilizá-los como elementos de legitimação, cai no vazio, quando não no ridículo”<sup>53</sup>.

Verdade ou mito, influência definidora ou apenas tradição folclórica, o sincretismo não deixa de ser valioso no sentido da identificação popular e da cria-



ção do sentido de representação e de pertencimento ao novo país, uma vez que “desde a fundação do Império os ‘reis de verdade’ dialogavam com os ‘reis do imaginário’”<sup>54</sup>. Tínhamos um imperador, tínhamos alguns imperadores.

## CONCLUSÃO

O ano de 1822, no entanto, é apenas o primeiro passo. Um império de quase sete décadas seria erigido, com incoerências e percalços. Nos esforços de reconhecimento do novo país, referindo-se às notícias enviadas por D. Leopoldina ao pai, ele próprio um imperador (da Áustria), alguns dias após a cerimônia de coroação de D. Pedro I em dezembro de 1822, em que a nova imperatriz busca justificar a separação de Portugal e conseguir apoio internacional para o novo império, destaca o escritor Paulo Rezzutti: "Poderiam ser de fato imperadores, mas isso não fazia do Brasil, automaticamente, um império, e nem o reconhecimento

de todas as nações viria de maneira rápida e fácil. Tudo teria que ser disputado, batalhado, enfim, conquistado”<sup>55</sup>.

A separação não foi simples ou imediata. Tampouco a construção. Os fatos se sobrepuseram. Com as exigências constitucionais da Revolução Liberal do Porto, a partir de 1820, e as tentativas das Cortes Gerais da Nação Portuguesa de, na prática, reverter drasticamente a relativa autonomia e capacidade de governo alcançada pelo Brasil após 1815, vendo os brasileiros a possibilidade de perder o novo estatuto de reino, chegaria ao ápice uma crise política, econômica e identitária, e "o Reino Unido [de Portugal, Brasil e Algarves] cederia espaço para o Império do Brasil"<sup>56</sup>, ao passo que feria de morte o império ultramarino português. Não seria apenas uma questão de nomenclatura. Surgia de fato um novo país, que necessitaria lutar para construir uma identidade própria e uma unidade interna.



Neste breve ensaio, buscamos apenas iniciar o levantamento e a discussão sobre as escolhas e disputas que resultaram em nosso modelo, único e excêntrico, de emancipação política. Destacamos ainda que a dita opção imperial claramente não resultou da ideia de um único ator político do momento ou de apenas uma razão, fosse prática ou teórica. Nossa opção imperial, em boa parte responsável por nossa forma atual, é multifatorial e de autoria coletiva. Embora o Império do Brasil tenha sido golpeado e deposto há quase um século e meio, a importância de nossa estruturação estatal e social nesses primeiros passos autônomos é evidente na medida em que forja a nacionalidade e a territorialidade que, em muitos sentidos, vivemos ainda duzentos anos depois.

As reflexões do momento, motivadas pelas celebrações (ou pela falta de celebrações) do Bicentenário da Independência do Brasil, nos levam a observar o projeto de país que surgiu em

1822 e o país que vivemos e projetamos hoje. Reforçamos a ideia de Michael Pollak de que “a memória é um fenômeno construído”<sup>57</sup>, criado (ainda que seja a criação do esquecimento) a partir de conjunturas pessoais e políticas do momento. O esquecimento pode ser “resultado de um verdadeiro trabalho de organização”. Já que “a memória constitui uma forma de expressão discursiva”<sup>58</sup> e “necessariamente seletiva”, torna-se “um campo de lutas simbólicas”, uma disputa e uma construção constantes e mutantes. E essa visão de conjunto, o que lembramos e esquecemos sobre nossos próprios passos ao longo de duzentos anos, nos expõe a inconstante trajetória de um projeto de Nação ainda em discussão.

O momento nos remete à mensagem do Papa Paulo VI, enviada ao povo brasileiro por ocasião das celebrações do Sesquicentenário da Independência: “[...] a Independência não é algo perfeito, alcançado de uma vez e para sempre: é de vir, aquisição a



renovar cada dia. Nesse processo vital, todos os interessados [...] têm um papel, que não podem declinar [...]”<sup>59</sup>.

Percebemos que o Grito do Ipiranga não é um fato isolado e autônomo, mas sim o momento que vai coroar (nesse caso literalmente) um longo processo político e social, nacional e mundial, de independência, liberalismo e constitucionalização, movimento extenso que ali não começa nem termina, mas avança. Aqui, hoje, ainda o estamos construindo. Trata-se, ao fim e ao cabo, de discutir, sempre e ininterruptamente, o que é o Brasil e o porquê de sua existência. Trabalharmos agora para que em cem anos ainda exista um Brasil unido e independente, a celebrar seu Tricentenário.

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva. *O regime militar em festa: a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira*, 1972. Tese (Doutorado em História

Social). Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2009.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2008.

BRASIL. *Falas do trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889*. Brasília: Senado Federal, 2019.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. São Paulo: Global, 2012.

CASTRO, Therezinha de. *José Bonifácio e a unidade nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

GOMES, Laurentino. *1822*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

HARARI, Yuval Noah. *Sapiens: uma breve história da Humanidade*. Porto Alegre: L&PM, 2018.

LE GOFF, Jacques. *A Idade Média explicada aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.





LEMOS, Maria Teresa Torfóbio; MORAES, Nilson Alves (orgs). *Memória, Identidade e Representação*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

LIMA, Manuel de Oliveira. *O reconhecimento do Império: história da diplomacia brasileira*. Rio de Janeiro: Topbook, 2015.

LUZ, Milton. *A história dos símbolos nacionais*. Brasília: Senado Federal, 1999.

MENCK, José Theodoro Mascarenhas. *A imprensa no processo de Independência do Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2022.

MENCK, José Theodoro Mascarenhas. *Primeiras eleições gerais no Brasil (1821)*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2021.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

PRIORE, Mary del. *As vidas de José Bonifácio*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

REZZUTTI, Paulo. *D. Leopoldina: a história não contada*. São Paulo: LeYa, 2017.

REZZUTTI, Paulo. *D. Pedro: a história não contada*. São Paulo: LeYa, 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VÁRIOS AUTORES. *O ano da Independência*. Brasília: Senado Federal, 2010.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da Independência do Brasil*. Edição fac-similar. Brasília: FUNAG, 2019.



## NOTAS

<sup>1</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2008, p. 32.

<sup>2</sup> Ibid.

<sup>3</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 12.

<sup>4</sup> CASTRO, Therezinha de. *José Bonifácio e a unidade nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

<sup>5</sup> LUZ, Milton. *A história dos símbolos nacionais*. Brasília: Senado Federal, 1999, p. 63-65.

<sup>6</sup> HARARI, Yuval Noah. *Sapiens: uma breve história da Humanidade*. Porto Alegre: L&PM, 2018, p. 257.

<sup>7</sup> LE GOFF, Jacques. *A Idade Média explicada aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2007, p. 68.

<sup>8</sup> PRIORE, Mary del. *As vidas de José Bonifácio*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019, p. 205.

<sup>9</sup> GOMES, Laurentino. *1822*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010, p. 217-218.

<sup>10</sup> BRASIL. *Falas do trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889*. Brasília: Senado Federal, 2019, p. 12.

<sup>11</sup> SILVA apud GOMES, op.cit., p. 18-19.

<sup>12</sup> GOMES, op.cit., p. 66.

<sup>13</sup> PRIORE, op.cit., p. 155.

<sup>14</sup> MENCK, José Theodoro Mascarenhas. *A imprensa no processo de Independência do Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2022, p. 87.

<sup>15</sup> FLEIUSS apud. VÁRIOS AUTORES. *O ano da Independência*. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 339.

<sup>16</sup> MENCK, 2022, op.cit., p. 87)

<sup>17</sup> PRIORE, op.cit., p. 120.

<sup>18</sup> ALCÂNTARA apud OTÁVIO, VÁRIOS AUTORES, op.cit., p. 276.

<sup>19</sup> COSTA apud. ALMEIDA. In: MENCK, 2022, op.cit., p. 34.

<sup>20</sup> OTÁVIO apud. VÁRIOS AUTORES, op.cit., p. 286.

<sup>21</sup> MELLO apud. LIMA, Manuel de Oliveira. *O reconhecimento do Império: história da diplomacia brasileira*. Rio de Janeiro: Topbook, 2015, p. 186.

<sup>22</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da Independência do Brasil*. Edição fac-similar. Brasília: FUNAG, 2019, p. 375.

<sup>23</sup> Ibid., p. 377.

<sup>24</sup> Ibid., p. 376.

<sup>25</sup> Ibid., p. 381.

<sup>26</sup> Ibid., p. 378.

<sup>27</sup> LIMA, op.cit., p. 214.

<sup>28</sup> ANDRADA apud. VARNHAGEN, op.cit., p. 610.

<sup>29</sup> LIMA, op.cit., p. 41.

<sup>30</sup> Ibid., p. 113.



---

<sup>31</sup> FLEISSUS apud. VÁRIOS AUTORES, op.cit., p. 329-330.

<sup>32</sup> PRIORE, op.cit., p. 198.

<sup>33</sup> REZZUTTI, Paulo. *D. Pedro: a história não contada*. São Paulo: LeYa, 2020, p. 162.

<sup>34</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 38-39.

<sup>35</sup> Ibid., p. 192.

<sup>36</sup> REZZUTTI, 2020, op.cit., p. 160.

<sup>37</sup> VARNHAGEN, op.cit.

<sup>38</sup> Ibid., p. 215.

<sup>39</sup> FLEISSUS apud. VÁRIOS AUTORES, op.cit., p. 305.

<sup>40</sup> VARNHAGEN, op.cit., p. 214.

<sup>41</sup> RIO BRANCO apud. VARNHAGEN, op.cit., p. 215.

<sup>42</sup> FLEISSUS apud. VÁRIOS AUTORES, op.cit., p. 300.

<sup>43</sup> Ibid., p. 305.

<sup>44</sup> VARNHAGEN, op.cit., p. 213.

<sup>45</sup> REZZUTTI, 2020, op.cit., p. 396.

<sup>46</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. São Paulo: Global, 2012, p. 266.

<sup>47</sup> Ibid.

<sup>48</sup> Ibid.

<sup>49</sup> SCHWARCZ, op.cit., p. 17.

<sup>50</sup> CASCUDO, op.cit., p. 266.

<sup>51</sup> SCHWARCZ, op.cit., p. 39.

---

<sup>52</sup> FLEISSUS apud. VÁRIOS AUTORES, op.cit., p. 300.

<sup>53</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 29.

<sup>54</sup> SCHWARCZ, op.cit., p. 272.

<sup>55</sup> REZZUTTI, Paulo. *D. Leopoldina: a história não contada*. São Paulo: LeYa, 2017, p. 243.

<sup>56</sup> MENCK, José Theodoro Mascarenhas. *Primeiras eleições gerais no Brasil (1821)*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2021, p. 86.

<sup>57</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 204.

<sup>58</sup> SANTOS apud. LEMOS, Maria Teresa Toríbio; MORAES, Nilson Alves (orgs). *Memória, Identidade e Representação*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000, p. 102-103.

<sup>59</sup> PAULO VI apud. ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva. *O regime militar em festa: a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira, 1972*. Tese (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2009, p. 227.

# Saliente da morte: O ataque a gás e o batismo de fogo da Força Expedicionária Canadense na Segunda Batalha de Ypres (1915)

Carlos Roberto Carvalho Daróz <sup>a</sup>

**Resumo:** A segunda Batalha de Ypres, transcorrida em 1915 durante a Primeira Guerra Mundial, assinalou o batismo de fogo da Força Expedicionária Canadense na Frente Ocidental, e foi o palco do primeiro ataque a gás da história. Este confronto não só introduziu novas tecnologias e armas letais, mas também testemunhou a resiliência e coragem dos soldados canadenses, que suportaram e resistiram ao terrível ataque. Este evento representou um ponto de virada, inaugurando um novo paradigma de guerra e deixando um legado duradouro. A investigação que resultou no presente foi baseada em fontes primárias, oferecendo uma análise profunda e autêntica da atuação da 1ª Divisão canadense em Ypres.

**Palavras-chave:** Primeira Guerra Mundial, Força expedicionária canadense, guerra química.

## INTRODUÇÃO

Apesar do incessante bombardeio alemão que atacava as linhas francesas em seu flanco esquerdo, perto da cidade de Ypres, no noroeste da Bélgica, repleta de escombros, os soldados da 1ª Divisão canadense, em

grande parte sem qualquer experiência de combate, encontraram o início da primavera de 22 de abril de 1915 surpreendentemente quente e agradável. Cansados após uma longa noite, fixando obstáculos de arame farpado e consertando trincheiras no saliente de Ypres, os homens

---

<sup>a</sup> Coronel de Artilharia, doutor em História. Associado titular emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



descansavam em suas posições avançadas. Atrás das linhas, as tropas de reserva jogavam futebol, enquanto seus oficiais desfrutavam de uma partida de polo cavaleiresca. Mesmo quando a direção do bombardeio mudou para o setor dos canadenses, no final da tarde, os soldados não ficaram excessivamente alarmados. Tão subitamente como começou, o bombardeio cessou e os aviões alemães que circulavam sobre as linhas de frente desapareceram.

De repente, por volta das 17h, pesado fogo de infantaria e novos bombardeios de artilharia foram dirigidos ao setor francês do saliente. Então, uma sinistra nuvem amarelo-esverdeada começou a se deslocar em direção às linhas francesas, empurrada por uma brisa quente procedente do oeste.

Este vívido relato demonstra como o primeiro emprego de ataque a gás impactou a 1ª Divisão canadense, uma unidade recém-criada e inexperiente,

durante a segunda Batalha de Ypres.

O propósito do presente artigo é analisar o papel das forças canadenses durante a batalha, e avaliar em que medida sua resistência ao ataque a gás alemão contribuiu para a manutenção do saliente de Ypres, importante região estratégica na Flandres belga, e palco de violentos combates durante a guerra.

O estudo emprega metodologia centrada no estudo de correspondências e diários de comandantes militares da época, proporcionando uma visão única e contextualizada das tensões e desafios enfrentados no *front*. As fontes primárias para esta pesquisa foram extraídas durante período de estágio doutoral realizado pelo autor na Université Libre de Bruxelles, com fomento do *Programme Erasmus+*, da União Europeia. No curso da investigação, além de analisar acervos documentais, o autor realizou pesquisa de campo na cidade de Ypres, Bélgica, em duas oportunidades, quando buscou fontes



junto ao terreno onde se desdobrou o campo de batalha, e em cemitérios militares localizados na região. Também foram realizadas investigações no Imperial War Museum, de Londres; National Archives, em Surrey; Musée de l'Armée, de Paris; Royal Musée de l'Histoire Militaire et des Forces Armées, de Bruxelas, Musée Militaire, de Tournai, e, principalmente, Musée In Flanders Fields, de Ypres<sup>1</sup>.

## **A GRANDE GUERRA É DEFLAGRADA**

A Grande Guerra<sup>2</sup> teve início em 1914, e foi desencadeada por uma série de eventos interligados. O assassinato do Arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do trono austro-húngaro, em Sarajevo, no dia 28 de junho de 1914, foi o estopim do conflito. As tensões pré-existentes, incluindo rivalidades nacionais, militarismo exacerbado, sistemas de alianças complexos e disputas

territoriais, contribuíram para a eclosão do conflito.

Duas alianças principais polarizaram as nações europeias: a Tríplice Entente, composta por França, Rússia e Grã-Bretanha, e a Tríplice Aliança, formada por Alemanha, Áustria-Hungria e Itália (que posteriormente se tornou neutra e mudou de lado)<sup>3</sup>. Essas alianças criaram um ambiente de tensão, onde um conflito local poderia rapidamente se transformar em uma guerra generalizada.

A Alemanha, buscando uma rápida vitória na Frente Ocidental e atendendo ao Plano Schlieffen<sup>4</sup>, invadiu a Bélgica em agosto de 1914, violando a neutralidade do país, que era garantida pela Grã-Bretanha e pela França, conforme tratados anteriormente firmados<sup>5</sup>. O movimento alemão visava contornar as defesas francesas na fronteira, mas encontrou forte resistência. As forças Aliadas conseguiram conter o avanço alemão na Batalha do Marne<sup>6</sup>, em setembro de 1914, estabelecendo uma linha defen-



siva vital na fronteira franco-belga.

Durante a luta na Frente Ocidental, a cidade belga de Ypres tornou-se um ponto estratégico crucial. Os exércitos Aliados, incluindo britânicos, franceses e belgas, enfrentaram as investidas alemãs na área, resultando na formação do saliente de Ypres. Esta posição, caracterizada por linhas de frente em formato de saliência, foi palco de intensos combates e significou uma resistência tenaz contra o avanço inimigo. A região ganhou importância simbólica, representando a resiliência das forças Aliadas e marcando um dos primeiros usos significativos da guerra química, pelos alemães, na Segunda Batalha de Ypres, em 1915.

## **O CANADÁ INGRESSA NA GUERRA**

No início do século XX, o Canadá era um domínio autônomo dentro do Império Britânico,

desfrutando de considerável autonomia governamental<sup>7</sup>. Contudo, sua política externa era largamente influenciada pela Grã-Bretanha. A população canadense, predominantemente de origem britânica e francesa, estava profundamente ligada à Coroa britânica.

Quando a Grã-Bretanha declarou guerra em 1914, o Canadá, como parte do Império Britânico, automaticamente se viu envolvido no conflito. O governo do domínio, liderado pelo primeiro-ministro Sir Robert Borden, ofereceu apoio total à causa Aliada, comprometendo-se a enviar tropas para a Europa para contribuir no esforço de guerra.

A resposta canadense à mobilização foi criar uma força expedicionária, organizada e treinada meticulosamente, incorporando homens de todas as regiões do Canadá<sup>8</sup>. Os canadenses que compunham a 1ª Divisão eram todos voluntários, jovens ansiosos que se aglomeraram em escritórios de recrutamento em todo o país depois que a notícia



chegou às várias províncias, em 4 de agosto de 1914, de que a Grã-Bretanha estava em guerra com a Alemanha. Embora fosse um domínio autônomo, que cuidava dos seus próprios assuntos internos, o Canadá ainda fazia parte do Império Britânico, e, quando a Grã-Bretanha estava em guerra, o Canadá precisava assumir sua responsabilidade. Planos de mobilização foram rapidamente elaborados para formar uma divisão de 25.000 homens para auxiliar a Grã-Bretanha. Até 8 de setembro, quase 33.000 homens haviam se alistado para lutar. Outros 2.000 chegariam em breve ao recém-construído Camp Valcartier, perto de Quebec<sup>9</sup>.

Em um mês, os voluntários foram organizados em três brigadas de infantaria – 12 batalhões no total – e outras tropas foram para unidades de cavalaria, artilharia, engenharia, comunicações e saúde. Em 3 de outubro, cerca de 31.000 soldados canadenses embarcaram em 30 navios de transporte com destino à Inglaterra. Onze dias depois, o

comboio, escoltado por um encouraçado e um cruzador da Marinha Real, atracou em Plymouth, e foi recebido festivamente por uma multidão entusiasmada. Aguardando a 1ª Divisão, estava seu novo comandante, o tenente-general Edwin Alderson, pertencente ao Exército Britânico, um veterano com 36 anos de serviço militar que havia liderado as tropas canadenses na Guerra dos Bôeres<sup>10</sup>. Mesmo sendo britânico, ao longo da guerra Alderson se mostraria extremamente popular entre os canadense.

## **DESTINO: FLANDRES**

Os canadenses recém-chegados foram enviados para a planície de Salisbury, 160 quilômetros a nordeste de Plymouth, onde deram início a quatro meses de treinamento intensivo perto do famoso santuário druída em Stonehenge. Choveu durante 89 dos 123 dias seguintes, e muitos dos recrutas contraíram gripe, dores de garganta e me-





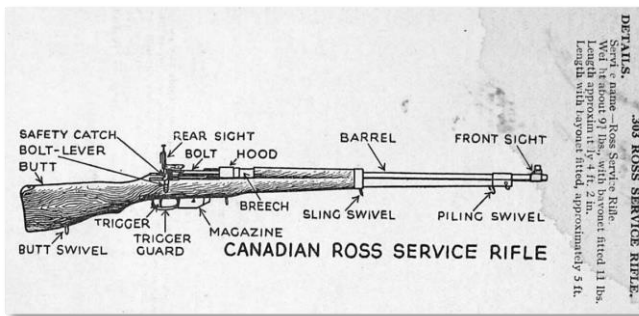
ningite. Vinte e oito homens acabariam por morrer desta última doença. Finalmente, em fevereiro de 1915, chegou a tão esperada ordem para a 1ª Divisão seguir para a França<sup>11</sup>.

Antes de partir, Alderson providenciou a substituição das botas e túnicas fornecidas no Canadá, desconfortáveis aos homens, por produtos britânicos de melhor qualidade. Para seu desgosto, no entanto, os homens tiveram que seguir para o combate com o fuzil Ross calibre .303 (figura 1), uma arma de qualidade duvidosa que possuía a tendência de travar quando disparado repetidamente, ou carregado com munição de origem bri-

tânica<sup>12</sup>.

Uma vez na França, a 1ª Divisão foi enviada para um setor tranquilo da frente de Flandres e conjugada com uma unidade britânica veterana para se ambientar e receber treinamento avançado. Oficiais e soldados foram designados para as trincheiras britânicas da linha de frente por 48 horas seguidas, para adquirirem um pouco de experiência no terreno. A divisão, então, mudou-se para Fleurbaix, onde tomou parte, cumprindo tarefas secundárias, na Batalha de Neuve Chapelle, travada entre 10 e 13 de março de 1915. Lá, o I Exército britânico, liderado pelo general Sir Douglas

Fig. 1 Manual de operação do pouco eficiente fuzil Ross canadense



Fonte: Imperial War Museum



Haig, quase conseguiu um avanço surpreendente contra a linha alemã, apenas para vacilar devido a falhas nas comunicações e à falta de apoio<sup>13</sup>. A única contribuição dos canadenses para a luta foi fornecer algum fogo diversivo, enquanto as tropas britânicas e indianas investiam inutilmente contra as trincheiras inimigas.

Apesar de seu relativo não envolvimento em Neuve Chapelle, os canadenses consideraram a primeira experiência na guerra de trincheiras uma boa oportunidade de aprendizado. Foram elogiados pelos seus superiores por serem “homens magníficos [...] muito rápidos em adquirir novas capacidades e em aprender os truques do ofício”<sup>14</sup>. Foi bom que os canadenses aprendessem rápido, pois logo foram transferidos para o II Exército britânico, do general Sir Horace Smith-Dorrien, estacionado no centro do saliente de Ypres, que possuía cerca de 27 quilômetros de extensão. Em meados de abril, os canadenses foram designados

para substituir a 11ª Divisão francesa, na linha de frente diante dos alemães. A posição que lhes foi confiada possuía 3,8 quilômetros de frente: a 2ª Brigada ocupou a metade direita do setor, a 3ª Brigada a esquerda, e a 1ª ficou em reserva.

## O TEMIDO SALIENTE DE YPRES

Para sua consternação, os canadenses encontraram as trincheiras francesas em péssimo estado. Não apenas estavam amplamente dispersas e desconectadas, mas também tinham poucas defesas de arame farpado, e os parapeitos existentes não eram grossos o suficiente para deter os projetis inimigos. Os defensores recém-chegados não viam como o setor poderia ser mantido se fosse feito um esforço determinado para tomá-lo por uma força inimiga. As trincheiras também fediam, porque os franceses, temendo se expor ao fogo inimigo, as usavam como latrinas. Somando-se à imundície



geral, havia centenas de corpos de alemães mortos entre as linhas, na terra de ninguém<sup>15</sup>. Mais cadáveres em decomposição semi sepultados foram descobertos quando os canadenses começaram a melhorar suas novas posições.

Na primavera de 1915, o saliente de Ypres era considerado um dos lugares mais perigosos da Frente Ocidental, em razão da quantidade de combates e mortes. Em outubro e novembro de 1914, uma tênue linha de soldados regulares britânicos repeliu repetidamente ataques massivos alemães. Quando os combates cessaram no inverno, quase um quarto de milhão de homens haviam sido mortos ou feridos. Taticamente falando, o saliente de Ypres não tinha qualquer significado militar particular para os Aliados. O terreno, localizado na planície da Flandres, era baixo e plano, interrompido esporadicamente por um punhado de cristas alongadas com reduzida elevação. A vantagem de terreno que havia ao redor de Ypres era

dos alemães, que ocupavam as cristas mais altas, com ampla vista para o saliente. Com excelentes postos de observação e linhas de observação claras, sua artilharia era capaz de disparar concentrações de projéteis com bastante precisão sobre a exposta posição aliada.

A verdadeira razão para manter o saliente era simbólica, uma vez que era o último pedaço remanescente de do território belga que ainda estava nas mãos dos Aliados. Como tal, representava a sua determinação inabalável em sustar o ataque alemão e vencer a guerra.

Embora os alemães tivessem sido impedidos em 1914 de tomar o saliente, não desistiram de forma alguma de conquistar o terreno. O general Erich von Falkenhayn, chefe do estado-maior alemão, planejou outra ofensiva limitada contra Ypres em abril de 1915. Falkenhayn acreditava que o próximo ataque funcionaria como uma ação diversionária para mascarar o principal ataque dos alemães contra os russos na



Frente Oriental. Também lhes daria uma melhor posição estratégica ao longo do Canal da Mancha. Por último, mas não menos importante, proporcionar-lhes-ia uma oportunidade para experimentar uma nova e terrível arma ofensiva: o gás Cloro. O gás é

do inalado, reage com a água presente nos tecidos pulmonares, formando ácido clorídrico. Esse ácido danifica as membranas celulares e leva a um acúmulo de fluido nos pulmões, resultando em edema pulmonar. Além disso, a inalação do gás cloro pode causar danos irreparáveis ao sistema respiratório, levando à asfixia, que também ataca os pulmões<sup>16</sup>.

Fig. 2 – Soldados alemães instalam as linhas de gás antes de um ataque em Ypres, 1915



Fonte: Musée Royal de Histoire Militaire et des Forces Armées, Bruxelles

altamente irritante para os olhos, nariz, garganta e pulmões. Quan-

## A ESTREIA DO GÁS CLORO

Os alemães já haviam experimentado formas menos mortíferas de guerra com gás na primeira batalha de Neuve Chapelle, em outubro de 1914, e em Bolymov, na Frente Oriental, em janeiro de 1915. Essas tentativas, borrifando pólvora em Neuve Chapelle e gás lacrimogêneo em Bolymov, redundaram



em fracassos constrangedores. Em ambos os casos, os agentes químicos não conseguiram dispersar-se e as tropas aliadas nem sequer se aperceberam que estavam sob ataque.

Mais tarde naquele inverno, o químico alemão Fritz Haber, que anos mais tarde ganharia o Prêmio Nobel<sup>17</sup>, e na ocasião servia na reserva do exército, sugeriu que o alto comando alemão considerasse o uso de gás Cloro. Haber acreditava que o gás poderia ser lançado por meio de um sistema relativamente simples de cilindros de ar comprimido, descarregados através do escapamento de tubulações fixadas ao solo (figura 2). Tal sistema de lançamento, além de ser mais eficiente do que os *pallets* de gás embalados em granadas de artilharia tradicionais, possuía a vantagem adicional de não violar expressamente a Convenção de Haia, a qual proibia o uso de projéteis carregados com gás<sup>18</sup>.

Com o apoio de sua típica indústria, no início de março os alemães começaram a instalar os

cilindros de gás Cloro de Haber em suas trincheiras ao longo do lado sul do saliente de Ypres. Os cilindros, cada um com um metro e meio de altura e pesando 86 quilogramas, foram agrupados em grupos de dez, unidos por meio de um coletor a um único tubo de descarga, que era controlado por um engenheiro químico especialmente treinado. No dia 10 de março, cerca de 6.000 cilindros estavam instalados no setor de Ypres. Curiosamente, as primeiras vítimas foram três soldados alemães, que foram mortos quando projéteis aliados atingiram alguns dos cilindros, liberando o gás atrás das linhas alemãs. Depois de duas semanas frustrantes de espera sem que o tempo cooperasse e o vento soprasse na direção certa, o duque Albrecht de Württemberg, comandante do 4º Exército alemão em Ypres, modificou seus planos de batalha<sup>19</sup>.

Em vez de lançar o gás contra o lado sul do saliente, os alemães decidiram atacar o lado norte, entre as cidades de Steens-



traat e Poelcappelle. Assim, as tropas da linha de frente começaram a instalar cilindros de gás nas trincheiras voltadas para o setor norte. Até 11 de abril, cerca de 5.730 cilindros estavam posicionados. O ataque foi marcado para o dia 15, e dois corpos, os XXIII e XXVI de Reserva, foram designados para desencadeá-lo. Atrás de uma nuvem de gás Cloro, sua infantaria deveria avançar cerca de 2,4 quilômetros para o interior do saliente e capturar as posições elevadas em poder dos Aliados. Lá, deveria escavar posições defensivas e fornecer fogo de cobertura para tropas adicionais. Os alemães acreditavam que a perda do terreno elevado tornaria impossível para os Aliados permanecerem no saliente. Mais uma vez, o dia marcado não trouxe vento de oeste, e o ataque foi remarcado para o dia 22<sup>20</sup>.

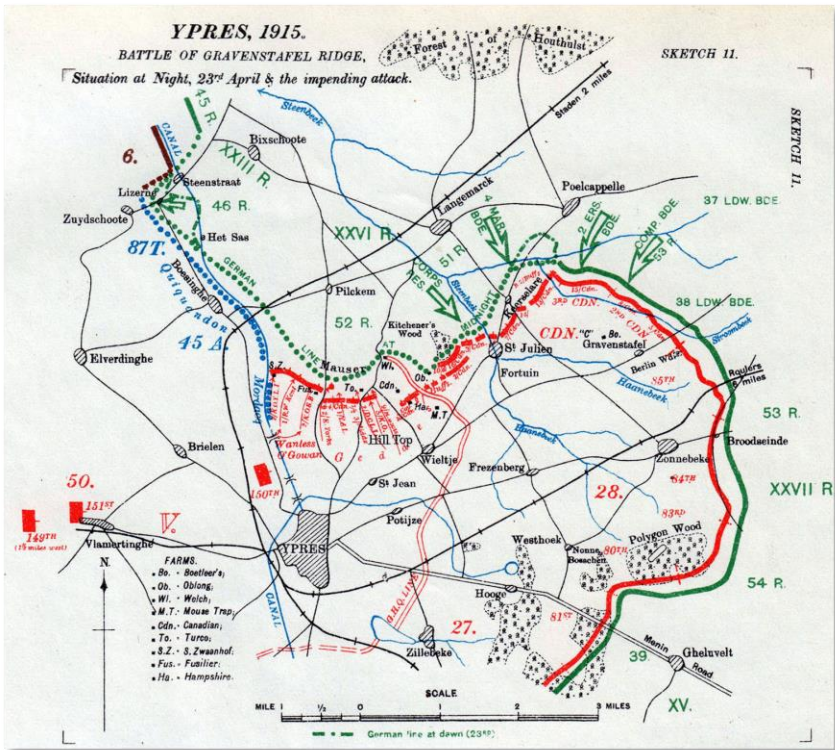
## **O USO DO “GÁS ASFIXIANTE ERA IMINENTE”**

Relatos de que os alemães estavam planejando algo ameaçador já vinham correndo pelas linhas Aliadas há algum tempo. No dia 13 de abril, um desertor alemão atravessou a terra de ninguém até as trincheiras francesas, trazendo consigo informações potencialmente importantes. Interrogado no quartel-general da 11<sup>a</sup> Divisão francesa, o desertor falou livremente sobre o poderio das tropas alemãs e alertou que um ataque envolvendo “gás asfixiante” era iminente. O comandante da divisão francesa levou o assunto a sério o suficiente para enviar um relatório aos britânicos. O alto-comando francês, porém, desconsiderou a ameaça, ao mesmo tempo em que repreendeu o oficial em questão, por se comunicar diretamente com as tropas britânicas<sup>21</sup>.

Outro desertor alemão negou veementemente que seu exército estivesse planejando



Fig. 3 – Frente no saliente de Ypres, 1915



Fonte: National Archives, Surrey

utilizar gases venenosos. Em vez disso, afirmou que o pacote suspeito de algodão que carregava consigo tinha como objetivo protegê-lo contra um possível ataque de gás francês.

Em 16 de abril, um espião belga confirmou que tubos de gás asfíxiante estavam sendo insta-

lados ao longo da frente alemã. A inteligência belga também informou que os alemães encomendaram 20 mil respiradores bucais ao seu depósito de suprimentos em Gent<sup>22</sup>.

O reconhecimento aéreo britânico, no entanto, informou que não houve nenhum movimento



anormal atrás das linhas alemãs. Para garantir a segurança, o tenente-general Sir Herbert Plummer, comandante do V Corpo de Exército britânico, alertou seus comandantes de divisão sobre um possível ataque a gás. Quando o suposto ataque não se concretizou imediatamente, a vida nas trincheiras voltou ao normal. Mas tal situação não perduraria por muito tempo.

Na manhã de 22 de abril, os soldados alemães aguardavam em suas trincheiras pelo sinal final para avançar. O ataque estava previsto para começar às 5h, mas, novamente, o vento não cooperou. Não havia nada que os alemães pudessem fazer, a não ser sentar e esperar. Uma manhã e uma tarde

inteira se passaram. Finalmente, as ordens chegaram à frente para que os homens se preparassem para ultrapassar o topo das trincheiras<sup>23</sup>. O ataque tinha iniciado.

### **UMA NUVEM TÓXICA DE MORTE E MISÉRIA**

Às 17h, os cilindros foram abertos, expelindo cerca de 149 mil quilogramas de gás Cloro amarelo-esverdeado pelos esca-

Fig. 4 – Corpos de soldados da 45ª Divisão Argelina abandonados em sua trincheira em Langemarck, na Bélgica



Fonte: Service Historique de la Defense, Paris





pamentos em direção à linha francesa, que era guarnecida por duas divisões, a 87ª Territorial e a 45ª Argelina<sup>24</sup>. À medida que nuvens turbulentas do gás mortal atingiam as linhas francesas, soldados horrorizados começaram a agarrar suas gargantas, a rolar no chão e a tossir espessas golfadas de sangue, enquanto lutavam em vão por oxigênio (figura 4). Os Territoriais, em pânico, abandonaram suas trincheiras em um esforço desesperado para escapar da nuvem tóxica. Para aumentar a sua miséria, a artilharia alemã atacou as linhas francesas pouco depois de o gás ter sido libertado<sup>25</sup>. Vinte minutos depois, as tropas alemãs, usando máscaras de algodão envoltas em gaze, avançaram cautelosamente na direção do saliente<sup>26</sup>.

Grupos de soldados de infantaria franceses desorientados tentaram oferecer alguma resistência, mas a maioria dos seus camaradas já havia fugido aterrorizada. Por outro lado, os artilheiros franceses guarneceram

corajosamente seus canhões de 77 mm, e começaram a atacar os alemães que se aproximavam. Por volta das 19h, os atacantes silenciaram a maior parte das armas, capturando 57 delas<sup>27</sup>. O restante das peças foi abandonado pelos franceses em retirada.

Posicionados imediatamente à direita dos franceses na linha, os canadenses da 1ª Divisão observaram com crescente alarme enquanto seus aliados corriam para salvar suas vidas. Ambulâncias e vagões de munição saltando descontroladamente, abarrotados de soldados africanos de olhos arregalados e aterrorizados, esmagaram sebes e tombaram sobre valas, passando pelos canadenses, desesperados para escapar do horror atrás deles. Ao lado das carroças vinham mais soldados da infantaria francesa, correndo desarmados em direção à retaguarda. Para aumentar a intensa confusão, civis belgas residentes em Ypres também obstruíram as estradas, tentando escapar. O setor norte do saliente rapidamente se tornou em con-



Fig. 5 – Esses Highlanders exibem o que poderiam ser considerados os primeiros “respiradores”. Compostos por um conjunto de óculos e almofadas de algodão, ofereciam limitadíssima e pouco eficaz proteção contra ataques a gás.



Fonte: Imperial War Museum

fusão. Uma brecha de seis quilômetros de largura se abriu nas linhas francesas, fazendo com que os 50.000 soldados britânicos e canadenses corressem perigo de serem isolados pelo inimigo<sup>28</sup>.

### **URINANDO EM LENÇOS, UM ANTÍDOTO DE ÚLTIMA HORA**

Lenta mas continuamente, a nuvem começou a se deslocar em direção às linhas canadenses. Um oficial médico, capitão Francis Alexander Scrimger<sup>29</sup>, pertencente ao 14º Batalhão da 3ª Brigada,



conseguiu identificar imediatamente que o gás era o Cloro, e propôs uma solução temporária e um tanto incomum. Scrimger fez com que os homens de sua unidade urinassem em seus lenços e depois os amarrassem na boca. Com tal artifício, esperava que o Cloro cristalizasse antes da inalação pelos homens. Felizmente para os canadenses, o gás já havia começado a se dissipar e os homens receberam apenas uma leve gaseificação, que resultou em olhos lacrimejantes, coriza e dificuldade de respiração<sup>30</sup>.

Com o perigo do gás evitado, os canadenses enfrentaram a tarefa mais urgente de como desacelerar o avanço alemão e preencher a brecha no saliente, situação que parecia difícil. O 13º Batalhão (Royal Highlanders) manteve as trincheiras no flanco esquerdo até a estrada Poelcappelle, mas seu próprio flanco foi deixado desprotegido pelas tropas francesas em fuga. Os majores Rykert McCuaig e Edward Norsworthy organizaram uma defesa ao longo do Poelcappel-

le-estrada de Saint Julien. De uma vala rasa ao longo da estrada, os Highlanders fizeram uma tentativa corajosa, mas fracassada, de impedir que os alemães flanqueassem a posição canadense. Todos os soldados foram mortos ou capturados em uma luta breve e violenta, mas a resistência do 13º conseguiu desacelerar os alemães e torná-los cautelosos em avançar na escuridão, que aumentava de intensidade com o crepúsculo<sup>31</sup>.

Com a queda da pequena força de McCuaig e Norsworthy, quatro canhões da 10ª Bateria sob o comando do major William King representaram a única resistência remanescente ao longo de uma brecha de um quilômetro de largura entre as linhas de frente e Saint Julien. Os canhões atingiram uma casa próxima, que os alemães tinham acabado de capturar, depois voltaram-se para abrir fogo, à queima-roupa, contra uma coluna inimiga que marchava para oeste pela estrada para Poelcappelle. À medida que a escuridão caía, King sabia



que estava em apuros, pois não havia como manter sua posição por muito mais tempo. Bem a tempo, 60 soldados canadenses do 13º Batalhão chegaram de Saint Julien e uniram-se aos artilheiros de King.

Os alemães atacaram repetidamente, apenas para serem rechaçados pelo cabo Frederick Fisher, de 19 anos (figura 6), e sua seção de quatro metralhadoras Colt. Depois que seus homens foram mortos em um combate violento, ele lutou sozinho, levando sua arma para uma posição mais exposta e continuando a disparar contra os alemães<sup>32</sup>. Enquanto isso, os artilheiros de King sacaram suas próprias armas portáteis para evitar que fossem capturados pelo inimigo que se aproximava rapidamente. Fisher morreu defendendo a bateria e, mais tarde, tornou-se o primeiro soldado canadense na guerra a receber a Victoria Cross<sup>33</sup>.

Após o fim dos combates em Poelcappelle, não houve mais resistência aliada organizada

entre Saint Julien e as linhas canadenses. Os alemães, no entanto, também estavam gravemente debilitados e hesitaram, sem saber qual o nível de resistência que os esperava na escuridão.

Fig. 6 – Cabo Frederick Fisher, do 13º Batalhão. Por sua ação heroica em Ypres, foi o primeiro canadense a receber a Victoria Cross na Grande Guerra (postumamente)



Fonte: Black Watch Regiment.

Enquanto os alemães pararam durante a noite, os canadenses providenciaram para tapar a brecha de um quilômetro de largura em sua linha, a fim de evitar



que o inimigo se voltasse para o sul e os isolasse no interior do saliente.

À medida que a escuridão aumentava, o 10º e o 16º batalhões receberam ordens de desencadear um contra-ataque contra os alemães em Kitchener's Woods, um denso aglomerado de árvores imediatamente a oeste de Saint Julien, pois o controle da floresta permitiria aos alemães penetrar nas linhas canadenses na manhã seguinte e capturar a cidade. Às 23h45, 1.500 homens dos dois batalhões posicionaram-se na linha de partida, a fazenda Mouse Trap, a 500 metros de distância. Uma planejada articulação com as tropas francesas nunca se concretizou, já que a maioria dos franceses estava distante, mas os canadenses avançaram o mais silenciosamente possível. A 200 metros da floresta, os homens depararam-se com uma sebe de quase dois metros de altura, entrelaçada com arame farpado. Enquanto os canadenses lutavam para se livrar da inesperada barreira, um

sinalizador alemão oscilou no alto e iluminou a escuridão<sup>34</sup>.

Os alemães imediatamente abriram fogo com metralhadoras e fuzis, enquanto os canadenses aferraram-se ao solo para evitar os fogos inimigos. O major James Lightfoot, do 10º Batalhão, levantou-se e gritou: “Vamos, rapazes, lembrem-se de que vocês são canadenses!”<sup>35</sup> Inspirados pela liderança de seu comandante, os homens se levantaram e atacaram a floresta. Apesar do intenso fogo de metralhadora, alguns soldados determinados alcançaram a posição alemã e expulsaram o inimigo em um violento combate a baioneta.

Com a captura da trincheira, os homens restantes dos dois batalhões avançaram e limparam a maior parte de Kitchener's Woods, abrindo uma cunha de 900 metros nas linhas alemãs. Recebendo fogos de todas as direções, logo ficou dolorosamente claro para os canadenses que não seriam capazes de defender a floresta. Camaradas do 2º e 3º batalhões avançaram para apoiá-los,



mas, ao amanhecer, foram destruídos enquanto tentavam cruzar o campo aberto. Os soldados que já estavam dentro da floresta se agacharam e resistiram enquanto puderam<sup>36</sup>.

Do outro lado das linhas, os alemães anteciparam a vitória. O XXIII Corpo de Reserva recebeu a missão de cruzar o Canal do Yser, seis milhas a oeste, e tomar Poperinghe. Enquanto isso, o XXVI Corpo de Reserva continuaria avançando para o sul contra os canadenses. Ao atravessar o canal e cortar o topo do saliente, os alemães pretendiam forçar os remanescentes britânicos e canadenses a recuar. Com uma vantagem de cinco para dois em homens e de cinco para um em artilharia, os alemães tinham bons motivos para se sentirem confiantes. Somado a isso estava o fato de que a frente que os canadenses agora defendiam quase triplicou, após a derrota dos territoriais franceses no primeiro dia depois do ataque a gás<sup>37</sup>.

Os canadenses trabalharam arduamente para preencher as

brechas abertas pelos combates do dia anterior. A mais difícil era uma lacuna de três quilômetros na frente, a oeste de Saint Julien. Ordens vieram do próprio general Alderson para que o 1º e o 4º batalhões da 1ª Brigada lançassem um contra-ataque para aliviar a brecha. “Às 5 horas, dois batalhões franceses devem contra-atacar Pilckem com a direita apoiada na estrada Pilckem-Ypres”, escreveu Alderson. “Você [1ª Brigada] cooperará com este ataque atacando ao mesmo tempo com a sua esquerda nesta estrada.”<sup>38</sup>

Durante toda a madrugada os canadenses esperaram pelos franceses, mas, uma vez mais, estes não compareceram. O tenente-coronel Arthur Birchell, que lideraria o ataque, pensou ter visto os franceses se organizando em uma fazenda a um quilômetro de distância e deu ordem para que suas próprias tropas se afastassem. Ele estava errado. Como havia acontecido anteriormente em Kitchener's Woods, os franceses não se apre-



sentaram, e os canadenses foram forçados a atacar sozinhos. 1.600 homens moveram-se em ordem de marcha em direção à elevação Mauser Ridge, onde os alemães estavam ocupados escavando posições defensivas<sup>39</sup>.

O cume estava a 1.500 metros de distância, e os alemães permitiram que os canadenses se movessem para o alcance útil do tiro de fuzil, antes de abrirem fogo. Disse o cabo Edward Wackett sobre o massacre que se seguiu: “Não parecia possível que qualquer ser humano pudesse viver sob a chuva de tiros e granadas que começou a cair sobre nós à medida que avançávamos. [...] Por um tempo, todos os outros homens pareceram cair.”<sup>40</sup>

O ataque falhou completamente e os sobreviventes esconderam-se atrás de pequenas pilhas de esterco. No flanco direito, duas companhias do 3º Regimento de Middlesex britânico juntaram-se ao ataque e conseguiram lutar para chegar a 400 metros da posição alemã, antes de também serem detidos. Embora de-

tido pelo fogo inimigo, Birchell não desistiu. Ele pediu e recebeu reforços do 1º Batalhão, que chegou para ajudar o 3º Middlesex a tomar uma fazenda no flanco direito. Durante o resto do dia, as tropas aliadas avançaram o melhor que puderam e lutaram para manter as posições conquistadas com muito esforço<sup>41</sup>.

## **OS BRITÂNICOS TENTAM CONQUISTAR A ELEVAÇÃO**

À tarde, a 13ª Brigada britânica chegou ao local com ordens de tomar o cume, em mais um ataque supostamente coordenado com os franceses. Uma força britânica deveria atacar no lado oeste da estrada Ypres-Pilckem que subia Mauser Ridge, enquanto outro destacamento consistindo de batalhões dos regimentos Buffs, Middlesex, 5º King's Own e 1º de York e Lancaster avançariam, ultrapassando os canadenses presos no lado leste da estrada. Os britânicos atacaram às 16h25 e foram instantaneamente des-



pedaçados, assim como os canadenses naquele dia<sup>42</sup>. Os zuavos franceses, finalmente chegando ao local, posicionaram-se lentamente na frente do 13º Regimento e prontamente avançaram, fazendo com que as tropas britânicas desviassem para a direita e superlotassem o terreno, tornando-os alvos principais das metralhadoras alemãs. Os canadenses apressaram-se para se juntar ao ataque, mas não lograram êxito. Os canadenses sofreram 850 mortos ou feridos na inútil tentativa de tomar o cume de Mauser Ridge, enquanto as perdas britânicas foram ainda maiores, quase 4.000 no total<sup>43</sup>.

Felizmente para os Aliados, o duque Albrecht não conseguiu explorar as brechas em suas linhas, em grande parte devido aos desesperados contra-ataques britânicos e canadenses. Naquela noite, os alemães mobilizaram 34 batalhões adicionais para atacar os oito batalhões canadenses distribuídos entre Gravenstafel e

Kitchener's Woods<sup>44</sup>. O ataque estava programado para começar ao amanhecer. Para ajudar no avanço, os alemães planejaram liberar mais gás cloro sobre os canadenses, esperando que eles abandonassem as posições e corressem, como os franceses haviam feito dois dias antes.

### **OS CANADENSES SUPORTAM UM NOVO ATAQUE A GÁS**

Durante uma longa noite de espera, os canadenses reforçaram sua tênue posição, trazendo suprimentos e espalhando barris de água pelas trincheiras, para que os homens pudessem molhar os lençóis no caso de outro ataque com gás. Este não demorou a chegar. Às 4 da manhã, os alemães lançaram uma pesada nuvem de gás esverdeada que uma brisa de nordeste carregou rapidamente para as linhas canadenses<sup>45</sup>.





Os 8º e 15º batalhões, que controlavam a frente de um quilômetro, receberam o pior dos gaseamentos. Os soldados do 8º colocaram seus lenços molhados na boca, enquanto os homens do 15º receberam uma alta parede de gás que vazou em direção a eles. Os homens imediatamente tiveram dificuldade para respirar e muitos caíram no chão tossindo, cuspidando e vomitando por causa da fumaça. Apesar disso, o

8º não abandonou suas posições, em vez disso, preparou-se para enfrentar os alemães<sup>46</sup>.

Para ter um vislumbre de seus atacantes, os canadenses foram forçados a sair de suas trincheiras para observar por cima do gás. Era uma situação turbulenta e confusa, agravada pelo fato de que os fuzis Ross travavam constantemente. De alguma forma, o 8º Batalhão, com a ajuda do fogo de enfiada do 5º

Fig. 7 – Os alemães liberam o gás Cloro a partir de cilindros pré-posicionados, aproveitando o vento favorável em Ypres, 1915



Fonte: Musée Royal de Histoire Militaire et des Forces Armées, Bruxelles



Batalhão, conseguiu deter o ataque alemão. Infelizmente, o 15º, localizado à esquerda, não se saiu tão bem. “Imagine o inferno em sua pior forma e você terá uma pequena ideia de como era”, comentou mais tarde o sargento William Miller<sup>47</sup>. Ali o gás era tão forte que nem os lenços molhados amorteciam o efeito.

O 15º Batalhão foi repellido, e, com o fogo de cobertura de duas metralhadoras Colt, começou a recuar na direção de Saint Julien. Alguns soldados tombaram nas trincheiras de reserva em Gravenstafel Ridge. Os alemães estavam prestes a invadir completamente as enfraquecidas linhas canadenses, já a 300 metros do cume. Se ocupassem o terreno elevado ali, toda a frente canadense estaria comprometida<sup>48</sup>.

Para proteger Gravenstafel Ridge, os 10º e 16º batalhões receberam ordens em Kitchener's Woods. O 10º já havia sofrido uma severa derrota, sendo reduzido a 20% de seu poder de combate original. Os dois bata-

lhões conseguiram correr em terreno aberto e reforçar as outras unidades canadenses, bem a tempo de repelir outro ataque alemão. Entre Saint Julien e Kitchener's Woods, as tropas canadenses posicionadas entre duas fazendas repeliram repetidos ataques inimigos. Vendo que o número absoluto de suas tropas e o gás venenoso por si só não poderiam quebrar a linha canadense, os alemães recorreram à sua artilharia, numericamente superior, sujeitando os canadenses a um terrível bombardeio<sup>49</sup>.

Com os alemães disparando contra os dois batalhões canadenses de três direções, ficou claro estes se encontravam em uma situação desesperadora em Gravenstafel Ridge. Com os fuzis Ross travando, a munição acabando e os cadáveres de seus camaradas empilhados ao seu redor, os obstinados defensores na base da elevação tentaram abrir caminho através dos alemães em pequenos grupos. Os remanescentes do 7º Batalhão, posicionado a nordeste de Saint



Julien, foram ajudados em seus esforços pelo tenente Donald Bellew e pelo sargento Hugh Peerless, que cobriram a retirada com metralhadoras Colt. Deixando os alemães chegarem a 100 metros, os dois dispararam uma salva reveladora, enquanto os

não cair em mãos inimigas. Em seguida, ele pegou um fuzil com baioneta calada e enfrentou os alemães em um combate corpo-a-corpo. Finalmente rendido, Bellew foi feito prisioneiro. Mais tarde, ele receberia a Victoria Cross por suas façanhas<sup>50</sup>. Os

Fig. 8 – Enfermeiras e médicos atendendo soldados britânicos gaseados em Bailleul



Fonte: Imperial War Museum

alemães continuaram resolutamente o ataque. Peerless foi morto e Bellew ferido, mas o corajoso tenente ainda não havia terminado. Ele continuou a disparar sua metralhadora até ficar sem munição, e então a destruiu, para

compatriotas canadenses que ele ajudou a escapar se uniram aos 14º e 15º batalhões, e estabeleceram uma nova linha defensiva, 270 metros à retaguarda.

Saint Julien ainda permaneceu em mãos canadenses, mas



não por muito tempo. As três companhias que defendiam a localidade sofreram um terrível bombardeio da artilharia alemã e, em seguida, travaram uma violenta luta de rua com 12 batalhões inimigos, antes de serem derrotadas. Por volta das 15h, os alemães tinham controle total da cidade e alguns canadenses, ainda vivos, foram capturados.

O brigadeiro Richard Turner, comandante da 3ª Brigada, ordenou que suas tropas recuassem para a Linha do Quartel-General (GHQ)<sup>51</sup> ao longo da estrada Saint Jean-Poelcappelle. Foi um erro grave cometido por Turner, que, de alguma forma, interpretou mal a simples ordem de “manter sua linha”. Turner entendeu que isso significava a GHQ, e não a linha de contato com os alemães, ameaçada pela abertura da brecha. Além de causar centenas de novas baixas canadenses, a retirada equivocada abriu uma lacuna de três quilômetros e meio entre as trincheiras originais da 3ª Brigada e a linha GHQ. Apenas um punhado

de canadenses permaneceu na brecha, incluindo os defensores sitiados em Gravenstafel Ridge<sup>52</sup>.

O general Sir Arthur Currie, no comando da 2ª Brigada, continuou a controlar Gravenstafel Ridge, mas, a menos que chegassem reforços logo, seria forçado a se retirar. Novas tropas britânicas estavam por perto, mas receberam ordens para permanecer na retaguarda. Currie precisava desses homens e foi pessoalmente até a retaguarda para buscá-los. Os sempre meticulosos oficiais britânicos não movimentariam suas unidades sem ordens por escrito, entretanto Currie dirigiu-se ao quartel-general da 27ª Divisão britânica para obter os documentos necessários. Uma vez lá, ele teve um desentendimento acirrado com o major-general Thomas Snow, o comandante britânico. Currie informou a Snow, em termos inequívocos, que seus homens mal conseguiam aguentar e precisavam desesperadamente de reforços. Snow permaneceu imóvel, e atacou verbalmente Currie por este



não manter a linha sozinho<sup>53</sup>. No caminho de volta para a 2ª Brigada, Currie conseguiu reunir alguns retardatários, mas, na maior parte do tempo, os canadenses que controlavam Gravenstafel Ridge permaneceram sem apoio britânico.

Apesar do descaso de Snow, este finalmente ordenou que reservas ajudassem os canadenses. O 12º Regimento de Rangers de Suffolk e o 12º de Londres dirigiram-se em direção à brecha que Turner inadvertidamente havia causado. Mais tropas britânicas começaram a chegar para reforçar a 3ª Brigada em Fourtin, na esperança de impedir que os alemães alcançassem a linha do GHQ. As tropas britânicas da Brigada York e Durham avançaram precipitadamente contra os alemães perto de Saint Julien. Com o auxílio preciso da artilharia canadense, as forças britânicas derrotaram os alemães, que evacuaram a cidade às pressas, temendo enfrentar um grande avanço aliado, retirando-se para terreno mais elevado ao norte.

## **UMA DERRADEIRA TENTATIVA DE CONQUISTAR O TERRENO ELEVADO**

Turner ainda estava determinado a manter a linha GHQ. Às 19 horas, ele ordenou que o 1º Real Regimento irlandês e dois batalhões da Brigada York e Durham recuassem, reabrindo assim a mesma brecha que acabavam de fechar. O general Alderson finalmente percebeu a interpretação equivocada de Turner sobre a ordem de “manter sua linha”, mas agora estava escuro demais para tentar retomar o terreno perdido. Ambos os lados se prepararam para passar a noite. Os britânicos e canadenses, embora em desvantagem numérica de três para um, ainda resistiram, mas a posição precária de Currie em Gravenstafel Ridge, com seu flanco esquerdo indefinido, parecia provável que cairia à primeira luz do dia. Outras posições defensivas canadenses não estavam em melhores condições.

Persuadidos pelos franceses – que erroneamente pensaram



que os alemães estavam em menor número – a montar um contra-ataque, britânicos e canadenses concordaram em atacar às 3h30. A intenção deles era recapturar Saint Julien e “empurrar o inimigo daquela região para o mais ao norte possível”<sup>54</sup>. O brigadeiro Charles Hull, comandando a 10ª Brigada britânica, lideraria o ataque, o qual, desencadeado na manhã do dia 25, resultou em um tremendo fracasso. Para começar, a ação foi adiada em uma hora, mas a artilharia não recebeu a informação, e abriu fogo no horário inicialmente planejado, alertando os alemães sobre o ataque iminente e anunciando que Saint Julien não estava mais em posse dos Aliados. Os alemães dirigiram-se imediatamente para a cidade vazia e a ocuparam. Além disso, apenas cinco batalhões britânicos foram escalados para participar do ataque, em vez da força prevista no planejamento inicial de 15 batalhões britânicos e canadenses combinados.

Fig. 9 – Depois da experiência em Ypres, todos os exércitos envolvidos na Grande Guerra providenciaram equipamentos de proteção ao gás mais adequados. Aqui, uma máscara contra gases canadense pós-Ypres, 1915.



Fonte: Musée de l'Armée, Paris

Somente às 5h30, perto do amanhecer, os batalhões designados para o ataque conseguiram entrar em posição. Cada um deles, então, atacou sozinho, de forma fragmentada, e foi massacrado pelas metralhadoras alemãs. O tenente Walter Critchley, do 10º Batalhão canadense, assistindo ao ataque, comentou



mais tarde: “Nunca vi tal massa-cre em minha vida [...] eles estavam alinhados em uma longa fila, em linha reta [...] e os hunos os atacaram com metralhadoras. Eles foram simplesmente arrasados. Foi patético.”<sup>55</sup> Às 7h, o ataque terminou, ao custo de 2.419 soldados britânicos mortos e feridos. Os remanescentes da 10<sup>a</sup> Brigada recuaram para as linhas canadenses, e preencheram a brecha<sup>56</sup>.

Os canadenses, no entanto, ainda permaneciam vulneráveis. A artilharia alemã lançou um bombardeio, enquanto sua infantaria atacou tanto a 28<sup>a</sup> Divisão britânica, à direita, quanto a 1<sup>a</sup> Divisão canadense, à esquerda. Os ataques foram rechaçados, mas os alemães conseguiram conquistar um trecho de 60 metros da trincheira aliada. Os canadenses mal conseguiam aguentar. Em razão de mais um mal-entendido, Alderson acreditou que Gravenstafel Ridge havia caído, e, em vez de ordenar que Snow enviasse reforços tão necessários para o cume, ordenou

ao general inglês que estabelecesse uma segunda linha meia milha atrás do cume, para deter o suposto avanço dos alemães. Mais uma vez os canadenses estavam sozinhos e por sua conta.

Milhares de soldados alemães fizeram então outro ataque massivo contra a posição Aliada diante do cume. Os defensores lutaram valentemente, mas foram derrotados pelo grande número de tropas inimigas. Currie e seus comandantes de batalhão decidiram com relutância pelo abandono do cume, e, sob o manto da escuridão, os canadenses se retiraram e retraíram para a nova linha britânica<sup>57</sup>. Infelizmente, os britânicos não estavam lá. Temendo outro ataque à sua divisão, Snow simplesmente não moveu suas forças. Enquanto isso, as tropas britânicas em Gravenstafel Ridge recusaram-se a retirar-se sem ordens escritas. Mais uma vez abandonados, os canadenses decidiram dar meia-volta e se juntar a seus camaradas britânicos no cume.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A substituição na frente de batalha finalmente chegou para os canadenses sitiados na manhã seguinte, quando foram retirados da linha. Descanso e comida quente os aguardavam à retaguarda, enquanto novas tropas britânicas avançavam e assumiam suas posições.

Após a segunda Batalha de Ypres e a experiência intensiva com o uso de armas químicas pelos alemães, as forças canadenses continuaram a desempenhar um papel fundamental na Frente Ocidental. Enquanto a guerra avançava, o Canadá aumentou seu compromisso militar, enviando mais tropas e contribuindo significativamente com o esforço de guerra Aliado.

A participação canadense na ofensiva do Somme, em 1916, marcou outro capítulo crucial, quando suas forças desempenharam um papel importante na ofensiva aliada, enfrentando desafios significativos, incluindo terreno difícil e forte resistência

alemã. A vitória canadense na Batalha de Courcellette foi particularmente notável, evidenciando sua habilidade e determinação em condições de combate intensas.

Outro marco significativo para as forças canadenses foi a Batalha de Vimy Ridge, em abril de 1917. Nesse confronto, as tropas canadenses alcançaram uma notável vitória, capturando uma posição estratégica que havia resistido a tentativas anteriores de conquista. A vitória em Vimy Ridge é frequentemente citada como um momento de afirmação da identidade nacional canadense, destacando a coesão e a bravura de suas tropas.

As tropas canadenses também tiveram participação destacada na terceira Batalha de Ypres, também conhecida como a Batalha de Passchendaele. Enfrentando condições de lama e terreno difícil, os canadenses demonstraram uma notável resistência, apesar das adversidades, contribuindo para o avanço gradual das forças aliadas.





A nominada ofensiva dos Cem Dias foi o último grande esforço Aliado que finalmente levou ao colapso as Potências Centrais. As forças canadenses desempenharam um papel crucial nesse período, participando de operações importantes, como a Batalha de Amiens. A habilidade tática e a determinação das tropas canadenses foram fundamentais para o sucesso da ofensiva, que culminou na assinatura do Armistício, em 11 de novembro de 1918.

Apesar de todas essas vitórias, no entanto, foi o sangrento batismo de fogo de quatro dias, experimentado pela 1ª Divisão, na segunda Batalha de Ypres, que inscreveu na história a participação do Canadá na Grande Guerra. Metade de seus homens, 6.036, tornaram-se baixas de combate, entre mortos e feridos<sup>58</sup>. No entanto, em sua primeira participação em combate, a divisão recém-formada e sem experiência contribuiu para evitar um grande desastre aliado.

O marechal de campo britânico Sir John French, comandante das forças britânicas na França, percebeu como a situação havia sido difícil e prestou homenagem aos integrantes do Império Britânico. “Os canadenses”, escreveu, “mantiveram-se firmes com uma magnífica demonstração de tenacidade e coragem; e não é exagero dizer que o porte e a conduta dessas esplêndidas tropas evitaram um desastre que poderia ter causado as mais graves consequências.”<sup>59</sup>

Os próprios canadenses foram mais modestos em relação às suas façanhas. O soldado George Patrick, do 2º Batalhão, comentou: “Ninguém tinha ideia de sair. Não sabíamos o suficiente sobre isso para saber que estávamos derrotados. Entramos lá e íamos ficar lá, e pronto.”<sup>60</sup>

## **FONTES PRIMÁRIAS**

Diário de guerra da 1ª Divisão canadense. National Archives, Surrey.



Diário de guerra da 2ª Brigada canadense. National Archives, Surrey.

Diário de guerra da 3ª Brigada canadense. National Archives, Surrey.

Diário de guerra do 10º Batalhão canadense. National Archives, Surrey.

Diário de guerra do 15º Batalhão canadense. National Archives, Surrey.

Diário de Sir John French. Imperial War Museum, Londres.

## BIBLIOGRAFIA

ALLEN, Ralph. *Ordeal by fire*. New York: Doubleday & Company, 1961.

BENEDICT, Michael (org.). *On the Battlefields: From the archives of "Maclean's Magazine"*. Toronto: Penguin Canada, 2002.

BROWN, Lawrence. *The canadian soldier*. Bayeux: Orep, 2017.

CANADA. Statisticas Canada. *The Constitution and Government of Canada, 1914*. 31 mar. 2008. Disponível em <<https://www65.statcan.gc.ca/a>

>[cyhb07/acyb07\\_2014-eng.htm](https://www65.statcan.gc.ca/a/cyhb07/acyb07_2014-eng.htm)>. Acesso em 6 fev. 2024.

COATE, Leslie. *Ypres 1914-1918: a study in history around us*. Brighton: Delia Press, 1995.

COLEMAN, Julie. *A History of cant and slang dictionaries*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

DUCKERS, P. *The Victoria Cross*. London: Shire Publications, 2011.

EDMONDS, James (coord.). *History of the Great War based on official documents*, t. 1, France and Belgium, 1915. London: Macmillan and Co., 1922-47.

FRANCIS, Roger et al. *The Ross Rifle story*. Toronto: Michael W. Leonard, 2002.

GLIDDON, Gerald. *For valour: Canadians and the Victoria Cross in the Great War*. Toronto: Dundurn, 2015.

GOVERNMENT OF CANADA. National security and defence. *Fred Fisher*. Disponível em <<https://www.canada.ca/en/department-national-defence/services/medals/victoria-cross-recipients/fred->



fisher.html> Acesso em 2 fev. 2024.

GOVERNMENT OF CANADA. *The Canadian Virtual War Memorial*. Disponível em <<http://www.veterans.gc.ca>>. Acesso em 5 fev. 2024.

HARVEY, David. *Monuments to Courage: Victoria Cross headstones and memorials*, v. 1, 1854–1916. Kevin & Kay Patience, 1999.

HOLLEMAN, A.; WIBERG, E. *Inorganic Chemistry*. San Diego: Academic Press, 2001.

KRAUSE, Jonathan. Dawn of gas warfare Ypres. *History War*, 29 dez.2020. Disponível em <<https://pt.everand.com/article/489464198/Dawn-Of-Gas-Warfare-Ypres>>. Acesso em 2 fev. 2024.

LAMFALUSSY, E. *La neutralité de la Belgique dans le système diplomatique du XIXe siècle: étude des traités de garantie de 1831 et 1839*. Bruxelles: Éditions de l'Institut de Sociologie, 1965.

MAISON DE L'HISTOIRE EUROPÉENNE. *From the trenches to the web: World War One centenary event*. 2018. Disponível em

<[https://historia-euro-pa.ep.eu/sites/default/files/files/press/centenary\\_tour\\_finale\\_event\\_heh.pdf](https://historia-euro-pa.ep.eu/sites/default/files/files/press/centenary_tour_finale_event_heh.pdf)>. Acesso em 22 mar. 2022.

NICHOLSON, Gerald. *Canadian Expeditionary Force 1914–1919: official history of the Canadian Army in the First World War*. Ottawa: Queen's Printer and Controller of Stationery, 1964 [1962].

PAYAN-PASSERON, André. *La bataille de Lorraine d'août et septembre 1914: analyse stratégique et détaillée*. Paris: Éditions L'Harmattan, 2021.

ROBERTS, B. *The laws of war: constraints on warfare in the Western World*. Yale: Yale University Press, 2014.

SEYMOUR, Charles. *The diplomatic background of the War*. Yale: Yale University Press, 1916.

SMITH, F.; SMITH, J. *The history of chemical warfare*. New York: Dorset Press, 1998.

SONDHAUS, Lawrence. *A Primeira Guerra Mundial: história completa*. São Paulo: Contexto, 2015.



THE GREAT WAR 1914-1918.  
*The Second Battle of Ypres, 1915*.  
Disponível em  
<<http://www.greatwar.co.uk/battles/second-ypres-1915/prelude/defences.htm>>.  
Acesso em 3 fev. 2024.

## NOTAS

<sup>1</sup> MUSÉE IN FLANDERS FIELDS. Disponível em <<https://www.inlandersfields.be/fr>>. Acesso em 2 abr 2022.

<sup>2</sup> De acordo com Sondhaus (2015, p.13) “em setembro de 1914, em declarações citadas pela imprensa norte-americana, o biólogo alemão e filósofo Ernst Haeckel fez a primeira referência registrada ao conflito como ‘Primeira Guerra Mundial’ [...]”. No entanto, segundo o autor, “o rótulo de ‘Primeira Guerra Mundial’ só se tornaria corrente depois de 1939, quando a revista *Time* e uma série de outras publicações popularizaram seu uso como corolário da expressão ‘Segunda Guerra Mundial’.” No presente trabalho, a partir daqui, utilizarei a

expressão contemporânea Grande Guerra.

<sup>3</sup> SEYMOUR, Charles. *The diplomatic background of the War*. Yale: Yale University Press, 1916.

<sup>4</sup> O Plano Schlieffen foi uma estratégia militar alemã desenvolvida pelo Marechal Alfred von Schlieffen antes da Primeira Guerra Mundial. Criado em 1905, o plano buscava uma rápida vitória alemã ao contornar as fortificações francesas pela Bélgica e, subsequentemente, cercar as forças francesas pelo oeste. A ideia central era uma mobilização em massa e uma manobra envolvente, visando derrotar a França em um curto período antes de se voltar contra a Rússia. Cf. MAISON DE L’HISTOIRE EUROPÉENNE. *From the trenches to the web: World War One centenary event*. 2018. Disponível em <[https://historia-euro-pa.ep.eu/sites/default/files/files/press/centenary\\_tour\\_finale\\_event\\_heh.pdf](https://historia-euro-pa.ep.eu/sites/default/files/files/press/centenary_tour_finale_event_heh.pdf)>. Acesso em 22 mar. 2022.

<sup>5</sup> Antes da eclosão da Grande Guerra, França e Grã-Bretanha formalizaram acordos em que se comprometiam com a defesa da neutralidade belga contra possíveis ataques. O tratado franco-belga foi assinado em 19 de abril de 1839, como parte do reconhecimento internacional da independência belga após a Revolução Belga de 1830. Já o tratado anglo-



---

belga foi estabelecido em 22 de agosto de 1839, ambos reforçando o compromisso de proteger a integridade territorial da Bélgica. Esses tratados, conhecidos como os Tratados de 1839, ganharam relevância crucial durante a Grande Guerra, quando a invasão alemã da Bélgica em agosto de 1914 desencadeou o apoio militar da França e da Grã-Bretanha em defesa da soberania belga. Ver LAMFALUSSY, E. *La neutralité de la Belgique dans le système diplomatique du XIXe siècle: étude des traités de garantie de 1831 et 1839*. Bruxelles: Éditions de l'Institut de Sociologie, 1965.

<sup>6</sup> PAYAN-PASSERON, André. *La bataille de Lorraine d'août et septembre 1914: analyse stratégique et détaillée*. Paris: Éditions L'Harmattan, 2021.

<sup>7</sup> CANADA. Statistic Canada. *The Constitution and Government of Canada, 1914*. 31 mar. 2008. Disponível em <[https://www65.statcan.gc.ca/acyb07/acyb07\\_2014-eng.htm](https://www65.statcan.gc.ca/acyb07/acyb07_2014-eng.htm)>. Acesso em 6 fev. 2024.

<sup>8</sup> BROWN, Lawrence. *The canadian soldier*. Bayeux: Orep, 2017.

<sup>9</sup> Ibid.

<sup>10</sup> O tenente-general Sir Edwin Alfred Hervev Alderson era um oficial de carreira do Exército Britânico que serviu em várias campanhas do final do século XIX e início do século XX.

---

Entre 1915 a 1916, durante a Grande Guerra, comandou a Força Expedicionária Canadense na Frente Ocidental. Ver ALLEN, Ralph. *Ordeal by fire*. New York: Doubleday & Company, 1961.

<sup>11</sup> Diário de guerra da 1ª Divisão canadense. National Archives, Surrey.

<sup>12</sup> FRANCIS, Roger et al. *The Ross Rifle story*. Toronto: Michael W. Leonard, 2002.

<sup>13</sup> NICHOLSON, Gerald. *Canadian Expeditionary Force 1914–1919: official history of the Canadian Army in the First World War*. Ottawa: Queen's Printer and Controller of Stationery, 1964 [1962].

<sup>14</sup> Diário de guerra da 1ª Divisão canadense. National Archives, Surrey.

<sup>15</sup> "Terra de ninguém" é um termo empregado para designar um território não ocupado ou, mais especificamente, um território sob disputa entre partes que não o ocuparam por medo ou incerteza. O termo é uma derivação da expressão da língua inglesa "no man's land" (literalmente, "terra de nenhum homem") criada durante a Grande Guerra. Cf. COLEMAN, Julie. *A History of cant and slang dictionaries* Oxford: Oxford University Press, 2008.

<sup>16</sup> SMITH, F.; SMITH, J. *The history of chemical warfare*. New York: Dorset Press, 1998.



<sup>17</sup> Fritz Haber (1868-1934) foi agraciado com o Prêmio Nobel de Química em 1918 em reconhecimento ao seu papel crucial no desenvolvimento do processo Haber-Bosch, que possibilitou a produção em escala industrial de amônia. Essa contribuição teve um impacto significativo na agricultura, permitindo a fabricação de fertilizantes em larga escala e, consequentemente, influenciando a produção global de alimentos. Ver HOLLEMAN, A.; WIBERG, E. *Inorganic Chemistry*. San Diego: Academic Press, 2001.

<sup>18</sup> A Convenção de Haia de 1899, em seu Anexo à Convenção IV, estabeleceu uma proibição do uso de projéteis que tinham como objetivo a difusão de gases asfixiantes ou prejudiciais. A nova convenção, de 1907, reafirmou essas proibições no Artigo 23, que eram, principalmente, dirigidas aos projéteis de artilharia projetados para espalhar as substâncias venenosas. Ver ROBERTS, B. *The laws of war: constraints on warfare in the Western World*. Yale: Yale University Press, 2014.

<sup>19</sup> SMITH; SMITH, op.cit.

<sup>20</sup> COATE, Leslie. *Ypres 1914-1918: a study in history around us*. Brighton: Delia Press, 1995.

<sup>21</sup> Ibid.

<sup>22</sup> KRAUSE, Jonathan. Dawn of gas warfare Ypres. *History War*, 29

dez.2020. Disponível em <<https://pt.everand.com/article/489464198/Dawn-Of-Gas-Warfare-Ypres>>. Acesso em 2 fev. 2024.

<sup>23</sup> Ibid.

<sup>24</sup> SMITH; SMITH, op.cit.

<sup>25</sup> COATE, op.cit.

<sup>26</sup> SMITH; SMITH, op.cit., 1998.

<sup>27</sup> COATE, op.cit.

<sup>28</sup> Ibid.

<sup>29</sup> HARVEY, David. *Monuments to Courage: Victoria Cross headstones and memorials*, v. 1, 1854–1916. Kevin & Kay Patience, 1999.

<sup>30</sup> SMITH; SMITH, op.cit., 1998.

<sup>31</sup> COATE, op.cit.

<sup>32</sup> GOVERNMENT OF CANADA. National security and defence. *Fred Fisher*. Disponível em <<https://www.canada.ca/en/department-national-defence/services/medals/victoria-cross-recipients/fred-fisher.html>> Acesso em 02 fev. 2024.

<sup>33</sup> A Medalha Victoria Cross (VC) é a mais alta condecoração militar concedida por bravura no Reino Unido e em outros países do Império Britânico. Foi instituída em 1856, durante a Guerra da Crimeia, e é concedida por atos de coragem excepcionais em presença do inimigo. Ver DUCKERS, P. *The Victoria Cross*. London: Shire Publications, 2011.



---

<sup>34</sup> COATE, op.cit.

<sup>35</sup> Diário de guerra do 10º Batalhão canadense. National Archives, Surrey.

<sup>36</sup> BROWN, op.cit.

<sup>37</sup> COATE, op.cit.

<sup>38</sup> Diário de guerra da 1ª Divisão canadense. National Archives, Surrey.

<sup>39</sup> COATE, op.cit.

<sup>40</sup> Diário de guerra da 1ª Divisão canadense. National Archives, Surrey.

<sup>41</sup> EDMONDS, James (coord.). *History of the Great War based on official documents*, t. 1, France and Belgium, 1915. London: Macmillan and Co., 1922-47.

<sup>42</sup> Ibid.

<sup>43</sup> COATE, op.cit.

<sup>44</sup> Ibid.

<sup>45</sup> KRAUSE, op.cit.

<sup>46</sup> COATE, op.cit.

<sup>47</sup> Diário de guerra do 15º Batalhão canadense. National Archives, Surrey.

<sup>48</sup> Ibid.

<sup>49</sup> KRAUSE, op.cit.

<sup>50</sup> BENEDICT, Michael (org.). *On the Battlefields: From the archives of "Maclean's Magazine"*. Toronto: Penguin Canada, 2002.

<sup>51</sup> A GHQ consistia em uma segunda linha de defesa, mais recuada do que a linha de frente inicial e mais próxima a cidade de Ypres, no consoante com a defesa em profundidade estabeleci-

---

da pela doutrina militar britânica da época. Ver THE GREAT WAR 1914-1918. *The Second Battle of Ypres, 1915*. Disponível em <<http://www.greatwar.co.uk/battles/second-ypres-1915/prelude/defences.htm>>. Acesso em 3 fev. 2024.

<sup>52</sup> Diário de guerra da 3ª Brigada canadense. National Archives, Surrey.

<sup>53</sup> KRAUSE, op.cit.

<sup>54</sup> COATE, op.cit.

<sup>55</sup> Diário de guerra do 10º Batalhão canadense. National Archives, Surrey.

<sup>56</sup> Ibid.

<sup>57</sup> Diário de guerra da 2ª Brigada canadense. National Archives, Surrey.

<sup>58</sup> Diário de guerra da 1ª Divisão canadense. National Archives, Surrey.

<sup>59</sup> Diário de Sir John French. Imperial War Museum, Londres.

<sup>60</sup> GOVERNMENT OF CANADA. *The Canadian Virtual War Memorial*. Disponível em <<http://www.veterans.gc.ca>>. Acesso em 5 fev. 2024.

# Dois mestres/artistas e pintores que figuraram as respectivas experiências da guerra

Diogo Velez <sup>a</sup>

**Resumo:** O presente artigo estuda o papel dos pintores militares na perpetuação das intervenções bélicas, por meio das obras de Adriano de Sousa Lopes e Cândido López. Sousa Lopes immortalizou a Grande Guerra através de suas pinturas, capturando não apenas as batalhas, mas também a dureza da vida nas trincheiras e baterias de artilharia. Da mesma forma, López retratou vividamente a Guerra da Tríplice Aliança, destacando não apenas os combates, mas também a vida cotidiana dos soldados. Ambos os artistas oferecem uma visão única e detalhada do cenário militar, contribuindo para a compreensão histórica e emocional desses eventos. O artigo demonstra como as obras ressaltam a importância dos artistas militares em documentar e preservar a memória das guerras, proporcionando um testemunho visual duradouro dos momentos cruciais da história.

**Palavras-chave:** pintores militares, Grande Guerra, Guerra da Tríplice Aliança, cotidiano dos combatentes.

## OS ARTISTAS

Apesar de ambos terem obras artísticas de outras temáticas, neste escrito pretende-se dar a conhecer quem foram dois homens que vivenciaram experiências de guerra como pintores e apresentar algumas das respectivas obras. Um pode ser descrito formalmente como sendo algo

eclético, que oscilou entre as aproximações ao impressionismo e formas de representação mais académicas. Percorreu uma grande diversidade de temas, dos retratos, paisagens e naturezas mortas a episódios da história.

O outro classificado como integrante da *naif* tornou-se célebre através dos seus quadros históricos sobre a Guerra da Tríplice

---

<sup>a</sup> Coronel do Exército Português. Associado Correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.





Fig. 1 – Autorretrato (1917) – Adriano de Sousa Lopes



Fonte: Museu Nacional de Arte Contemporânea, Lisboa

plice Aliança. A ideia de representar as experiências da guerra teve sua origem durante a campanha, como testifica sua liberdade de esboços.

Adriano de Sousa Lopes (13 de fevereiro de 1879 - 21 de abril de 1944) nasceu no lugar de Vi-

digal, freguesia de Pouzos, concelho de Leiria. Foi um gravador e pintor modernista português. Em 1898 inscreveu-se na Academia de Belas Artes. Partiu para Paris em 1903 como pensionista do Legado Valmor em Pintura de história; frequentou a *École Nationale des Beaux-Arts* e, depois a Academia Julian. Faz uma viagem a Itália em 1907, e depois regressou a Paris. Foi nomeado pelo governo da República capitão-artista do Corpo

Expedicionário Português<sup>1</sup> (CEP), e realizou em 1917 uma missão oficial com o objetivo de propaganda. Quando chegou à frente de batalha, passou a ter uma visão mais pessoal da guerra, destinada a testemunhar o drama



humano das trincheiras de França. Algumas das suas extraordinárias pinturas estão visíveis no Museu Militar de Lisboa<sup>2</sup>.

Pintor expressamente eclético oscilou entre as aproximações ao impressionismo e a formas de representação mais acadêmicas. Transitou por uma imensa diversidade de temas, dos retratos, a paisagens e a naturezas mortas, a episódios da história.

Cândido López (29 de agosto de 1840 - 31 de dezembro de 1902) nasceu em Buenos Aires e foi um pintor argentino que nasceu no seio de uma família crioula. Evidenciando veia especial pelas artes, estudou com professores italianos (Carlos Descalzo, Baldassarre Verazzi e Ignacio Manzoni) em uma época em que a pintura era pouco praticada na cidade-porto. Ainda

Fig. 2 – Autorretrato (1858) - Cândido López



Fonte: Museu Nacional de Belas Artes, Buenos Aires<sup>1</sup>

jovem, aprimorou-se como pintor-retratista e fotógrafo-retratista, dedicando-se a fotografar pequenas cidades das províncias de Buenos Aires e Santa Fé.

Quando começou a Guerra da Tríplice Aliança<sup>3</sup>, ele estava planejando uma viagem à Europa



para aperfeiçoar a sua arte, mas decidiu-se pelo ingresso no exército para lutar na guerra. Assim conseguiu registrar cada momento e traçou noventa pinturas e contou as suas experiências num diário: — “Ao me apresentar como soldado voluntário em defesa de meu país em uma guerra nacional também me propus a servir como historiador com o pincel”, — narrou López numa carta que enviou a Bartolomé Mitre, em junho de 1887.

Em 1865, integrou como voluntário o batalhão de infantaria de San Nicolás que partiu para o norte sob o comando máximo do general Wanceslao Pauñero. Esta decisão não constituiu uma rotura com a pintura, já que o jovem tenente “carregava” consigo o material necessário para realizar o seu objetivo de fixar cenas daquele conflito. Dos oitocentos que marcharam para o combate, voltaram, cinco anos mais tarde, apenas 83, em boa parte estropiados, como no caso de Cândido López. A sua vida e a sua arte mudaram na batalha de Curu-

paytí<sup>4</sup>, quando uma granada destruiu sua mão direita e seu braço teve que ser amputado para estancar a gangrena. O “Curupaytí maneta”, como ficou conhecido desde então, foi obrigado a treinar a mão esquerda e, ao longo dos anos, pintou cinquenta e dois quadros. Algumas peças representam acampamentos militares, outras narram batalhas ou momentos em que um rio é atravessado de margem a margem, outras fainas militares, invernadas de gado, fortalezas inimigas conquistadas, navios sobre rios (Paraná, Paraguai etc.), embarque de tropas de entre outras.

## SEUS PERCURSOS

Adriano de Sousa Lopes em 1917 realiza uma primeira exposição individual, na Sociedade Nacional de Belas Artes (SNBA), em Lisboa. Nesse ano parte para a Frente na Grande Guerra como oficial artista, produzindo uma série de trabalhos em que regista a ação do Corpo Expedicionário



Português. Em 1918 instala-se perto de Versailles e faz esboços preparatórios sobre a Grande Guerra. A 31 de julho de 1919, foi agraciado com o grau de Cavaleiro da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada. Em 1923 expõe em Paris. Até 1927 viaja pela Europa e pelo Norte de África, passando temporadas em França e em Portugal; nesse ano expõe de novo na SNBA, e assume a direção do Museu Nacional de Arte Contemporânea, em Lisboa. Ao longo da década de 1930 recebe diversas encomendas oficiais, nomeadamente para o Museu Militar de Lisboa e para o Salão Nobre da Assembleia Nacional, projeto que ficará interrompido pela sua morte.

A sua obra inicial do período parisiense revela uma "admiração empenhada pela pintura académica, que praticou como discípulo de Cormon", assemelhando-se por vezes ao "simbolismo temático e pictural vindo de Ingres a Gustave Moreau"; a esta situação estilística concernem pinturas como *Ondi-*

*nas*<sup>5</sup> (1908) e *Caçador de águias* (1905), pertencentes à coleção do Museu do Chiado. Renovou a sua pintura através de uma aproximação ao impressionismo.

A participação na Grande Guerra como oficial encarregado de pintar os seus temas determinou a fase seguinte da sua vida. Sousa Lopes realizou uma série genericamente denominada *Portugal na Grande Guerra*, em que ilustrou de forma expressiva uma multiplicidade de cenas tais como: *9 de Abril* ou *O capitão Beleza dos Santos atravessa uma densíssima barragem de artilharia e consegue salvar a sua bateria de 75*.

Em 1978, a Câmara Municipal de Lisboa homenageou o pintor dando o seu nome a uma rua próxima da Avenida Álvaro Pais, em Lisboa.

Cândido López retratou a Guerra da Tríplice Aliança desde as trincheiras (uma das características de sua obra sobre a Guerra do Tríplice Aliança é que ele não só pintou os combates, segundo a tradição da pintura de



batalha, mas também outros aspectos do conflito, como as marchas do exército e a vida nos campos). López foi soldado e cronista: escreveu um diário e esboçou a carvão cenas da guerra em que uma coligação - formada por Uruguai, Argentina e Brasil - lutou contra o Paraguai entre 1864 e 1870. Na batalha de Curupaytí, López perdeu o seu braço direito, reeducou o esquerdo e levou parte desses esboços para a tela.

As pinturas a óleo de López têm grande valor testemunhal e artístico, pois ele foi um ator histórico que pintou o que sofreu nas frentes de batalha. Foi à guerra não só com armas, mas também com papel e lápis para testemunhar o que estava a acontecer.

A maioria das pinturas vinha acompanhada de textos explicativos dos acontecimentos (exemplo: para depois da batalha de Curupaytí o seu texto é dos mais breves: — “Obedecendo ao toque de retirada, as tropas o iniciaram sem ser perseguidas pelo inimi-

go. Quando ao alcance do desfiladeiro não ficou um só soldado aliado, o Regimento nº 12 de infantaria paraguaio saiu das trincheiras a coletar a pilhagem”). Os seus textos serviam para descrever o que não se vê. Assim, ele relatou que tal unidade militar não aparece na pintura, por questões espaciais, mas oferece a sua localização exata, garantindo a faculdade de reconstituir toda a cena.

López declarou que as suas pinturas sobre cenas de guerra não eram precisamente um primor, mas os pormenores e a precisão dos fatos, guardados no tempo alcançariam certamente a história do seu país. O pintor nunca deu relevo artístico à sua obra, mas as suas pinturas foram reconhecidas tanto artisticamente como pelo seu valor testemunhal (além de toda a valia estética a sua obra é fonte documental não só do processamento histórico, mas também do processo ambiental).



## SUAS OBRAS

Fig. 10 – As mães dos Soldados desconhecidos, de Adriano de Sousa Lopes



Fonte: Museu Militar de Lisboa

Fig. 11 – No Museu Militar de Lisboa, as salas com as monumentais pinturas de Adriano de Sousa Lopes dedicadas à Grande Guerra e à participação portuguesa no conflito.



Fonte: Acervo do autor



Fig. 12 – Assalto da 1ª coluna brasileira a Curupaytí, de Cândido López, 1897



Fonte: Museu Nacional de Belas Artes, Buenos Aires

Fig. 13 – Assalto da 2ª coluna brasileira a Curupaytí, de Cândido López, 1894



Fonte: Museu Nacional de Belas Artes, Buenos Aires

Fig. 14 – Assalto da 4ª coluna argentina a Curupaytí, de Cândido López, 1898



Fonte: Museu Nacional de Belas Artes, Buenos Aires



Fig. 15 – Depois da batalha de Curupaytí, de Cândido López, 1893



Fonte: Museu Nacional de Belas Artes, Buenos Aires

Fig. 16 – Ataque da esquadra brasileira às baterias de Curupayty, em 22 de setembro de 1866, de Cândido López, 1901



Fonte: Museu Nacional de Belas Artes, Buenos Aires

Fig. 17 – Representação artística da batalha de Tuyutí, de Cândido López, 1876-1885



Fonte: Museu Nacional de Belas Artes, Buenos Aires





Fig. 18 – Soldados paraguaios feridos, prisioneiros da batalha de Yatay, de Cândido López, 1892



Fonte: Museu Nacional de Belas Artes, Buenos Aires

Fig. 19 – Travessia de um rio, de Cândido López



Fonte: Museu Nacional de Belas Artes, Buenos Aires



## SÚMULA ADICIONAL

A temática da guerra vista apenas por eventos políticos e militares é apenas uma escassa e simplificadora perspectiva da história, e em muito exaurida de conteúdos emotivos e humanos. Muitas vezes a guerra é-nos relatada em documentos oficiais, por testemunhos pessoais, por jornalistas, até por boatos ou ainda por notícias preparadas convenientemente pelos vencedores ou por quem controla a comunicação social e a história oficial.

Um artista de guerra é um artista encarregado por um governo, ou imbuído de automotivação, para documentar a sua experiência de guerra sob a forma de um arquivo ilustrativo ou de uma descrição de como os eventos no campo de batalha se desenrolam na vida de quem a cruza; e/ou para fins de informação ou propaganda. Os artistas de guerra exploram com mestria as dimensões visuais e sensoriais da guerra, muitas vezes ausentes

em histórias ou relatos escritos sobre a guerra.

Os artistas de guerra podem estar envolvidos como espectadores das cenas, militares que respondem a vigorosos impulsos internos para reproduzir a experiência direta da guerra, ou indivíduos que são oficialmente encarregados para estarem presentes e registrar a atividade militar. Um artista de guerra cria um relato visual do impacto da guerra, apresentando como os homens e as mulheres se preparam, lutam, sofrem, celebram, ou são destruídos.

As suas obras ilustram, realçam e registam (as atividades militares que o visual e a escrita não obtêm) experiências da guerra, sejam elas aliadas ou inimigas, militares ou civis. A função do artista e da sua obra tem um propósito essencialmente educacional.

Os militares artistas são importantes sem dúvida, pois são testemunhas estéticas de um momento de suma importância na história militar da humanida-



de, uma vez que contribuem para criar uma visão da intervenção bélica onde estão inseridos.

A panorâmica destes dois ilustres artistas que procuramos fixar pretende ser alcançada com apenas alguns dos mais significativos trabalhos que ambos realizaram. Pretendeu-se dar uma visão geral de duas tendências estéticas através das quais se retratam vivamente os acontecimentos de quem os viveu *in loco*, em períodos dramáticos da história da humanidade.

Deseja-se, mais que tudo, que estes nomes e estas obras não sejam esquecidos, mas sim recordados como pedagogia para os entes vindouros.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> O Corpo Expedicionário Português foi a principal força militar portuguesa que participou na frente europeia da Grande Guerra. Foi enviada para o norte da França com a finalidade de, através da sua participação ativa no esforço de guerra contra a Alemanha,

---

que também ameaçava os territórios ultramarinos portugueses, conseguir apoios dos seus aliados, evitar a perda daqueles territórios e estabelecer uma reputação séria a nível europeu. Portugal também enviou para França outra força: o Corpo de Artilharia Pesada Independente (CAPI) que se destinou a responder a um pedido de ajuda francesa, ficando sob comando do Exército Francês, sendo aí conhecido por *Corps de Artillerie Lourde Portugaise* (CALP) e tendo operado artilharia superpesada de caminho de ferro, com obuses de 320mm, 240mm e 190mm.

<sup>2</sup> O Museu Militar de Lisboa é uma unidade museológica do Exército Português que se localiza no Largo dos Caminhos de Ferro em Lisboa. É o maior museu militar em Portugal e um dos mais antigos da cidade de Lisboa, sendo possuidor de um vasto e valioso património museológico (coleções apresentadas em 33 espaços expositivos de: peças de artilharia em bronze; azulejaria; quadros e esculturas). Encontra-se classificado como Imóvel de Interesse Público desde 1963. Em 10 de junho de 2022, foi agraciado com o grau de Membro-Honorário da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada, pelo Presidente da República.

<sup>3</sup> A Guerra do Paraguai foi o maior conflito armado internacional ocorri-



---

do na América Latina. Foi travada entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, composta pelo Império do Brasil, Argentina e Uruguai. Estendeu de dezembro de 1864 a março de 1870. É também chamada Guerra da Tríplice Aliança, na Argentina e no Uruguai, e de Guerra Grande, Guerra Contra a Tríplice Aliança e Guerra-Guaçu no Paraguai.

<sup>4</sup> A batalha de Curupaytí foi uma das grandes batalhas da Guerra do Paraguai, travada no dia 22 de setembro de 1866 no Forte de Curupaytí, às margens do rio Paraguai. Foi um confronto que envolveu cerca de 25 mil soldados, sendo 20 mil soldados aliados e por volta de 20 navios da Armada Imperial, contra 5 mil paraguaios entrincheirados.

<sup>5</sup> Ondinas são uma categoria dos elementais religiosos, sendo associadas com a água quase que invariavelmente descritas como femininas, e normalmente encontradas em piscinas florestais e cachoeiras. Apesar de parecerem humanas, não possuem uma alma humana, pois são espíritos da natureza. Sua forma humana é resultado da proximidade que elas mantêm com os humanos, adquirindo sua aparência.

# JK, o médico da Força Pública Mineira

Flávio Antônio Silva Augusto <sup>a</sup>

**Resumo:** Esta pesquisa tem por objetivo analisar se Juscelino Kubistchek de Oliveira, mais conhecido por JK<sup>1</sup>, tornou-se militar e um grande estadista porque era médico. Menino pobre e órfão de pai, e com mãe professora na cidade de Diamantina, estudou em seminário. Autodidata e poliglota, prestou vestibular para o curso de Medicina, vindo a se formar em 1927 e a se especializar em cirurgia e clínica geral. Mais tarde foi para a França, onde também se especializou em urologia, sendo o patrono dessa especialidade no Brasil. Aprovado no concurso para telegrafista dos correios, durante o curso de medicina trabalhava à noite, e, durante o dia, assistia às aulas. A pesquisa é bibliográfica e utilizou tanto fontes secundárias quanto documentos transcritos. Sobressai do estudo que, como médico, JK foi incorporado à Força pública (atual Polícia Militar do Estado de Minas Gerais), trabalhou no Hospital Militar e no de campanha, denominado pelos combatentes como “Hospital de Sangue”, na cidade de Passa Quatro (setor do túnel), sul de Minas Gerais, por ocasião da Revolução Constitucionalista de 1932. Devido a suas ações no hospital, atuando como cirurgião de campanha, passou a ser muito respeitado, admirado e elogiado. Algumas pessoas que com ele serviram atingiram, anos depois, posições expressivas, o que favoreceu seu ingresso na política. Sua vida pública se deu nos cargos de prefeito de Belo Horizonte, deputado federal, governador do Estado, presidente do Brasil e senador da República pelo Estado de Goiás. No jantar de despedida do setor do túnel, foi batizado pelo coronel do Exército Brasileiro Cristóvão Barcelos de “o bisturi de Ouro da Força Pública Mineira”.

**Palavras-Chave:** Medicina militar; Revolução Constitucionalista (Túnel); Força Pública; Política.

## INTRODUÇÃO

Constitui tema desta pesquisa o seguinte: JK – O médico da

Força Pública Mineira. A abordagem do tema se limita à vida e às atuações médicas de JK, que lhe proporcionaram especializar-se

---

<sup>a</sup> Coronel PM da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Associado correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



em Urologia na França, com o Dr. Chevassu, servir como médico<sup>2</sup> da Força Pública de Minas, assim como no *front* da Mantiqueira durante a Revolução Constitucionalista de 1932. JK ingressou na política após ter sido eleito Deputado Federal Constituinte em 1934. A pergunta norteadora foi: “A condição de médico constituiu o passaporte de JK para se tornar militar e um grande estadista mineiro e brasileiro?”

O Objetivo geral é pesquisar e demonstrar se a condição de médico facilitou, ou mesmo abriu, os caminhos de JK para se tornar militar e um grande estadista mineiro e brasileiro. São objetivos específicos: a) verificar se Juscelino Kubitschek era um médico excepcional; b) analisar o período em que serviu na Força Pública de Minas e sua ascensão a cargos públicos; c) compulsar como as suas intervenções como médico influenciaram o seu ingresso na vida pública e contribuíram para a sua popularidade junto às pessoas de todos os ciclos sociais; d) pesquisar se suas

ações ao ocupar cargos públicos o credenciaram para ser considerado um grande estadista brasileiro.

Justifica-se este estudo na própria figura histórica ímpar do Dr. Juscelino Kubistchek de Oliveira como médico e político, sua visão humana, solidária e inovadora, sempre buscando modernização e melhorias para a sociedade. Trata-se de uma pesquisa do tipo metodológica, que adotou como técnica a documentação indireta por meio de pesquisa bibliográfica, com transcrição e cópia de documentos originais, sendo também baseada em fontes primárias e secundárias. Além disso, foram ouvidas pessoas que conviveram com JK, aliando-se os relatos às fontes bibliográficas existentes.

## **DESENVOLVIMENTO**

Esta seção tem por objetivo mostrar a vida de JK, sua infância, o período em que cursou medicina, os fatos relacionados ao seu cotidiano profissional e



pessoal que colimaram para o seu ingresso na política, suas gestões e seu falecimento.

#### a) A Família, infância, trabalho e ingresso no curso de medicina

No dia 12 de setembro de 1902, nascia Juscelino na histórica cidade de Diamantina, em Minas Gerais, em um sobrado<sup>3</sup> de propriedade de sua avó localizado na rua Direita, quase em frente à catedral. Uma cidade calma com expressiva arquitetura colonial. Filho de João César de Oliveira e de Júlia Kubitschek, aos três anos de idade ficou órfão de pai, o qual faleceu em virtude de tuberculose.

Sua mãe, Julia Kubitscheck<sup>4</sup>, professora rural formada pela Escola Normal de Diamantina, trabalhava no distrito de Palha, distante uma légua e meia (9,5 km) de Diamantina, percurso que fazia todos os dias a pé pela estrada de terra. Viveu muitos anos na pobreza com os dois filhos, sacrificando-se a ponto de reduzir a própria alimentação para que não faltasse nada para eles. Começou a

trabalhar bem jovem, com a responsabilidade de criar e educar os dois filhos, Juscelino (Nonô) e Maria da Conceição (Naná). A única fortuna era a jabuticaba do pé do fundo do quintal, que florescia uma vez por ano.

Segundo Heliodoro<sup>5</sup>, Dona Júlia “tomava apenas uma xícara de café com leite às refeições, justificando que fazia dieta, pois o estômago cheio pesava para as aulas. Tudo para que não faltasse o alimento e para que sobrasse numerário para pagar a escola dos filhos”. Descrita assim, como escrava dos parentes próximos dela, era considerada orgulhosa, pois não gostava e não queria dar trabalho a ninguém. Sua primeira preocupação era com a educação dos filhos, foi mãe e pai ao mesmo tempo, por isso continha seus sentimentos, não demonstrando romantismo e sentimentalismo exagerados. Chegou a trabalhar dezesseis horas por dia. Lecionava, substituía professoras e ministrava aulas particulares, tudo para completar o salário, sem contar os serviços domésticos.



Em 1914, por ocasião da visita do Presidente do Estado de Minas Gerais a Diamantina, João Pinheiro firmou um decreto criando uma escola na cidade, oportunidade em que nomeou D. Júlia como professora do educandário, e D. Marianinha, mãe do futuro general do Exército Brasileiro Olímpio Mourão Filho<sup>6</sup>, como diretora. Passou assim a ser funcionária do estado, ganhando mais, mas ainda pouco.

Ainda para melhor caracterizar D. Júlia e o modo como Juscelino ajudava a minimizar as dificuldades em que viviam. Santos<sup>7</sup>, assim a descreveu:

D. Júlia criou seus filhos como as velhas mães mineiras: trabalho, respeito a Deus e vontade de contribuir sempre, servindo, de qualquer forma, ao seu semelhante. – Estes princípios nortearam a vida de JK. – Desde muito cedo, aos 8 anos de idade, já começava a trabalhar para ajudar a mãe em casa. Procurava fazer um trabalho que não servisse somente a ele. – Com o lema ‘certo ligeiro’, fazia entrega de encomendas aos fregueses

das casas comerciais de Diamantina, servindo a si próprio, a sua mãe, ao comerciante e ao freguês. – Os magros tostões arrecadados à custa desse trabalho eram levados para casa e entregues à D. Júlia.

O pai, João César de Oliveira, de Medanha, espírito alegre, expansivo, era rei da noite e das serenatas, bom dançarino e violinista. Ganhava a vida como caixeiro viajante e gostava de ajudar as pessoas. Contraiu uma gripe forte, que se transformou em pneumonia e depois em tuberculose, vindo a falecer em 1905.

O sobrenome estrangeiro no Brasil originou-se, conforme Kubitschek<sup>8</sup>:

Meu Bisavó materno – Jan Nepomusky Kubitschek, depois abrasileirado para João Nepomuceno Kubitschek – era tchecoslovaco de nascimento. Veio da Boêmia quando já findava aqui o primeiro reinado, estabelecendo-se como marceneiro, inicialmente no Serro, em seguida em Diamantina, onde passou o resto da vida. Era um simples





imigrante, que resolvera deixar para trás e bem longe a sua terra flagelada por tantos anos de guerras sucessivas.

Herdou do pai o espírito alegre, o gosto de servir ao próximo, a alegria e o caráter expansivo. Já da mãe, a coragem, determinação, energia, sentimento do dever e as reservas típicas da raça eslava. Portanto, sua personalidade tinha características de oposição.

A primeira letra aprendeu com a mãe, e sua formação cristã foi em casa, na escola e na igreja, onde também foi coroinha – Igreja Nossa Senhora da Luz. Os deveres escolares nunca podiam ser negligenciados, e JK só podia ir brincar depois de tê-los efetuado. Sua mãe dizia que “tarefa iniciada deve ser tarefa concluída”<sup>9</sup>. Um hábito que marcou toda a sua vida foi de acordar cedo, pois às vezes tinha que acompanhar a mãe à escola da Palha, onde ela trabalhava. Segundo Heliodoro<sup>10</sup>, “É por isso que seus dias eram grandes e havia sem-

pre tempo para alguma tarefa nova”.

A admiração e veneração de JK pela medicina começou quando, ainda criança em Diamantina, machucou o dedo mínimo do pé direito, ficando impossibilitado de fazer longos percursos, devido ao incômodo gerado pela pressão do sapato. Atendido pelo Dr. José Eulálio de Souza, ali se iniciou a admiração pelo discípulo de Hipócrates<sup>11</sup>, conforme menciona Santos<sup>12</sup>.

Em sua biografia, Kubitschek<sup>13</sup> narra o seguinte acerca do acidente:

Tinha ido brincar em casa do meu primo João Kubitschek, quando de repente, nem soube como, lizei o pé direito, prendendo-o sob o armário. O pé doía muito e o Dr. José Eulálio, amigo da família e que havia tratado do pai, foi chamado às pressas. Examinou a luxação com todo o cuidado e prescreveu tratamento próprio. Verificou-se uma luxação na articulação do quinto metatarso-dedo mínimo- e a redução incompleta condenou-me a nunca mais pode fa-



zer longas caminhadas e também a não suportar, por muito tempo, a pressão do sapato no pé direito.

O Dr. José Eulálio de Souza cuidou também do pai de JK, visitando-o diariamente durante a enfermidade – um período de oito meses – e nunca cobrou nada pelos serviços. Fez o mesmo quando do acidente que luxou o pé direito de Juscelino. D. Júlia, além de considerá-lo muito, ensinava aos filhos Nonô e Naná: “Vocês devem demonstrar ao Dr. Eulálio o máximo respeito. Não exerce a Medicina para ganhar dinheiro, mas para aliviar o sofrimento alheio”<sup>14</sup>.

Coincidência ou não, a partir daí JK passou a refletir acerca missão do médico e sobre o seu apostolado. Anos mais tarde, já como médico formado e no pleno exercício da profissão, sempre prescrevia aos pobres receitas para comprar medicamentos. Nos chamados, atendia a todos e, se fosse o caso de internação, intercedia para arrumar vaga no

leito, evitando, assim, que fosse negada a recomendação médica.

Com isso, passou a ser muito estimado pela gente boa e humilde dos subúrbios, e quando se candidatou a diversos cargos políticos, a maioria dos seus votos veio justamente das áreas em que havia atendido enfermos, sendo ou não segurados, quando era médico da Beneficência da Imprensa Oficial. Sobre essas visitas, Kubitschek<sup>15</sup> (1974, p.148) assim narrou a sua sensação após os atendimentos:

[...] ao regressar de tais visitas, sentia-me reconfortado espiritualmente. Era como se estivesse saldando dívidas antigas, cujos pagamentos vinham sendo protelados desde minha infância em Diamantina. E o resultado é que me tornei estimado pela gente boa e humilde dos subúrbios. Era uma vantagem que eu não tinha procurado. Mais tarde, disputando eleições, como político, o grosso de minha votação era obtido justamente nas áreas que eu havia frequentado como médico da Imprensa Oficial.



Após terminar o curso primário, o único ginásio de Diamantina encerrou suas atividades, justo no momento em que se preparava para cursar o curso de humanidades. As famílias que tinham condições financeiras enviavam seus filhos para a cidade de Belo Horizonte a outra localidade para que pudessem estudar. Embora não tivesse vocação, a única escola em conformidade com as condições financeiras da família era o Seminário Diocesano de Diamantina, sob a orientação dos padres Lazaristas, a maioria de nacionalidade francesa.

Os alunos que queriam seguir o sacerdócio estudavam de graça, já os que não o declaravam na entrevista com o secretário pagavam uma mensalidade. JK respondeu com sinceridade, que não queria ser padre, e sim doutor. Os pais tinham que pagar pela escola o valor de 40 mil réis por mês, sendo que sua mãe ganhava 150 mil réis. Naná, sua irmã, estava estudando no Colé-

gio Nossa Senhora das Dores, equiparado à Escola Normal, e seria professora. Dois filhos estudando iria pesar muito nas finanças.

Mesmo assim, Nonô ingressou no seminário em 1914, saindo de lá quando tinha quinze anos. Há de se ressaltar que o educandário religioso não conferia nenhum diploma ou certificado reconhecido. O discente se ordenava padre ou não seria coisa alguma. Mesmo assim, JK levou a sério os ensinamentos adquiridos, como ser silencioso e não desperdiçar um minuto que fosse. Levantava às cinco horas da manhã, deitava-se às oito da noite e passava o dia com livros, adquirindo boa base humanística e disciplinando as leituras, o que culminou com o firme propósito de estudar Medicina.

Ao terminar os estudos no seminário, retornou para sua casa, pois os alunos ficavam internos, e os pais os visitavam somente aos domingos, no horário de cinco às seis horas da tarde. Tinha, na época, quinze anos,



e os exames preparatórios deveriam ser realizados na cidade Belo Horizonte ou em Barbacena. Tentou trabalhar para ajudar a mãe, mas não conseguiu emprego, mesmo não escolhendo tarefas e nem discutindo ordenado. Daí resolveu estudar as matérias oficiais do currículo dentro do seu quarto, em uma mesa de caixote, das seis da manhã às dez horas da noite. Lia livros de todas as obras da Biblioteca da União Operária de Diamantina. Estudou inglês com um ex-professor do seminário, e francês com uma professora particular.

Silva e Carneiro<sup>16</sup> retratam assim o período posterior à saída de JK do seminário:

Depois do curso primário feito no colégio onde lecionava sua mãe, ingressou no seminário de Diamantina, sob a orientação de padres Lazaristas, sendo muitos deles franceses. Ali ficou até aos 15 anos fazendo os estudos que era possível fazer. Os que faltavam, só em outra cidade. Teria que aguardar três anos para poder fazer os exames

preparatórios e entrar para a faculdade de Medicina. Enquanto isso, aproveitava o tempo lendo e estudando tudo que lhe caísse às mãos. Tratou de aperfeiçoar seu conhecimento de línguas estrangeiras: Inglês, com o padre Jardim, seu antigo professor no seminário; e francês com uma senhora francesa, viúva de um funcionário da Companhia Franco-Brasileira de Mineração.

Com fim da 1ª Guerra Mundial, surgiu a gripe espanhola<sup>17</sup>, uma epidemia que esvaziou os colégios. Um projeto apresentado no Senado instituiu, na emergência, os exames por decreto. Bastava o aluno requerer o certificado e poderia obter quatro exames de uma vez. Dessa forma, aqueles impedidos ou incapacitados pela gripe poderiam concluir os estudos. De imediato, Nonô requereu os exames de Português, Latim, Aritmética e Álgebra, restando oito apenas para concluir a totalidade dos exames preparatórios. Requereu em Belo Horizonte e Barbacena os exames parcelados, sem os



quais seria impossível cursar e obter uma graduação universitária.

No posto de telégrafos de Diamantina, durante sua adolescência, aprendeu a operar o Código Morse<sup>18</sup>, quando não raras vezes era solicitado a suprir a vaga de algum funcionário, ganhando cinco tostões por hora de trabalho. No ano de 1919, a Agência Central de Belo Horizonte abriu concurso para telegrafista. Nonô se inscreveu para uma das 25 vagas, sendo aprovado em 19º lugar, entre 89 candidatas.

Seis meses depois das provas, o resultado foi divulgado e houve uma surpresa: teria que realizar um estágio sem remuneração para aprender operar o Código Morse, mesmo tendo explicado que já o conhecia. O máximo que conseguiu foi fazer o estágio na sua terra natal. Em dezembro, estudando sozinho, realizou em Belo Horizonte as provas de Geografia, História do Brasil, História Universal e Geometria. Foi aprovado em todas as matérias, exceto em Geometria, o

que o impedia de obter o certificado.

Nesse interregno, foi morar em Belo Horizonte, continuando o estágio como praticante do Código Morse, sem receber. Em 19 de maio de 1921, foi nomeado telegrafista-auxiliar da Agência Central de Belo Horizonte, portanto, servidor dos correios, o que reduziu suas dificuldades financeiras. Naquela época, frequentava um curso particular para se preparar para a última bateria de provas, e chegou a negociar o pagamento da mensalidade para quando fosse nomeado. Na oportunidade, foi colega de Carlos Drummond de Andrade<sup>19</sup>. Em dezembro de 1921, completou os exames preparatórios no Ginásio em Barbacena, e um mês depois prestou vestibular e ingressou na Faculdade de Medicina, matriculando-se no primeiro ano.

#### b) Curso de Medicina, formatura, especialização em Paris

Quando JK esteve pela primeira vez em Belo Horizonte, D.



Júlia vendeu um colar herdado da mãe para custear-lhe a viagem de 2º classe no trem, além de ter lhe dado um embrulho contendo frango com farofa. Em outra vez, pegou empréstimo com o dono da fábrica Gouveia. E quando Nonô estava em Belo Horizonte trabalhando sem remuneração, sua mãe lhe enviava mensalmente a quantia de 60 mil réis para as despesas. Nas demais necessidades, JK penhorava uma abotoadura do pai, buscando, quando conseguia, o erário para recuperá-la.

Matriculado na faculdade de Medicina em janeiro de 1922, concluiu o curso em dezembro de 1927. A faculdade de Medicina foi o início do seu sonho de ser médico, porém as dificuldades e os apertos não diminuíram. Dormia diariamente das 19 às 23h30, trabalhava de meia-noite às 8 horas da manhã como telegrafista, saía da agência e ia direto para escola. As aulas se iniciavam às 8 horas da manhã e terminavam às 16 ou 17 horas, dependendo do dia, com intervalo

de uma hora para o almoço. JK passava as madrugadas manipulando os aparelhos, enviando mensagens no Código Morse para todo o Brasil. Sua vida era um contraste da vida dos colegas, pois enquanto eles se divertiam e dormiam, ele estava trabalhando.

Acerca dessas dificuldades, Araújo relata:

Saía do serviço direto para escola, sempre chegando antes dos colegas de turma. Sempre alegre, risonho e bem disposto, deixando todos implicados com sua capacidade de atenção, nas aulas práticas e teóricas, quando todos sabiam que ele passava a noite na transmissão de mensagens telegráficas, um dos principais meios de comunicação de Belo Horizonte com o resto do País<sup>20</sup>.

Foram seis anos de lutas, pois tinha que se desdobrar entre os deveres acadêmicos e profissionais. Mesmo assim, durante o curso foi um discente aplicado e dedicado e se saía bem em todas as disciplinas. O salário que recebia da repartição de telégra-



fos era de 6 mil réis, e dava para pagar a pensão, comprar livros considerados essenciais e as taxas universitárias que tinham valor alto, embora fossem anuais. Os livros mais caros eram emprestados, consultados ou mesmo importados da França; além de demorarem a chegar, tinham o custo alto, por isso eram adquiridos em sociedade com outros colegas, com os quais JK estudava e debatia as matérias, após as aulas.

Vivia e alimentava-se mal, dormia pouco, estudava e trabalhava em excesso. Do quarto para o quinto ano do curso, procurou o Dr. Alfredo Balena, haja vista que estava emagrecendo rapidamente e temia estar com tuberculose. Depois de alguns exames, afastada a hipótese dessa doença, o médico o licenciou de suas atividades para que ele recuperasse o antigo peso. Imediatamente JK foi para Diamantina, ficando com sua mãe e irmã, e, depois de se recuperar, retornou às atividades escolares e profissionais.

Durante o curso, quando foi morar na pensão do Sr. Miguel e D. Etelvina, situada na Av. Carandaí, esquina com Rua Paraíba, JK conheceu Júlio Soares<sup>21</sup>, na época discente também do mesmo curso, mas de turmas à frente. Mais tarde Júlio Soares casou-se com a irmã de JK e se tornou o seu maior amigo e confidente. Após se formar, destacou-se como cirurgião, vindo a assumir a terceira enfermaria clínica de cirurgia da Santa Casa de Misericórdia de BH e a diretoria clínica.

No último ano do curso, JK novamente ficou doente e fraco devido à má alimentação. Júlio foi visitá-lo e o levou coercitivamente para morar na sua casa, num porão com entrada independente, um conforto que nunca teve. Júlio Soares, ao observar o desempenho de Juscelino no quinto ano, convidou-o para trabalhar na 3ª enfermaria, como interno-residente.

Desde de 1914, a Santa Casa de Misericórdia mantinha um convênio com a faculdade de Medicina, para a formação dos



acadêmicos e funcionamento das clínicas. As funções eram de inspecionar as salas de cirurgias antes das intervenções operatórias, preparar os doentes para a cirurgia, servir como instrumentador, encarregado de entregar os bisturis ao cirurgião, as pinças hemostáticas, tesouras, fios cirúrgicos etc. Sempre observado pelo cunhado, em pouco tempo JK passou a auxiliá-lo diretamente, realizando pequenas intervenções cirúrgicas.

Kubitschek, acerca da oportunidade oferecida pelo cunhado, registrou o seguinte:

Observando o interesse profissional, pois procurava sempre debater com ele os fatos e incidentes ocorridos na sala de cirurgia, Júlio Soares achou que era chegado o momento de ampliar o meu campo de ação. Deu-me atribuições de verdadeiro auxiliar seu. Passei a fazer pequenas operações. E realizava-as com absoluta confiança. Por isto aquela opinião de que eu “tinha jeito para a cirurgia”<sup>22</sup>.

No dia 17 de dezembro de 1927, em cerimônia realizada no salão nobre da Faculdade de Direito, ao lado de outros 19 colegas, JK colou grau. A décima primeira turma da Faculdade de Medicina teve como orador Odilon Behrens, e como paraninfo, o Dr. Mello Teixeira. Sobre JK durante o curso de Medicina, Pedro Nava, conforme Santos<sup>23</sup>, observa: “afirma-se impressionado com a vitalidade do colega estudante, capaz de trabalhar a noite inteira e assistir às aulas, inclusive práticas”. No discurso do Paraninfo, Dr. Mello Teixeira, consoante Araújo<sup>24</sup> destaca-se importante trecho, que com certeza influenciou ou muito contribuiu para a postura do jovem médico Kubitschek:

O exercício da clínica exige aptidões particulares, que, só a prática diuturna, a meditação dos livros e a observação inteligente e sagaz poderão criar. Não vejais na Medicina uma profissão como as mais. Sob esse aspecto encarado, cedo estaríeis desiludidos e talvez arrependidos do vosso





esforço enorme. Como tal, são poucas as compensações morais que possa oferecer. Encarai-a antes como um sacerdócio, não no sentido retórico ou enfático que se lhe costuma dar. É que ela ainda se não desvestiu do seu caráter ancestral de ter sido privilégio e arte de sacerdotes. Prodigalizadora inesgotável de conforto e de compensações para os em que ela se aplicam, por isso mesmo, talvez, é tão avara de consolação para os que a exercem. Só sereis verdadeiramente felizes se vos furrardes de uma sã filosofia, daquela filosofia que só o conhecimento do complexo humano pode infundir, aos que como os médicos, sondaram os arcanos da biologia. Encarai sempre medicamente a natureza humana, em todas as suas manifestações, e só assim vos furrardes do travo amargo da decepção.

No duelo desigual com a morte só o epílogo vale para julgamento. Nas fases da luta, a maestria, com que vos houverdes nela quem não a compreenderá? Só a vossa consciência profissional, dando-vos a sensação do dever cumprindo com acerto, vos conferirá a superioridade moral com que vencer o desfavor

das aparências. Ponde nesse aplauso da consciência todo o vosso estímulo e prêmio nobre. Na prática profissional ter a noção precisa das possibilidades, variáveis em cada caso concreto. Agir certo, oportuno e proporcionado. A ação prudente colhe mais vantagens do que a audácia mais bem intencionada. Não esperar da “arte” mais do que ela pode dar, nem pedir mais do que ela promete. Mas, colegas meus, não vos desejo somente excelentes e acatados profissionais. O vosso apego à carreira, o vosso zelo apostolar junto aos enfermos não vos deve conduzir pelo egoísmo da profissão a abstrair-vos da coletividade em cujo seio viveis.

Para melhor resumir o perfil do discente JK durante o curso de Medicina, assim o descreveu Araújo:

Todo o curso médico de Juscelino foi passado com “apertos” financeiros e muito sacrifício, tendo em vista o tempo que lhe tomava o emprego na Repartição de Telégrafos. Essa luta durou todo o seu curso médico, tendo conhecido



pouco as comuns diversões de estudantes, como as chopadas, os bailes, caseiros e, como era muito comum, as festas nos Grupos Escolares. O trabalho noturno, as constantes aperturas financeiras e a necessidade de estudar, fazia com que raramente comparecesse às diversões dos sábados, frequentes entre os estudantes. Mesmo sabendo que os poucos mil réis gastos lhe desorganizariam o orçamento, sempre foi um estudante alegre e um famoso “pé de valsa”, quando comparecia a essas festinhas<sup>25</sup>.

À formatura, compareceu uma jovem, que mais tarde veio a ser sua esposa. Tratava-se de Sarah Gomes de Lemos<sup>26</sup>, filha de Luísa Negrão e de Jaime Gomes de Lemos, antigo parlamentar mineiro na Câmara dos Deputados. Conheceram-se numa festa beneficente na Escola Barão do Rio Branco. Kubitschek<sup>27</sup> a definiu como “esbelta, graciosa e discreta”. Mesmo ela pertencendo a uma família importante, não se incomodou em face de sua origem humilde. Para Santos<sup>28</sup>,

Sarah era “conservadora, não gostava de política, embora apoiasse o marido ao máximo”.

Após a formatura, JK abandonou a profissão de telegrafista, tornou-se assistente do Dr. Júlio Soares e passou a executar a função de que mais gostava: operar. O hospital da Santa Casa de Misericórdia era uma referência para ele, pois, além de ser o único hospital público e filantrópico de Belo Horizonte, ali trabalhavam as maiores expressões da medicina da época, sendo um verdadeiro hospital-escola de Minas Gerais<sup>29</sup>. Foi também nomeado, em 1928, professor assistente de clínica cirúrgica e física médica da recém-criada Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais<sup>30</sup>.

De acordo com Santos<sup>31</sup>, a Sociedade Brasileira de Urologia foi criada em 13 de maio de 1926, e reuniu vários cirurgiões interessados no aparelho digestivo. No ano anterior à formatura de JK, foram criadas comissões de Cirurgias do homem, da mulher, venerologia, bioquímica,



fisioterapia e radiologia, na Santa Casa. Lembrando que nesta época a Urologia era um ramo da medicina das então chamadas doenças venéreas.

Na Santa Casa, além de assistir o Dr. Júlio na 3ª enfermaria clínica de cirurgia, Juscelino aceitou também ser sócio no consultório particular do cunhado, localizado no edifício Parc Royal, na Rua da Bahia. A 3ª enfermaria era, conforme o próprio Kubistchek<sup>32</sup> descreveu, uma escola com pacientes na maioria humildes, que não tinham as condições de internamento, além de apresentarem quadro clínico desesperador quando ali chegavam.

Mesmo assim, a marca de sua personalidade era a dedicação aos seus pacientes, independentemente da condição econômica<sup>33</sup>. Nos atendimentos, ignorava as canseiras, enfrentava as deficiências com espírito esportivo. Obtinha índices altos de cirurgias semanais. Aprendeu a fazer todas as internações comuns, como herniorrafias, laparatomias, apendicectomias etc.

Considerava a remuneração para o médico uma coisa secundária, sempre atendia o rico ou pobre do mesmo jeito. Por isso foi chamado de “médico dos pobres”, o que lhe proporcionou vários afilhados em Belo Horizonte.

A primeira operação realizada na Santa Casa após a sua formatura foi a amputação de uma perna gangrenada, procedimento acompanhado pelo Dr. Júlio. O paciente sobreviveu e se recuperou. Outra situação foi o atendimento a um paciente com tuberculose renal e necessidade de extirpação do rim. A artéria ficou pinçada, pois não oferecia extensão, demandando uma assistência pós-operatória específica. Tratava-se de uma pessoa humilde e sem recursos; se fosse nos dias de hoje, teria que ir para o CTI, mas na época não existia esse recurso. Na enfermaria geral, o paciente não teria os cuidados devidos, corria o risco de hemorragia. Por isso, JK o transferiu para um apartamento (quarto-particular), arcando com o pagamento da conta e ficando



ao seu lado na noite de Natal e mais quatro dias seguintes.

Araújo<sup>34</sup> relata que JK afirmava que “Situações como esta sempre acontecem e requerem do médico uma compreensão e um espírito de solidariedade, que raramente podem ser encontrados em outras profissões”. Com relação à remuneração e dedicação à Medicina, Kubitschek dizia:

[...] a recompensa era imaterial, psicológica, isto é, a satisfação da batalha ganha, a consciência de haver recuperado uma vida, arrebatando-a no momento extremo, do irremediável abraço da morte.

[...] quando mais me dedico a medicina, mais ela me apaixona. É que ela, diferente das outras profissões, não se enquadra na rotina. Os inimigos são o sofrimento e a morte, seu campo é, pois, ilimitado, cheio de imprevistos. Devemos considerar o imponderável e cada caso pode ser uma nova experiência ou um enigma a ser decifrado.

É claro que me esforçava para aumentar minha clientela. Mas nunca olvidei que estava em face de um verdadeiro sacerdote. Mesmo sendo essa

expressão banalizada pelo tempo, ela nunca deixou de refletir uma realidade para mim. Eu era moço. Cheio de entusiasmo. Daí a razão por que não me era difícil ser fiel às exigências de Hipócrates<sup>35</sup>.

Buscando sempre o aprimoramento técnico-científico, JK tomava conhecimento das novidades dos grandes centros científicos, por meio de amigos de profissão que viajavam para o exterior. Naquela época, a cidade de Paris atraía as atenções do mundo, pois já haviam se passado anos do final da Primeira Guerra Mundial, e a França saíra vencedora. Os profissionais franceses estavam superando os alemães, que até então eram os melhores no “tratamento das moléstias urinárias”. Paris era considerada o grande centro do mundo nessa área.

Diante das informações, JK optou por especializar-se em Urologia<sup>36</sup> em Paris<sup>37</sup>, haja vista que Berlim<sup>38</sup>, antes considerada a Meca desses tratamentos, estava sendo superada. O curso era o



passaporte para qualquer cirurgia alcançar o sucesso profissional. Matriculou-se no curso do Professor Maurice Chevassu<sup>39</sup> – famoso cirurgião francês e professor da Escola de Medicina de Paris – no hospital Cochin. Esse profissional havia estabelecido o valor funcional de cada rim por um índice numérico, obtendo a imagem radiográfica do órgão e de sua via excretora<sup>40</sup>.

A inovação chamava a atenção de todos os profissionais do mundo. Em abril de 1930, JK viajou para a Europa após se inscrever para frequentar o curso. Toda a família foi contra, exceto Naná. O curso se prolongou por três meses, em horário integral, oito horas diárias. Das oito horas até às doze, as aulas eram de anatomia; das doze às quatorze horas, havia um intervalo para o almoço. As aulas eram retomadas às quatorze horas e iam até às dezoito horas, com conteúdo de técnica cirúrgica, na escola de Medicina. A turma era composta por dezoito médicos, sendo brasileiros apenas JK e o Dr. Aderbal

Figueiredo, do Rio Grande do Norte.

O professor Chavessu era muito exigente, e as instruções versavam sobre as técnicas mais modernas de tratamento das moléstias do aparelho urinário. Conforme Araújo<sup>41</sup>, “após cada aula, o docente organizava um debate sobre as técnicas cirúrgicas apresentadas e cada um dava a sua opinião”. Kubitschek<sup>42</sup> acrescenta que “era um prazer assistir àquelas discussões, dada a humildade com que o ilustre cientista ouvia e esclarecia as dúvidas dos alunos”. Ao final do curso, os médicos estagiários prestavam um exame final, prático e teórico, exigido para se obter o certificado. JK, com excelentes notas nas duas avaliações, tornou-se urologista<sup>43</sup>.

Araújo<sup>44</sup> afirma que o professor Chevassu declarou que JK trouxe para o Brasil “um diploma muito merecido”, o que atesta sua dedicação ao curso. Durante os momentos livres, estudava anatomia na Faculdade de Paris e acompanhava as intervenções de



urgência no pronto-socorro no Hotel Dieu. Lia história e literatura, além de aperfeiçoar o francês na Aliança Francesa. Frequentou o Louvre e o Café du Brésil, conhecendo, na oportunidade, Candido Portinari e Niemeyer. Estagiou também no hospital Charité, em Berlim, antes de voltar ao Brasil, o que ocorreu em novembro, motivado pela eclosão da Revolução de 1930.

Retornando ao Brasil, voltou às suas atividades no hospital da Santa Casa. Passou a chefiar a primeira enfermaria, dedicada à urologia, mas que atendia também à enfermaria feminina, e realizava cirurgias, deixando de ser assistente de Júlio Soares. Seu notório prestígio pode ser medido por sua dedicação e cultura, suas diligências e pela sua biblioteca médica particular. Possuía obras de todas as especialidades médicas, as melhores da época. Casou-se com D. Sarah em 30 de dezembro de 1931, na Igreja da Paz, em Ipanema, na cidade do Rio de Janeiro.

A competência, dedicação, bem como o esmero e carinho no exercício da medicina não passaram despercebidos, mesmo depois do seu falecimento. Segundo Santos<sup>45</sup>, no discurso de posse do presidente da Sociedade Brasileira de Urologia, Walter José Koff estabeleceu nas suas metas proclamar JK como seu patrono: “justo e meritório reconhecimento a um digno urologista e honrável cidadão”. O Presidente Michel Temer, no ano de 2017, publicou a lei nº 13.564, de 21 de dezembro, designando o ex-presidente JK patrono da especialidade no Brasil.

#### c) Designação para Força Pública Mineira<sup>46</sup> e a participação na Revolução de 1932

Força Pública era a designação da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (PMMG) no início da República Brasileira, final do século XIX, e depois nas décadas de 1910 a 1940 do século XX. Após a Revolução de 1930, que levou ao poder Getúlio Vargas<sup>47</sup>, Gustavo Capanema<sup>48</sup>, ao assumir



a Secretaria de Interior, procurou retribuir à Força Pública (PMMG) a lealdade e bravura para com o Presidente do Estado, assim como as vitórias no campo de batalha. Embora estivessem com inferioridade de armas, as tropas da Força Pública Mineira conseguiram êxito no cerco vitorioso empreendido ao 12º Regimento de Infantaria (RI)<sup>49</sup> na cidade de Belo Horizonte, assim como em outras frentes. Ressalta-se que na época o Comandante-Geral da Força Pública era o Secretário do Interior Gustavo Capanema, que ficou no cargo de 26 de novembro de 1930 a 5 de setembro de 1933<sup>50</sup>.

Durante a revolução, Gustavo Capanema, acompanhando ao hospital da Força Pública o então Presidente do Estado, Olegário Dias Maciel<sup>51</sup>, ficou perplexo ao constatar as condições precárias oferecidas aos militares. Ao assumir a Secretaria do Interior, acumulando o cargo de Comandante-Geral, otimizou medidas administrativas para melhorar o nosocômio. Kubitschek<sup>52</sup> afirma

que, por meio de suas medidas, Capanema “transformou o velho e inadequado HM<sup>53</sup> num moderno e eficiente centro médico, com dotações orçamentárias próprias, de modo a manter instalações modelares e poderem seus diferentes serviços ser dirigidos por especialistas de renome”.

Capanema também recrutou profissionais consagrados e os designou através de um decreto-lei. Durante o processo de recrutamento, D. Luísa, mãe de Sarah, solicitou a Gabriel Passos, seu outro genro, Secretário particular do então Presidente Olegário Maciel, que incluísse JK entre os nomes a serem designados, o que foi feito. Então JK foi nomeado médico da Força Pública Mineira pelo decreto-lei<sup>54</sup> do Presidente do Estado de Minas Olegário Maciel, publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 18 de março de 1931. Inicialmente foi designado para o Corpo Escola<sup>55</sup>, depois foi transferido para o Hospital Militar (HM).

A equipe médica nomeada, segundo Kubitschek, foi a seguin-



te, que também incluiu outros nomes:

Como Chefes de Serviço, o Professor Otaviano de Almeida na Cirurgia-Geral; Brás Pellegrino, na Clínica Médica Santa Cecília, na oftalmologia e José Ferola (que eu encontrara fazendo um curso na Alemanha, na Radiologia). Foi também nomeado, ficando a meu cargo organizar o serviço de Laboratório e Pesquisas, como os que havia observado na Europa. Fiz o que me foi determinado e, quando aquele departamento já estava pronto, passei a chefiar o Serviço de Urologia em conformidade com o regulamento, no posto de capitão-Médico<sup>56</sup>.

Ao se apresentar no HM, na época localizado na Rua Manaus, bairro de Santa Efigênia, montou e inaugurou o Laboratório de Análises Clínicas, com apoio de Gustavo Capanema. O laboratório foi idealizado e montado com o que tinha de melhor e mais moderno em termos de recursos, consoante os hospitais europeus que JK visitou. Outro encargo que recebeu foi a chefia do serviço de

urologia, lembrando que nesta época, o hospital só atendia aos militares. Somente com a construção do Prédio da Av. do Contorno foi que se passou a atender os familiares dos militares mineiros.

JK chegava ao Hospital Militar às sete horas da manhã, ou até antes um pouco, cumpria suas obrigações e depois se deslocava para o Hospital da Santa Casa ou o São Lucas, onde os pacientes o esperavam, tanto na enfermaria quanto no ambulatório. Somente depois de atender a todos é que se deslocava para o seu consultório particular. O Hospital da Santa Casa funcionava somente no prédio da Rua Álvares Maciel, no bairro de Santa Efigênia, pois não havia ainda a atual unidade, localizada na Av. Francisco Sales, no mesmo complexo, em frente ao Hospital São Lucas.

Para melhor se entender o momento, Santos relata o seguinte:





Na Santa Casa, o seu prestígio era cada vez maior: logo após seu retorno da Europa, numa modificação realizada nas clínicas, passou a ser o diretor (ou chefe) da primeira enfermaria dedicada unicamente à Urologia, deixando, então, de ser assistente do Doutor Júlio Soares, mas continuando a atender à enfermaria de mulheres, que incluía também a Urologia e a cirurgia geral. Para aquela enfermaria passaram a ser encaminhados os casos mais graves de infecções urinárias, na sua maioria homens<sup>57</sup>.

Com a eclosão da Revolução Constitucionalista de 1932, JK recebeu a determinação de se apresentar ao 1º Batalhão de Infantaria da Força Pública, hoje 1º Batalhão da Polícia Militar (1º BPM). Embarcou junto com a tropa para o Setor Sul, na região de Passa Quatro, no sul de Minas Gerais, mais conhecida com a “Região do Túnel”, na Serra da Mantiqueira. A posição estratégica era privilegiada, principalmente devido à malha da Estrada de Ferro Sul de Minas. As tropas

paulistas invadiram o território mineiro, ocupando as cidades de Passa Quatro, Guaxupé, Extrema e Camanducaia. A viagem junto com a tropa se deu num vagão de 2º classe e durou três dias. A alimentação era “carne seca” bovina ressecada ao sol.

Na cidade de Passa Quatro, encontravam-se tropas do Exército Brasileiro, comandadas pelo coronel Eurico Gaspar Dutra, que atuaram em batalhas violentas contra as tropas paulistas, os denominados “revoltosos”. Os paulistas se encontravam bem entrincheirados nos contrafortes<sup>58</sup> da serra no lado mineiro, na entrada do túnel de Passa Quatro, antes da última estação em Manacá, com uma tropa bem superior, além de estarem em posições estratégicas na região topográfica irregular e de difícil acesso, a mais de mil metros de altitude, sendo que alguns pontos chegavam a 2 mil metros. Possuíam grande quantidade de metralhadoras, canhões de médio e longo alcance, espalhados no terreno. Por isso, era muito peri-



goso qualquer tipo de aproximação<sup>59</sup>.

JK, acompanhado pelo major médico José Rodrigues Pinto de Moura, também da Força Pública Mineira, ao chegar ao teatro de operações recebeu ordens para instalar o serviço médico com os recursos disponíveis. O local do serviço médico era uma antiga e modesta casa de caridade, composta de duas enfermarias e um ambulatório transformado em sala de operações. O nosocômio não tinha material cirúrgico, autoclave para esterilizar, compressas de gaze, anestesistas, enfermeiras ou outros médicos para ajudar, havendo assim que se improvisar tudo. O hospital era dirigido pela irmã Maria<sup>60</sup>, uma senhora francesa que em muito ajudou suprimindo a falta de recursos.

Os três fizeram uma faxina no local, de modo a deixá-lo em condições para realização dos atendimentos. Montaram enfermaria com camas emprestadas dos vizinhos; a cozinha foi transformada em sala de esterilização,

com painéis e panelões também emprestados. A sala de cirurgia foi montada e equipada com os materiais levados de Belo Horizonte e os poucos que foram encontrados na Casa de Caridade. A instalação era antiga, estava suja e em péssimo estado. O local foi apelidado pelos combatentes de “Hospital de Sangue”. A improvisação era a solução para superar os recursos de que não dispunham, como medicamentos, instrumentais e ajudantes.

Por volta das 10 horas, chegou ao hospital um caminhão, oriundo da frente de combate, com vários feridos. Kubistchek narrou assim o episódio:

Do caminhão começaram a descer feridos. Uns tinham a farda ensanguentada, mas ainda caminhavam, outros, sustentados pelos padioleiros, gemiam, com a roupa estraçalhada, deixando ver ferimentos de estilhaços de granada nas partes expostas. Muitos deixavam-se levar, inertes, os braços caídos e a fisionomia contraída pela dor. Alguns já se encontravam em agonia.



Esta foi a minha primeira impressão na luta armada, tornada ainda mais pungente pelo cortejo dos sofrimentos que me competia minorar. Embora dramática a cena, a noção do dever não permitiu que eu ficasse para a observá-la. Ali estavam criaturas humanas reclamando pronta assistência<sup>61</sup>.

A luta se desenvolvia no teatro de operações de maneira violenta e sangrenta, pois eram incessantes as tentativas de retirar os paulistas dos contrafortes da serra, ao lado do túnel, onde se entrincheiravam muito bem armados. Nesse cenário, um sargento atingido por uma rajada de metralhadora no abdômen necessitava de uma laparotomia urgente. Irmã Maria, solicitada por JK a participar da cirurgia, respondeu que nunca havia feito aquilo antes, mas que “Deus lhe daria coragem”. Guardanapos foram fervidos num tacho, só havia duas pinças de dente e uma meia dúzia de pinças hemostáticas. As agulhas de costura substituíam as de sutura; havia tubos

de categute, mas os bisturis eram rombudos.

A improvisação era a regra, mas havia necessidade de um anestesista. Para tanto, um coronel médico do Exército compareceu ao hospital, examinou o enfermo e as perfurações no abdômen e exarou o seu parecer: “Nada se pode fazer, capitão. É uma questão de, no máximo, vinte e quatro horas”, conforme relata Kubistchek<sup>62</sup>. JK ponderou, mas o coronel foi embora. A solução como sempre foi improvisar, pois não havia máscara ombredante para o éter, sendo utilizado clorofórmio em uma pequena máscara de arame. Com relação ao anestesista, a ajuda veio de um veterinário, que após receber as instruções de JK, mesmo não tendo preparo técnico, foi para a sala de operação.

No procedimento operatório, constataram-se oito perfurações nas alças intestinais. Durante a sutura, ocorreu uma síncope<sup>63</sup> respiratória. O resultado da situação foi que o anestesista perdeu o controle, começou a



perguntar sem esperar as respostas. Irmã Maria, que ajudava rezando em voz baixa, passou a rezar em voz alta, mas firme. JK teve que retirar as luvas e realizar os procedimentos torácicos que colimaram com a recuperação do enfermo. Finalmente recolocou as luvas e terminou a operação<sup>64</sup>.

Oito dias depois, o paciente recebeu alta, fato esse que teve muita repercussão junto à tropa, assim como também a recusa do coronel médico anestesista de participar do procedimento. O coronel Barcelos, do Exército Brasileiro<sup>65</sup>, comandante-geral de todas as tropas naquele setor, determinou a instauração de inquérito para apurar o ocorrido e punir o anestesista pela recusa em participar de um procedimento cirúrgico de emergência. JK, contudo, explicou ao encarregado que não havia necessidade, pois não gostaria de contribuir para a punição de ninguém. Ademais, o assunto já estava resolvido e o militar havia sido salvo e já estava recuperado.

Adotando essa postura, a simpatia dos militares por JK e sua competência no hospital passaram a ser comentadas no seio da tropa. Militares do Exército chegaram a pedir que, caso fossem feridos em combate, fossem atendidos pelo médico da Força Pública Mineira. Houve uma aproximação de JK ao coronel Barcelos, vindo o oficial superior a visitar o Hospital de Sangue em uma inspeção e constatar a falta de recursos para os atendimentos dos combatentes. A visita resultou em providências junto ao chefe de Saúde da Força Pública Mineira, tenente-coronel Magalhães de Góis, como a ida de um trem-hospital equipado para Passa Quatro, visando a suprir as necessidades de atendimento à tropa.

Reconheceram o abnegado trabalho de JK e equipe, mas compreenderam que deveria haver um atendimento em toda extensão limítrofe da zona de conflito. Kubistchek explica como era integrado o trem-hospital,



sob o comando do capitão médico Carlos Quadros:

O comboio era integrado por um carro de transporte de doentes, com instalação radiológica completa; um carro de alta cirurgia e sala de assepsia; um carro dormitório, transformado em enfermaria, com vinte leitos; um carro de pequena cirurgia, com consultório médico, sala de curativos de pequena cirurgia, e gabinete dentário; e finalmente, uma prancha para a condução da auto-ambulância. Dispunha de profissionais especializados, como cirurgiões, clínicos, radiologistas, dentistas, farmacêuticos e enfermeiros, estando em condições de atender a qualquer emergência<sup>66</sup>.

Com a chegada do trem-hospital, cogitou-se a possibilidade de desativação do Hospital de Sangue e liberação de JK para retornar a Belo Horizonte. Contudo, o Coronel Barcelos disse: “O doutor Juscelino é indispensável aqui”, conforme afirma Araújo<sup>67</sup>. As atividades no Hospital de Sangue continuaram a ser exer-

cidas solidariamente com o trem-hospital. Quando o trem-hospital chegou a Passa Quatro, seus integrantes foram visitar a unidade de campanha, que apesar dos poucos recursos, cumpria o dever com esmero e muita dedicação. Durante a visita, chegou um soldado com ferimento na cabeça por um projétil de grosso calibre. JK o levou para o trem-hospital e o submeteu a uma craniotomia<sup>68</sup>. O procedimento foi realizado com sucesso e, três meses depois, o paciente já estava recuperado.

Araújo assim narra o momento em que se aventou a possibilidade de dispensar JK:

Logo após a chegada do Trem-hospital, foi aventada a possibilidade do doutor Juscelino Kubistchek retornar para Belo Horizonte. Mas o Comandante das Tropas, Coronel Christovão Barcelos não concordou, colocando um ponto final nos rumores, ao afirmar categoricamente: “O doutor Juscelino é indispensável aqui”. Pela competência e operosidade, o jovem cirurgia impusera-se à confiança de todos, do soldado ao co-



mandante. Era um verdadeiro médico de campanha, indo e vindo às frentes de batalha, infatigável no seu posto, sem conhecer cansaço e, em consequência, credor da admiração e da estima dos combatentes. Sua popularidade tornou impraticável sua saída do Hospital de sangue<sup>69</sup>.

Ainda no início das atividades no Hospital de Sangue, o major médico José Rodrigues Pinto de Moura, da Força Pública, retornou para Belo Horizonte. JK ficou atendendo apenas com a ajuda da irmã Maria, até que chegou o capitão médico do Exército Bayard Lucas de Lima<sup>70</sup>, que passou a trabalhar com eles. Outra ajuda que chegou foi um sacerdote, o Padre Alfredo Christovam Kobal<sup>71</sup>, vigário da cidade de Virgínia, próxima à cidade de Passa Quatro. Além da assistência espiritual aos feridos, também ajudava nos atendimentos de urgência. De nacionalidade austríaca, havia lutado na 1ª Guerra Mundial. Passou a ser conhecido por todos, sendo uma das figuras mais

populares junto aos integrantes da tropa.

Padre Kobal era uma pessoa admirável, usava perneiras de soldados e um casquete de campanha junto a uma batina preta surrada pelo uso contínuo. No casquete colocava os emblemas dos batalhões da Força Pública. Acompanhava JK nas idas e vindas, nos postos da linha de frente, onde distribuíam medicamentos, anti-hemorragicos e aplicavam injeções para as dores. Devido ao frio intenso, gripes e pneumonias em massa eram comuns nas trincheiras úmidas e geladas. Padre Kobal arrumava burros e os carregava com barris de cachaça, distribuindo aguardente para os soldados da Força Pública, como fazia nas trincheiras europeias durante a 1ª Guerra Mundial.

Armava um altar e celebrava missa para os soldados nas linhas de frente, doava sangue para os feridos, auxiliava no transporte dos atingidos. Tinha uma resistência física invejável, escalava montanha de mais de



mil metros de altura levando cigarros, cachaça, marmitta para os soldados nas trincheiras úmidas, geladas e lamacentas. Esticava os fios telegráficos, se estivessem danificados. Segundo Kubistchek, “Era padre, mas não olvidava o soldado que existia dentro si. Depois de atender os combatentes, recomendava: caprichem na pontaria, meus filhos. Acertem, mas sem ódio no coração”<sup>72</sup>.

No final do mês de julho de 1932, a Força Pública Mineira iniciou a ofensiva para retomar o Túnel. O acirramento da luta provocava combates sangrentos, produzindo inúmeras baixas. Os ataques visavam surpreender as tropas paulistas e eram frontais. Contudo, as tropas paulistas surpreenderam as tropas mineiras. Nesses combates, o coronel Fulgêncio, Comandante do 7º Batalhão de Infantaria, faleceu por rajadas de metralhadora, e os 2º tenentes Anastásio de Moura e Freitas foram vitimados pela explosão de uma granada de

mão. Várias praças foram feridas também.

O coronel Fulgêncio foi retirado da linha de frente e levado para o hospital nos braços do Padre Kobal. Atendido pelo Dr. Lucídio Avelar e mais três cirurgiões, faleceu na mesa de cirurgia. Ao chegar ao hospital estava gravemente ferido. JK o acompanhou e o assistiu nos seus derradeiros momentos. A morte do coronel provocou uma repercussão muito grande em todo o estado, a ponto de o Presidente recomendar a presença do Secretário Gustavo Capanema em Passa Quatro para as últimas homenagens<sup>73</sup>.

Acerca do episódio que culminou na morte do coronel e dos dois tenentes, além de diversas praças feridas, o coronel da Força Pública Mineira Edmundo Lery Santos, comandante da Brigada Sul, no seu relatório ao Secretário de Interior e também comandante-geral da Força Pública, relatou o seguinte:



Foi o pior dia que tivemos no setor do túnel, o dia 30 de julho [...], fazendo com que o inimigo nos causasse grandes baixas na nossa fileira, com a sua fuzilaria mortífera e certos disparos de artilharia. [...] Foi esse dia fatídico para a Brigada, perdemos o bravo Cel Fulgêncio de Souza Santos, no momento em que esse oficial dava ordens de preparativos para o desencadeamento da ofensiva, no flanco esquerdo, pelo 7º B.I. de seu comando. Além desse desastre, perdemos, quase na mesma hora, os 2os. Tenentes Anastácio Rodrigues de Moura e João Luiz de Freitas, os quais foram vítimas da explosão de uma granada de mão, no ato em que o primeiro fazia menção de arremessá-la contra o inimigo, tendo ambos morrido e ficado feridas diversas praças<sup>74</sup>.

Em 1953, na cerimônia dos Aspirantes da Força Pública, já denominada Polícia Militar<sup>75</sup>, houve um formando com o sobrenome Fulgêncio. JK, então Governador do Estado de Minas Gerais, determinou aos assessores que verificassem se havia

parentesco com o oficial que morreu no Túnel. Com a confirmação, ao final da solenidade, pediu que os familiares o encontrassem no salão nobre do DI<sup>76</sup> (hoje Academia de Polícia Militar). Quando os parentes chegaram ao salão, após perguntar se eles eram parentes do coronel Fulgêncio, Juscelino começou a se desculpar, emocionado, por não ter conseguido ajudar a salvá-lo. Contou como tudo aconteceu, finalizando que quando o coronel chegou para os médicos, já estava em estado muito grave, restando muito pouco para se fazer<sup>77</sup>.

O valor dos soldados da Força Pública Mineira ficou registrado num cintilante discurso do poeta Carlos Drummond de Andrade, quando este esteve na Serra da Mantiqueira. Foi também inserido no Relatório dos Serviços de Guerra, apresentado pelo Coronel da Força Pública Mineira, Edmundo Lery Santos<sup>78</sup>, comandante da Brigada Sul da Força Pública. Neste trecho, extraído do discurso referenciado,





abstrai-se a impressão descrita pelo poeta do soldado do túnel:

Não tenho o hábito nem o prazer dos discursos, transmitirei apenas, pelo microfone, uma imagem de trincheira, colhida nas linhas do sul. Quero oferecê-la á sensibilidade e á meditação de meus patrícios. Eu estive diante do Túnel e vi o soldado lutando. E o soldado não me viu, porque estava lutando. Estava integralmente lutando. Com o corpo dentro da terra, tal um bicho inferior, sua cabeça alçava-se á superfície e era como um acontecimento humano na paisagem da serra. Corpo e cabeça, e fuzil faziam um só indivíduo e acusavam em uma só direção.

A princípio meus olhos não distinguiram bem, porque da luminosidade da serra haviam passado para a escura e silenciosa trincheira. Percebia a terra cortada de fresco, os torrões ainda se esboroando, os degraus improvisados, os ramos secos e as vigas suspensas sobre nossas formas tateantes. Caminhávamos, tropeçávamos. E onde a luz não guiava, porque era ausente, guiou-nos o ruído seco, metálico, pontuado, das ar-

mas que detonavam. Foi então que eu vi o soldado – que eu senti o soldado, desenhando-se vagamente na estreita fita de luz coada pela abertura, onde havia paisagem e havia o cano da arma.

Aproximei-me daquela coisa grave e serena. Ele não percebeu. O olho na alça de mira, o pensamento no alvo, o mundo para ele era o morro inteiro, mancha verde, onde devia haver uma trincheira espiando; a vida estava inteira naquele instante, e não havia nem marchas passadas nem caminhadas futuras. Havia um fuzil, um alvo, um homem e um morro. Tudo era extremamente simples, nenhuma estilização, nenhuma contingência e nenhum cálculo. O soldado estava lutando, estava sinceramente, profundamente lutando.

[...] Mas na serra enorme eu via apenas um homem, feito de pau, de ferro, de substâncias indiferentes, um ser sem necessidades e sem desvios, agindo certo, visando reto, atirando firme. Eu vi o soldado lutando. [...]

Eu descí o morro, trazendo comigo o recorte daquela figura imensa, destacando-se na como uma árvore ou uma torre. Eu trouxe para o meu



trabalho miúdo e medíocre a admiração daquele soldado perfeito, anônimo e formidável, que lá está lutando na serra e são milhares, e cobrem uma linha que vai do sul ao triângulo e é a linha do nosso absoluto dever trouxe-o para que ele enriquecesse o meu espirito e ensinasse o meu caminho. Vendo-o, pensando nele, procurando compreendê-lo, como é fácil viver este caminho que o destino traçou Minas-Gerais. Todos os deveres são claros. As responsabilidades são nítidas. Mineiros estão lutando lá longe, nas alturas, aonde não chegam os boatos nem se insinuam as vacilações. E como poderíamos deixar que eles lutassem e fossemos ficando aqui, inertes, ridículos, pequeninos, fazendo o comentário malicioso dos telegramas, tecendo hinos desvirilizados à pacificação, dançando cinicamente o nosso tango ou distribuindo perversamente o nosso derrotismo?

Devido aos saques que estavam ocorrendo na cidade, foi deslocado para aquele teatro de operações um delegado chamado Benedito Valadares<sup>79</sup>, que mais

tarde foi designado para ser o interventor de Minas Gerais. Nos momentos de folga, JK saía com ele caminhando pela cidade – tornaram-se amigos – vindo Juscelino mais tarde a ingressar na política, sob os auspícios de Valadares. JK chegou a ser o seu chefe da Casa Civil, e durante a vigência do Estado Novo, em 1940, Valadares nomeou-o para ser o prefeito de Belo Horizonte. Durante o período em que foi prefeito, o conjunto arquitetônico da Pampulha foi edificado.

Em Passa Quatro, por ocasião do seu aniversário –13 de setembro –, foi oferecido a JK um jantar. O coronel Barcelos agradeceu-lhe pelo trabalho desenvolvido e o batizou carinhosamente de “o bisturi de ouro da Força Pública Mineira”<sup>80</sup>. Com a debandada das tropas paulistas, reinou a paz naquele setor. JK acompanhou os feridos até as cidades de Guaxupé e Varginha, depois se reintegrou às tropas, deslocando-se até a cidade de Campinas, onde se instalou o Quartel-General do coronel Bar-



celos. A força era de ocupação, haja vista que os revoltosos tinham se rendido. Nas ruas de Campinas eram chamados de “mineiros leprosos”.

No Relatório apresentado pelo Chefe do serviço de saúde do setor Túnel, major Dr. J. Santa Cecília, ao tenente-coronel Dr. Magalhães Góes, chefe do Serviço de Saúde da Força Pública, há um elogio ao Capitão Médico da Força Pública Juscelino Kubitschek, assim mencionado:

Dr. Juscelino Kubitschek – Cirurgião do Hospital de Passa Quatro temperamento de eslavado, calmo, modestíssimo, em extremo disciplinado, resistência de aço para, num só dia, socorrer a mais de 40 feridos, sem se esfaltar, foi a grande revelação do S.S. Mostrou-se um ótimo cirurgião, um improvisador de meios para uma boa assistência aos grandes feridos de guerra, com impecável educação, inteligência e maneira discreta. O seu elogio pode ser resumido, transportando-se para aqui o pedido dos oficiais do Exército que, ao partirem para a frente, solicitavam terem-

no como cirurgião, no caso de ferimento em combate.

No hospital de Sangue, no período de 20 de julho de 1932 até 13 de setembro de 1933, foram contabilizados mil e trinta e sete atendimentos, entre feridos, mortos e enfermos. Ao final do conflito, JK retornou para Belo Horizonte. Ao chegar, foi requisitado para se apresentar perante o Presidente do Estado, Olegário Dias Maciel, que lhe agradeceu pelos trabalhos efetuados em prol do povo mineiro no setor sul, durante a Revolução Constitucionalista. Acerca da estada de JK em Passa Quatro, a consequência em sua vida e na política nacional, devido ao prestígio das pessoas que ali serviram, pode-se constatar, conforme relata Kubitschek:

O desvio brusco no rumo do destino teve, como tudo na vida, uma origem remota, quase sem importância. Minha experiência em Passa Quatro significou como que um marco. Foi, de fato, o segundo passo numa escalada



longa, mas na época, absolutamente imprescindível. O primeiro havia sido minha nomeação para médico do Hospital Militar da Força Pública de Minas. A designação para servir no setor do Túnel fora o segundo. Ali ultrapassei, sem querer, as fronteiras do limitado mundo em que vivia, e pude contemplar cenários diferentes, horizontes mais amplos. O que vi em Passa Quatro pareceu-me inteiramente novo. Era a primeira vez que exercia minha atividade num verdadeiro teatro de guerra. O setor do túnel – não sei por que estranha fatalidade – acabou sendo a sementeira de uma nova geração de políticos. Naquela área, verifica-se, de fato, intensa fermentação política. O prestígio que algumas pessoas ali adquiriram levou-as mais tarde às mais elevadas posições no País.

Um coronel do Exército – Eurico Gaspar Dutra – seria ministro da Guerra e presidente da República. Três governadores de estado emergiram das trincheiras da Mantiqueira: O capitão Ernesto Dornelles, do Rio Grande do Sul; o capitão Zacarias Assunção, do Pará; e o chefe de Polícia do

Setor, Benedito Valadares, de Minas Gerais<sup>81</sup>.

#### d) Ingresso na vida na política e o acidente automobilístico

De volta a Belo Horizonte, JK retomou a rotina de médico, atendendo no Hospital Militar, na Santa casa e no consultório. No ano seguinte à Revolução Constitucionalista, faleceu o Presidente do Estado de Minas Gerais, Olegário Dias Maciel, em 5 de setembro de 1933. Aí surgiu a oportunidade de Getúlio de nomear um interventor, aniquilando o liberalismo conservador mineiro, que resistia às reformas políticas e sociais que queria implantar. Já havia tentado afastá-lo, mas sem lograr sucesso, agora era a sua oportunidade. O perfil do sucessor: teria que ser um homem sem filiações, criação sua e obediente à voz do seu criador, conforme relatou Kubistchek<sup>82</sup>.

Interinamente, o estado ficou sendo governado por Gustavo Capanema, o qual tinha a esperança de ser nomeado inter-



ventor. Ele era apoiado por Flores da Cunha e Virgílio de Melo Franco, outro candidato à vaga, por Oswaldo Aranha e os tenentes. Os dois pretendentes à vaga eram fortes politicamente. Getúlio protelou ao máximo a decisão final. Se escolhesse qualquer um, iria desagradar o lado perdedor, e as consequências políticas seriam desastrosas. Porém, no final daquele ano de 1933, decidiu por um deputado Federal do Partido Progressista.

O escolhido foi Benedito Valadares, que ficou no cargo até 1945. Em momento algum era lembrado por um dos grupos, mas foi nomeado para o cargo de interventor do estado. Não era brilhante, inteligente ou culto, mas sobravam-lhe tato, malícia, capacidade de envolvimento e habilidade política. Estava órfão politicamente, pois era apadrinhado por Olegário Maciel, que havia falecido. Ao ser nomeado interventor de Minas Gerais, passou a ser adotado por Getúlio Vargas. Ao assumir a direção do estado, convidou JK para ser o

Secretário da Casa Civil, e não foi fácil convencê-lo, haja vista que o dedicado médico não queria assumir qualquer atividade que o afastasse do exercício da medicina. No entanto, JK acabou aceitando.

O momento vivido pode ser assim entendido, conforme Silva e Carneiro<sup>83</sup>: “A engrenagem política colhera-me por fim. Percebi desde logo que não conseguiria fugir mais ao seu processo de trituração. Tudo havia acontecido por acaso, sem que eu houvesse feito o menor esforço para orientar, naquela direção, o rumo da minha vida”. Mesmo tendo assumido a Chefia da Casa Civil, não deixou de clinicar. Em 1934 foi eleito Deputado Federal pelo Partido Progressista (PP), sendo o mais votado. Em 1935 tomou posse no Palácio Tiradentes, cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil.

Ao tomar posse como Deputado Federal, afastou-se do serviço de urologia do Hospital Militar e da terceira enfermaria da Santa Casa. Como era também secretá-



rio do Partido Progressista, permanecia mais em Belo Horizonte com objetivo de realizar entendimentos com os chefes de diretórios municipais. Nas eleições municipais de 1936, trabalhou assiduamente em Diamantina, onde tinha poucos correligionários. O maior adversário e favorito até então era o Partido Republicano Mineiro (PRM) do ex-presidente Artur Bernardes. Em Diamantina e seus distritos, ia de cavalo nas estradas tortuosas, visitando todos os eleitores de casa em casa para solicitar votos. Até então era inédita essa estratégia. O resultado das eleições foi que o PP saiu vitorioso em onze das quinze vagas para vereadores distritais.

Mesmo afastado das atividades da medicina no período em que era Deputado Federal, JK continuou a clinicar nas cidades e distritos que visitava. Atendia pacientes carentes que enfrentavam filas enormes para obterem consultas e receitas grátis. Em 1937, com o golpe do Estado Novo<sup>84</sup>, o congresso foi fechado,

JK renunciou à chefia política de Diamantina, abandonando a política. Retornou ao exercício exclusivo da medicina, no Hospital Militar, no Hospital da Santa Casa, no Hospital São Lucas e no seu consultório, não querendo mais se envolver em política. Segundo Araújo<sup>85</sup>, Juscelino Kubistchek “Prometeu a si mesmo não voltar mais à política”. Silva e Carneiro<sup>86</sup> corroboram que “fora uma experiência válida, mas já era assunto encerrado”.

Exercendo novamente a medicina, percebeu que não era mais o mesmo cirurgião – a mão estava hesitante e o raciocínio lento. Sem que pudesse restabelecer suas habilidades, qualquer ato cirúrgico estaria com o desempenho fadado ao insucesso. O caminho seria a reciclagem, pois o cirurgião, como o pianista, deve treinar diariamente. Solicitou ao diretor da Faculdade de Medicina autorização para estudar os cadáveres à noite. Estudou anatomia topográfica, explorando as regiões do corpo humano, principalmente os rins e as vias uri-



nárias, durante três meses. Ao final, conseguiu readquirir a destreza, além de se atualizar com a prática anatômica.

Em 1938 foi promovido ao posto de tenente-coronel da Força Pública, sendo designado para assumir a chefia do serviço de cirurgia do Hospital Militar. A designação se deu em face da aposentadoria do tenente-coronel médico Octaviano de Almeida. Continuou sua rotina, chegando por volta das sete horas da manhã e, às vezes, antes, no Hospital Militar, depois se deslocava para a Santa Casa, assumindo a clínica de urologia, antes de ser prefeito de Belo Horizonte. Operava pacientes particulares no Hospital São Lucas, além de atender os seus clientes no consultório particular.

Em 1940, durante a vigência do Estado Novo, foi surpreendido com a publicação, no Diário Oficial, de seu nome para ser o Prefeito de Belo Horizonte. Ficou muito surpreso, pois dois meses antes havia recusado o convite diretamente do Interventor do

estado, Benedito Valadares. Depois de muito refletir, aceitou o convite. Carneiro e Silva, relatam que Kubitscheck assim descreveu o momento:

Na noite de 18 de abril, após aquela longa vigília no escritório, decidi sobre o caminho que devia seguir. Sendo prefeito, iria agir outra vez como médico. O doente ali estava. Era Belo Horizonte um doente que repousava num leito de fícus e de rosas. A política havia me envolvido de novo. E desta vez, definitivamente<sup>87</sup>.

Como prefeito otimizou um plano de modernização, após conseguir empréstimo, realizando várias obras na cidade. Pelo seu dinamismo e ritmo de trabalho, foi apelidado pelos habitantes de Belo Horizonte de “Prefeito Furacão”. A mais importante e lembrada obra foi a urbanização da Pampulha, com seu lago artificial e o conjunto planejado por Oscar Niemeyer. Nele foram edificadas o Iate Clube, a Casa do Baile e a Igreja de São Francisco. A Igreja de São Francisco foi



adornada com painéis decorados por Portinari, e o jardim em volta dela, planejado por Burle Max. Toda a obra do complexo da Pampulha foi concluída em nove meses.

Há uma situação que merece ser destacada, que foi a não aceitação, por parte do Arcebispo D. Antônio Cabral, de que o quadro representando o santo patrono da igreja fosse a figura de um cachorro e não de um lobo. JK lhe explicou que o cachorro representava bem o brasileiro e que era uma comovente expressão de fidelidade ao santo. Contudo, o Arcebispo entendeu ser um “escárnio à religião”. Por esse motivo, a igreja somente foi consagrada dezessete anos depois, pelo Arcebispo sucessor de D. Cabral, D. Resende Costa. JK conseguiu que o conselho municipal de Belo Horizonte doasse a igreja de São Francisco para a “Mitra Arquidiocesana”.

Todo este imbróglio assim se sucedeu, segundo Silva e Carneiro:

Todo o conjunto executado em 9 nove meses. Mas houve uma forte reação por parte do Arcebispo Dom Antônio Cabral que não aceitou o fato de no quadro representando o santo patrono da igreja constar a figura de um cachorro. Expliquei-lhe que Portinari havia nacionalizado a afeição do santo pelos animais. Ao invés do lobo, um cachorro humilde, bem brasileiro, que deixava transparecer, através de toda sua figura, uma comovente expressão de fidelidade ao santo. Dom Cabral, porém, não pode conter sua indignação: ‘Um cachorro atrás do altar... Isso é um escárnio à religião’. Por este motivo a igreja de São Francisco teve de esperar 17 anos para ser consagrada por dom João de Resende Costa, sucessor de dom Cabral. Juscelino obtivera que o Conselho Municipal de Belo Horizonte aprovasse um projeto do vereador Celso de Melo de Azevedo, autorizando a doação da igreja à Mitra Arquidiocesana<sup>88</sup>.

JK, mesmo sendo prefeito de Belo Horizonte não largou o exercício da medicina. Continuou a clinicar nos mesmos lugares,





sempre pela manhã. Na parte da tarde, ou mesmo à noite, administrava a cidade. Em 1944, fez opção de somente se dedicar à política. No hospital São Lucas operou um paciente com quadro de apendicular agudo, com peritonite generalizada, duas vezes, e após as cirurgias a pessoa se recuperou. Ao comunicar à esposa do paciente que ele receberia a alta, disse: “Hoje vou dar duas altas. Uma, ao seu marido, que já está bom pode retornar a suas atividades. E outra, a mim mesmo, pois encerro, com o seu caso, minha atividade profissional”<sup>89</sup>.

Com a criação da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais, em 1950, JK pertenceu aos quadros dos primeiros docentes da escola. Foi o titular da disciplina de Urologia, porém em 1954, quando a primeira turma estava cursando o quinto ano, teve que se afastar. O motivo foi a falta de agenda para conciliar as aulas e as atividades como chefe do executivo mineiro. Na oportunidade, indicou como seu substituto José Bolivar Drumond. Em

1958, doou o terreno na Alameda Ezquiel Dias para construção do prédio que passou a abrigar a escola a partir de agosto de 1964<sup>90</sup>.

Em outubro de 1945, JK foi substituído pelo engenheiro João Gusman Júnior na prefeitura de Belo Horizonte. Deixou uma cidade com várias obras públicas acabadas, como a urbanização da Pampulha, multiplicação de redes de esgoto e do abastecimento de água, abertura de novas avenidas e ruas. Nessa época o jaleco já tinha sido substituído pelo terno. JK ajudou a organizar o Partido Social Democrático (PSD) e, no final de 1945, foi eleito Deputado Constituinte. Participou da elaboração da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 18 de setembro de 1946. Durante as sessões na Câmara, JK e Israel Pinheiro, ambos deputados, já pregavam a necessidade da mudança da Capital do Brasil<sup>91</sup>.

Em 3 de outubro de 1950, conseguiu se eleger Governador do Estado de Minas Gerais. Nas eleições, venceu o concunhado



Gabriel Passos. Ao assumir o governo mineiro, em 31 de janeiro de 1951, constatou *in loco* que o estado estava parado no tempo. Silva e Carneiro afirmaram que “em Minas, tudo estava por ser feito. O progresso existente, a riqueza circulante, os poucos empreendimentos haviam sido criados pela iniciativa privada. Não existia em todo o estado parque industrial”<sup>92</sup>. A lavoura estava debilitada. Para superar a parada no tempo, o binômio “Energia e Transporte” foi desdobrado em duas etapas, sendo a primeira a eletrificação e estradas, e a segunda à industrialização.

O resultado do seu governo foi a criação da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), apolítica e em padrões privatistas, abertura de estradas, campos de aviação e construção e reformas de usinas hidrelétricas e indústrias. E uma grande realização foi a Siderúrgica Mannesmann, instalada na época no distante bairro Barreiro, bem afastado do centro da cidade. Criou

também o Frigorífico Minas Gerais (Frimisa) e a Fertilizantes Minas Gerais (Fertisa), dentre outras realizações, tudo feito com apoio do Presidente da República, Getúlio Vargas, que cumpria o mandato, eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). JK propôs a mudança da cor do triângulo da bandeira do estado, de verde para vermelha, junto à Assembleia Legislativa, o que foi aprovado em 1963, pela Lei nº 2.793.

Em 1955 lançou sua candidatura à Presidência da República, embora o Partido da União Democrática Nacional (UDN) não o aceitasse, alegando que ‘seria uma volta à era Vargas’. Promoveram todo tipo de manobras possíveis para tentar não só minar, mas, depois de eleito, impedir sua posse. Só tomou posse por causa da pronta, eficaz e eficiente interferência do Ministro da Guerra, Marechal Lott, que garantiu a ordem constitucional brasileira. Segundo Heliodoro, “as oposições a sua campanha se estendiam também dentro do



seu partido PSD, em Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e até mesmo o líder mineiro Benedito Valadares. No Rio de Janeiro o PSD não se abria declaradamente [...]”<sup>93</sup>.

Ao iniciar a campanha à presidência, JK elaborou com uma equipe de técnicos um “Plano de Metas” englobando todos os setores do Brasil e objetivando o desenvolvimento do País – “cinquenta anos em cinco de governo”. Porém, nenhum deles contemplava a mudança da capital do Brasil para o centro do país. Um fato inusitado acabou colimando com a construção e inauguração da cidade de Brasília, no Centro-Oeste brasileiro. No dia 4 de abril de 1955, JK se deslocou para a cidade de Jataí, no estado de Goiás, para um comício. “Inaugurava nova forma de se comunicar com os eleitores: o diálogo, aceitando, do palanque, perguntas dos que o aparteariam”<sup>94</sup>.

Durante o comício, Antônio Carlos Soares, conhecido como Toniquinho, perguntou a JK se

ele, eleito, cumpriria o mandato constitucional que determinava a mudança da capital para o Planalto Central. JK respondeu em segundos, dizendo: “Cumprirei a Constituição, farei a mudança da Capital”. Segundo Silva e Carneiro, no comício, os fatos ocorreram assim:

Em Jataí, entretanto, ocorreu um fato, relacionado com essa inovação, que iria tornar aquele comício histórico. Quando, ao terminar o discurso, indaguei se alguém desejava fazer-me alguma pergunta, um popular adiantou-se e me interpelou: ‘Já que o senhor se declara disposto a cumprir integralmente a Constituição, desejava saber se irá pôr em prática aquele dispositivo da Carta Magna que determina a transferência da Capital da República para o Planalto Goiano’. A pergunta era, na realidade, embaraçosa. Desde que me candidataria à Presidência, havia organizado, com a cooperação de uma equipe de técnico, um programa de governo que, se eleito, iria realizar. Tratava-se do Plano de Metas, que englobava todos os setores do País.



Em nenhuma das 30 metas, porém, havia qualquer referência à mudança da Capital. Desde muito tempo, já me habituara a ver, no mapa do Brasil, aquele retângulo colorido, assinalando o futuro Distrito Federal. A ideia sempre me parecera utópica, irrealista. Entretanto, naquele comício de Jataí, de súbito, posto frente a frente com o desafio, o aparteante, sendo goiano, tinha interesse no problema. Além do mais, a mudança estava prevista na Constituição. Não hesitei um segundo e respondi, com firmeza: 'Acabo de prometer que cumprirei, na íntegra, a Constituição, e não vejo razão para ignorar esse dispositivo. Durante o meu quinquênio, farei a mudança da sede do governo e construirei a nova Capital!' O aparteante chamava-se Antônio Carlos Soares, o Toniquinho. Era coletor estadual<sup>95</sup>.

O motivo de ter se iniciado a campanha presidencial pela cidade de Jataí e não por uma das grandes capitais do Brasil se escura na possibilidade real de acabar, antes de começar, caso promettesse a mudança do capital

para o interior. A pergunta retratou o movimento mudancista que era integrado por goianos e paulistas, e que já se espalhava para outras regiões. Depois da pergunta e a resposta de JK, em todos os comícios era questionado acerca do compromisso assumido. No seu plano de metas, com trinta metas já elencadas, Brasília passou a ser a trigésima primeira, sua terceira filha, como a ela se referia, segundo Heliodoro<sup>96</sup>.

Acerca do pensamento de JK sobre a mudança da Capital, Heliodoro descreve:

A mudança da Capital para o interior do Brasil era, sim, preocupação de Juscelino Kubitschek e Israel Pinheiro, tanto que, por ocasião da Constituinte de 1946, ambos, Juscelino e Israel Pinheiro, deputados federais, faziam inflamados discursos propondo a mudança da Capital para o interior. Que a Capital deixasse o litoral e trouxesse para o centro do país as condições indispensáveis à ocupação e o natural crescimento econômico das vastas regiões isoladas,



hoje transformadas em celeiro econômico do Brasil. Assim, JK ao chegar em Jataí em 1955, já levava, não em seu programa de governo, em seu Programa de Metas, mas em seu pensamento e em sua decisão, a ideia da mudança da capital para o interior<sup>97</sup>.

Portanto era uma das metas ocultas de JK no seu plano de metas, que não podia ser declarada, haja vista a oposição ferrenha da UDN, principalmente de Carlos Lacerda<sup>98</sup> – tirar a capital do Rio de Janeiro e afastá-la das lindas praias cariocas. A cidade Maravilhosa deixaria de ser Capital do Brasil e o “cérebro das altas decisões nacionais”, depois de quase duzentos anos gozando desse privilégio. Quando se decidiu pela mudança, a imprensa paulista e carioca orquestrou uma violenta oposição nacional. O interesse coletivo era descartado em prol do pessoal<sup>99</sup>.

A interiorização já tinha sido proposta pelos colonizadores portugueses e do Brasil Imperial. Nessa toada de acontecimentos, passou a ser a preocupação de JK,

enfrentando obstáculos e adversários ferozes. Segundo Heliodoro<sup>100</sup>, JK, desde 1946, tinha em mente a mudança, mas o alvo inicial era Minas Gerais. Em 1960, a população brasileira era de 70 milhões, um terço vivia no litoral. No Centro-Oeste, havia meio habitante por KM, ou seja, um terço do Brasil era despovoado.

Depois de assumir o governo, houve várias manifestações populares reivindicando a mudança da capital. JK era “mudancista” e já defendia essa ideia desde 1946, durante as sessões da Assembleia Nacional Constituinte. Devido às oposições, houve imperiosa necessidade de alguém se manifestar antes, num comício de início de campanha, em 4 de abril de 1955, na cidade de Jataí, que era pessedista: “Certamente porque havia, nas hostes pessedistas, um trabalho de preparação feito no sentido de dar ao candidato o respaldo e uma, sustentação popular, um clamor público, que desse substância ao seu compromisso”<sup>101</sup>.



Eleito Presidente da República, JK tomou posse em 31 de janeiro de 1956, ficando no cargo até 31 de janeiro de 1961. Foi eleito com 36% dos votos, contra 30% dados a Juarez Távora, 26% a Ademar de Barros e 8% a Plínio Salgado. João Goulart, vice-presidente eleito juntamente com Juscelino obtivera mais votos que o Presidente. Sua gestão foi marcada por grandes obras de repercussão nacional e internacional. A construção e inauguração de Brasília, a nova capital do Brasil, sem dúvidas que foi o expoente.

Em 25 de julho de 1959, foi transferido para a reserva remunerada, com promoção ao posto de coronel médico da Polícia Militar. O ato foi assinado pelo então governador do Estado José Francisco Bias Fortes. Na oportunidade, JK foi condecorado com a medalha de Mérito Militar Grau Ouro. Naquele mesmo ano, segundo Santos<sup>102</sup>, sofreu um infarto. E quando retornou do exílio, estando preso no 3º RI em São Gonçalo, no final dos anos de

1960, os médicos constataram as seguintes enfermidades: arteriosclerose coronariana, hipertensão arterial, diabetes, gota, infecção urinária (pós-operação), síndrome de depressão psíquica e ruptura traumática do tendão de Aquiles esquerdo. E em 1970, teve câncer de próstata, mas ficou curado, por ter sido operado ainda no início da doença.

Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1960. A UDN apoiou o projeto, na esperança de ser fracassado, haja vista a promessa de JK de fazê-lo ainda no seu mandato, o que foi cumprido. A UDN queria tirar proveito, cobrando a obra não realizada para desmoralizar JK, caso desse errado. Acerca da construção de Brasília, numa conferência na Universidade de Notre Dame, em 20 de março de 1968, assim disse JK, conforme relata Heliodoro:

Não posso me guardar do sentimento de orgulho, por ter merecido de Deus a graça da criação de Brasília, ponto culminante da minha vida de estadista.



Orgulho-me, ainda, de ter sido capaz de criar Brasília como cidade da esperança, símbolo da fé no cristianismo e no futuro democrático da civilização ocidental<sup>103</sup>.

Durante o governo de JK, houve democracia na sua essência, com imprensa livre, poderes legislativo e judiciário prestigiados e fortalecidos. Mesmo tendo ocorrido duas rebeliões, Jacareacanga e Aragarças, não houve presos políticos. O Marechal Lott<sup>104</sup>, Ministro da Guerra do governo, embora disciplinado e disciplinador, segundo a UDN era o “contestável da República”, todos lhe deviam obediência. Porém, nunca se insurgiu contra uma decisão do Presidente JK, mesmo quando se opôs à promoção de Castelo Branco e Mourão Filho ao generalato. O Marechal foi contra as promoções, alegando que o primeiro era lacerdista, e o segundo não tinha méritos para ser promovido. Mesmo assim JK os promoveu.<sup>105</sup>

Ao sair Presidência, Juscelino foi eleito Senador pelo Estado

de Goiás, sendo cassado pelo governo militar em 8 de junho de 1964. Em 13 de junho, partiu para a Europa num exílio voluntário, só retornando ao Brasil em 9 de abril de 1969. Morou em Paris, Lisboa e Nova York. O motivo, segundo acusação do governo militar, era corrupção e de ser apoiado por comunistas. Também teve os seus direitos políticos suspensos por dez anos. Castelo Branco disse que JK foi cassado por motivos políticos, conforme seu ministro chefe da Casa Civil, Luiz Viana Filho.

Devassaram a vida de JK em investigações que buscaram encontrar qualquer desmando, desonestidade, com o objetivo de destruir sua reputação. Contudo, não encontraram nada, todos os inquéritos instaurados foram arquivados por falta de provas. O Presidente Figueiredo, através do seu Ministro da Comunicação Social, Said Farah, referiu-se a JK, anos mais tarde, de maneira elogiosa, pela sua operosidade, clareza e pobreza. Na oportunidade, disse que havia sido en-



carregado de inquérito para apurar alguma coisa envolvendo JK, e nada foi encontrado que o desabonasse.

Para melhor compreender o momento, Heliodoro traz as seguintes revelações:

O governo Castelo Branco manifestou, depois, que JK foi cassado exclusivamente por motivos políticos, conforme declaração pública de seu Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Luiz Viana Filho. E o Presidente Figueiredo falaria, mais tarde, a seu Ministro da Comunicação Social, Said Farhat, referindo-se elogiosamente ao ex-presidente pela sua “operosidade e clarividência em matéria de desenvolvimento social, mencionado ainda a relativa pobreza de JK”.

O Ministro Farhat perguntou ao Presidente Figueiredo como ele sabia desse fato. O Presidente respondeu-lhe “que ele próprio fizera o inquérito sobre a vida passada de Juscelino e nada de sério encontrara a desabonar a honradez do ex-Presidente da República”.

Indaga ainda o Ministro Farhat: “Por que então foi

cassado?” Respondeu-lhe Figueiredo, com sua franqueza habitual: “Porque Costa e Silva queria”.

Continua Said Farhat: “A cassação de Juscelino visava a impedir que ele viesse a concorrer à Presidência, ou se mantivesse ativo politicamente, servindo como elemento polarizador dos que desejavam o poder restituído à sociedade civil. Era parte do processo de tomada de poder pelos militares e que, mais adiante, ficaria representado e corporificado na candidatura do então Ministro do Exército, Costa e Silva, à sucessão do Presidente Castelo Branco”. Assim relata Said Farhat o acontecimento em seu livro a ser publicado.

Mais tarde, fiquei sabendo que o presidente Tancredo Neves contava uma história que bem caracterizava o estilo Costa e Silva. Numa visita a Belo Horizonte, Costa e Silva hospeda-se no Palácio das Mangabeiras, residência do Governador do Estado. Levanta-se cedo e vai tomar seu café da manhã sozinho. Dona Coracy, esposa de Israel Pinheiro e primeira-dama de Minas, vem fazer-lhe companhia e comenta: “Tenho grande admiração pelo Presidente





Castelo Branco. Reconheço-lhe muitas qualidades, só não perdôo o fato dele ter casado Juscelino.” Ao que Costa e Silva, continuando seu café, responde: “Então, pode perdoar, porque quem cassou Juscelino fui eu<sup>106</sup>.

Em conversa com o Senhor Serafim Jardim, ex-secretário pessoal e hoje o responsável pela Casa JK em Diamantina, ele relatou que Ademar de Barros contou para JK que estava em um carteadado, junto com Costa e Silva, quando ele recebeu um telefonema do então Presidente Castelo Branco e, na oportunidade, ouviu Costa e Silva dizer: “Presidente, a intenção de caçar JK não é só minha, mas de 60 mil homens armados”. Portanto se conclui que Castelo Branco foi conivente, e Costa e Silva foi o grande mentor da cassação do mandato e suspensão dos direitos políticos de JK por dez anos.

No último encontro da sua turma de faculdade, na casa de Pedro Drumond de Salles e Silva, médico e Professor Emérito da

Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas, uma das esposas de seus colegas perguntou a JK “o que ele fazia para se manter jovem”. Juscelino assim respondeu, segundo Araújo:

Não sei se estou tão jovem, mas o melhor remédio para não envelhecer, ou envelhecer mais devagar, é “não guardar raiva”. Não tenho raiva de ninguém, nem mesmo dos que me perseguiram tanto. A esses eu dedico apenas uma boa dose de desprezo e os esqueço<sup>107</sup>.

No dia 22 de agosto de 1976, JK morreu em um acidente automobilístico, na Via Dutra, km 165, próximo a Resende, quando viajava da cidade de São Paulo para a cidade do Rio de Janeiro. Segundo Santos<sup>108</sup>, a Comissão da Verdade nacional concluiu por “acidente”, mas a Comissão da Verdade do município de São Paulo concluiu por “atentado”. Prevaleceu a versão oficial segundo a qual o ônibus da viação Cometa fechou e colidiu de leve com o opala em que estava JK.



Este, trafegando a uma velocidade de mais de 100 km/h, desgovernou-se e atravessou a pista, colidindo com caminhão que trafegava em sentido contrário. No acidente, além de JK, morreu o seu motorista e amigo, Geraldo Ribeiro. Serafim Jardim refuta essa versão veementemente<sup>109</sup>.

O homem simpático, carismático, médico caridoso, zeloso e atencioso para com os pacientes, sobretudo para os mais humildes, JK deixou-nos fisicamente, vivendo no imaginário da saudade. Patriota e estadista, ousou trabalhar em prol do desenvolvimento do Brasil, sempre sendo fiel ao povo. Prezou pela moralidade, probidade e obediência às leis vigentes, sobretudo à Lei Maior, a Constituição, e enfrentou todas as adversidades da imperfeição humana.

## CONCLUSÃO

O presente artigo teve como objetivo pesquisar e demonstrar se a condição de médico facilitou

ou mesmo abriu os caminhos para JK se tornar militar e um grande estadista mineiro e brasileiro. Após ter sido formulada a pergunta norteadora, foram elaborados os objetivos geral e específicos para se desenvolver a pesquisa bibliográfica, delimitando-se o período de observação ao de seu nascimento até o falecimento e procurando-se retratar todas as importantes fases de sua vida.

No decorrer da pesquisa, ficaram demonstradas a origem humilde de JK e as dificuldades de sua mãe, viúva, para criar os filhos (Juscelino e a irmã). Seu esforço para estudar, passar no concurso de telegrafista, nos exames preparatórios e no vestibular para a faculdade de Medicina também foram comprovados. Sua labuta para cursar Medicina durante o dia e trabalhar de madrugada, como telegrafista da agência de correios ficou bem evidenciada, assim como os desafios do início da profissão de médico, a designação para Força Pública (PMMG), a participação



na Revolução Constitucionalista de 1932, o ingresso na política e suas gestões como governador de Minas Gerais e Presidente da República.

Sua aspiração desde criança era ser médico. Perseverou por esse objetivo e se formou em 1927. Na Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, foi interno-residente e, depois de formado, foi auxiliar na terceira enfermaria de cirurgia, trabalhando com o seu cunhado Júlio Soares, que muito o ajudou. Buscando melhoria progressiva, foi se aperfeiçoar em Urologia na França, com o Dr. Chavessu. Na oportunidade, viajou para outros países europeus, como Alemanha, visitando hospitais para aprender novas técnicas.

Como médico da Força Pública de Minas, participou da revolução de 1932. Foi um dos médicos em Passa Quatro, sul de Minas, no Hospital de Sangue, quando por várias vezes ganhou admiração dos militares que ali serviam, pela dedicação, empenho, zelo, carinho e cuidado com

os pacientes. Nesse conflito, teve a oportunidade de conviver com pessoas que mais tarde vieram a ocupar cargos importantes, como Benedito Valadares, que o levou para a política.

Cediço esclarecer que embora tenha se envolvido na política, sempre procurou se esquivar dela, recusando convites para cargos públicos diversos da medicina. Em certo momento durante a vigência do Estado Novo, porém, aceitou ser Prefeito de Belo Horizonte. Antes da vigência do Estado Novo, tinha sido secretário da Casa Civil do governo de Minas Gerais e, em 1934, foi eleito e empossado deputado federal. Em 1937, houve o fechamento do congresso, surgindo daí a relutância em voltar para a política, que o afastava da medicina.

Mesmo exercendo cargos públicos, somente nos últimos anos como prefeito fez sua última cirurgia no hospital São Lucas em Belo Horizonte, trocando de vez o avental pelo paletó. Depois de 1945, elegeu-se deputado constituinte, governador, presi-



dente da República e, por fim, Senador pelo estado de Goiás, antes de ser cassado e ter os seus direitos políticos suspensos por dez anos. Depois da cassação, exilou-se por três anos. Retornando ao Brasil, chegou a ficar preso e, até o seu falecimento, não pôde se candidatar a mais nenhum cargo. Quando voltou, foi investigado de maneira inquisitorial, sem que lhe fosse imputado nenhum fato desabonador ou criminoso relacionado ao período em que ocupou cargos públicos ou mesmo em sua vida privada.

Embora todos se lembrem de JK como estadista, como o Governador que preparou Belo Horizonte para ter a estrutura de uma metrópole, o presidente que trouxe indústrias, montadoras de veículos e construiu Brasília, o líder democrático e desenvolvimentista, não se pode esquecer a sua trajetória como médico. Não só na Santa Casa em Belo Horizonte, mas também no Hospital Militar, no Hospital São Lucas, no consultório particular e no hospi-

tal de Sangue em Passa Quatro, durante a Revolução Constitucionalista. Em todos deixou marcas indeléveis de sua competência, carisma, zelo, cuidado e amor ao próximo cumprindo o juramento de Hipócrates.

Conclui-se, assim, que a pergunta norteadora e os objetivos traçados na presente pesquisa foram respondidos. Ser médico foi o passaporte de JK para a carreira militar e para se tornar um grande estadista mineiro e brasileiro. Comprovou-se que foi um excepcional estadista e médico, tendo se destacado como cirurgião e urologista. A Sociedade Brasileira de Urologia o proclamou patrono da especialidade. A Lei nº 13.564, de 21 de dezembro de 2017, assinada pelo presidente Michel Temer, designou o ex-presidente Juscelino Kubistchek de Oliveira como patrono da especialidade de urologia no Brasil.



## BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Fernando. *Juscelino Kubitschek, o médico*. Belo Horizonte: RC Editora e Gráfica, 2002.

HELIODORO, Afonso. *JK, exemplo e desafio*. Brasília: Theasaurus, 2012.

KUBITSCHKEK, Juscelino. *Meu Caminho para Brasília*. Rio de Janeiro Bloch Editores S.A., 1974.

JARDIM, Serafim. *Juscelino Kubitschek: onde está a verdade?* Petrópolis: Vozes, 1999.

MARCO FILHO, Luiz. *História militar da PMMG*. Belo Horizonte: Centro de Pesquisa e Pós-graduação-PMMG, 2005.

FORÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Movimento de 9 de julho de 1932*. Edição Especial Comemorativa. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 2012.

SANTOS, Manoel Hygino. *Nono do Tijuco: pioneiro em urologia*. Belo Horizonte: Santa Casa de Misericórdia, 2018.

SANTOS, Edmundo Lery. *Movimento de 9 de julho de 1932*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1933.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *Os presidentes: Juscelino Kubitschek - 19º Presidente do Brasil*. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983.

## NOTAS

<sup>1</sup> JK – Abreviatura do nome de Juscelino Kubitschek.

<sup>2</sup> Médico – Diplomado em medicina. Profissional que exerce a medicina.

<sup>3</sup> Sobrado – Casa com dois pavimentos e grande.

<sup>4</sup> Júlia Kubitschek – Tinha ascendência tcheca com remotos liames ciganos, sendo o nome germanização do original Kubícek.

<sup>5</sup> HELIODORO, Afonso. *JK, exemplo e desafio*. Brasília: Theasaurus, 2012, p. 52.

<sup>6</sup> Olímpio Mourão Filho – General do Exército Brasileiro que em 1964, como comandante da 4ª Região Militar/Divisão de Infantaria, na cidade de Juiz de Fora-MG, liderou com tropas armadas a revolução de 1964. Chegou ao posto de General de Exército e presidiu o Superior Tribunal Militar (STM).

<sup>7</sup> HELIODORO, Afonso. *JK – de Diamantina ao memorial*. Brasília: IHGDF, 1983, conforme SANTOS, Manoel



---

Hygino. *Nono do Tijuco*: pioneiro em urologia. Belo Horizonte: Santa Casa de Misericórdia, 2018, p. 18.

<sup>8</sup> KUBITSCHKEK, Juscelino. *Meu Caminho para Brasília*. Rio de Janeiro Bloch Editores S.A., 1974, p. 23.

<sup>9</sup> Ibid.

<sup>10</sup> HELIODORO, Afonso. *JK, exemplo e desafio*. Brasília: Theasaurus, 2012, p. 57.

<sup>11</sup> Hipócrates - Pai da Medicina, maior médico da Antiguidade (ilha de Cós 460-Tessalia 364 a.C.). Iniciador da observação clínica, deixou um corpo de doutrinas (*Corpus hippocraticum*) dos mais notáveis e de que fazem parte numerosos tratados.

<sup>12</sup> SANTOS, 2018, op.cit., p. 18.

<sup>13</sup> KUBITSCHKEK, op.cit., p. 37.

<sup>14</sup> Ibid., p. 46.

<sup>15</sup> Ibid., p. 148.

<sup>16</sup> SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *Os presidentes: Juscelino Kubitschek - 19º Presidente do Brasil*. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983, p. 23.

<sup>17</sup> Gripe Espanhola - Epidemia gripal que devastou o mundo em 1918.

<sup>18</sup> Código Morse – Sistema de comunicação que representa letras e números através de código de sinais intermitentes, compostos por pulsos.

<sup>19</sup> Carlos Drummond de Andrade – Mineiro da cidade de Itabira do Mato

---

dentro, foi poeta, contista, cronista brasileiro do período modernista. Foi membro da segunda geração de modernistas, funcionário público em Minas Gerais e jornalista. Formado em odontologia e farmácia, embora nunca exercesse a profissão. Considerado um dos maiores poetas do século XX.

<sup>20</sup> ARAÚJO, Fernando. *Juscelino Kubitschek, o médico*. Belo Horizonte: RC Editora e Gráfica, 2002, p. 31.

<sup>21</sup> Júlio Haueisen Soares – Contemporâneo de JK no curso de medicina, colocou grau em 1923. Tratou Naná de uma cólica hepática, apaixonaram-se e se casaram em 23 de junho de 1927. Foi diretor clínico da Santa Casa de Misericórdia e chefe da 3ª enfermagem de cirurgia; cirurgião respeitado se especializou em urologia, além de ser seu cunhado, amigo e confidente. Depois de formado, JK foi trabalhar em sua clínica particular como sócio.

<sup>22</sup> KUBITSCHKEK, op.cit., p. 83.

<sup>23</sup> SANTOS, 2018, op.cit., p.38.

<sup>24</sup> ARAÚJO, op.cit., p. 53-54.

<sup>25</sup> Ibid., p. 33.

<sup>26</sup> Sarah Gomes de Lemos – Nascida em 1909 em Belo Horizonte, filha de Jaime Gomes Lemos, representante de Minas no Congresso, e de Luísa Negrão, ambos de famílias conceituadas. Só passou assinar o nome de Sara Luísa Kubitschek, quando JK era o Presidente do Brasil.



---

<sup>27</sup> KUBITSCHKEK, op.cit., p. 83.

<sup>28</sup> SANTOS, 2018, op.cit., p.81.

<sup>29</sup> ARAÚJO, op.cit., p. 65.

<sup>30</sup> SANTOS, 2018, op.cit., p.13.

<sup>31</sup> Ibid.

<sup>32</sup> KUBITSCHKEK, op.cit., p. 87.

<sup>33</sup> SANTOS, 2018, op.cit., p.24.

<sup>34</sup> ARAÚJO, op.cit., p. 68.

<sup>35</sup> Ibid., p. 69.

<sup>36</sup> Urologia - Especialidade cirúrgica da especialidade de cirúrgica da medicina que trata do trato urinário de homens e de mulheres e do sistema reprodutor das pessoas do sexo masculino.

<sup>37</sup> Paris- Cidade capital da França.

<sup>38</sup> Berlim - Cidade capital da Alemanha.

<sup>39</sup> Maurice Chevassu – Cirurgião francês e professor da Escola de Medicina de Paris. Especializou em cirurgia do aparelho urinário, alcançando notoriedade. Na juventude foi médico militar, serviu na Córsega, Dijon, Paris e Argélia.

<sup>40</sup> KUBITSCHKEK, op.cit., p. 102.

<sup>41</sup> ARAÚJO, op.cit., p. 71.

<sup>42</sup> KUBITSCHKEK, op.cit., p. 103.

<sup>43</sup> Urologista – médico que possui especialização em urologia.

<sup>44</sup> ARAÚJO, op.cit., p. 72.

<sup>45</sup> SANTOS, 2018, op.cit., p.15.

<sup>46</sup> Força Pública Mineira – Designação da Polícia Militar do Estado de Minas

---

Gerais, nos períodos de 24/10/1891 a 21/07/1893 e de 30/08/1914 a 17/09/1946.

<sup>47</sup> Getúlio Dorneles Vargas – Presidiu o Brasil no período de 1930 a 1945. Foi eleito Presidente do Brasil em 1950 tendo-se suicidado em 1954 no Palácio do Catete na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>48</sup> Gustavo Capanema – Advogado, político e secretário do Interior e Justiça no governo do Presidente do Estado de Minas Gerais Olegário Maciel.

<sup>49</sup> 12º RI - Regimento de Infantaria, atual 12º BI, situado na cidade de Belo Horizonte.

<sup>50</sup> MARCO FILHO, Luiz. *História militar da PMMG*. Belo Horizonte: Centro de Pesquisa e Pós-graduação-PMMG, 2005, p. 32.

<sup>51</sup> Olegário Dias Maciel - Governador do Estado de Minas Gerais (na primeira República era denominado Presidente do Estado), eleito em 1930 ficou no cargo até 1933, falecendo ainda na vigência do mandato. Foi um dos líderes da revolução de 1930, que levou ao poder do Brasil, Getúlio Vargas.

<sup>52</sup> KUBITSCHKEK, op.cit., p. 148.

<sup>53</sup> HM – Hospital Militar.

<sup>54</sup> Decreto-Lei – Ato decretado com poder de lei que, assinado pelo Presidente da República é expedido pelo



---

poder executivo, quando acumula as funções do Poder Legislativo.

<sup>55</sup> Corpo Escola – Localizado no Bairro do Prado Mineiro. Hoje é a Escola de Formação de Soldados (EFSd), no complexo da Academia de Polícia Militar.

<sup>56</sup> KUBITSCHKEK, op.cit., p. 149.

<sup>57</sup> SANTOS, 2018, op.cit., p.59.

<sup>58</sup> Contraforte – Pilares, suporte, anteparos, apoios, defesas, proteções.

<sup>59</sup> ARAÚJO, op.cit., p. 90.

<sup>60</sup> Irmã Maria – Enfermeira idosa de nacionalidade francesa. Serviu ao Exército Francês durante a 1ª Guerra Mundial. Culta, modesta, mansa e bondosa, transbordava ternura cristã e inesgotável carinho para com os feridos.

<sup>61</sup> ARAÚJO, op.cit., p. 91.

<sup>62</sup> KUBITSCHKEK, op.cit., p. 172.

<sup>63</sup> Síncope – Perda dos sentidos, da consciência, causada pela irrigação insuficiente de sangue no cérebro.

<sup>64</sup> KUBITSCHKEK, op.cit., p. 173.

<sup>65</sup> Cel EB Cristóvão Barcelos – Comandante das tropas no setor sul, região do túnel, Passa Quatro, sul do Estado de Minas Gerais na divisa com o Estado de São Paulo, durante a Revolução Constitucionalista de 1932. Depois de conflito, foi promovido ao posto de general. De sólida cultura, excepcionais qualidades de caráter, comunica-

---

tivo, justo, prudente, exercia suas funções com zelo.

<sup>66</sup> KUBITSCHKEK, op.cit., p. 175.

<sup>67</sup> ARAÚJO, op.cit., p. 100.

<sup>68</sup> Craniotomia – Procedimento operatório da caixa craniana, quando se faz um furo na cabeça para colocar um clip na artéria.

<sup>69</sup> Ibid.

<sup>70</sup> Capitão médico do EB Bayard Lucas de Lima – Trabalhou no Hospital de Sangue junto com JK. Substituiu o major médico da Força Pública Pinto de Moura. Chegou ao posto de general médico do EB e trabalhou com JK quando foi Presidente da República.

<sup>71</sup> Padre Alfredo Christovam Kobal – De nacionalidade austríaca tinha sido capitão do Exército Austro-Húngaro, serviu na guarda do Imperador Francisco José, durante a 1ª Guerra Mundial. Ferido em combate no braço direito, foi acometido de uma gangrena. Razão pela qual prometeu que se fosse curado, se dedicaria ao sacerdócio. No final da guerra fugiu para Itália e para o Brasil se fixando na cidade de Virgínia, exercendo o celibato. Figura humana extraordinária, alto, rosto vermelho, fisionomia atlética, pronunciava o português com acento germânico.

<sup>72</sup> KUBITSCHKEK, op.cit., p. 183.

<sup>73</sup> Ibid., p. 176.





---

<sup>74</sup> SANTOS, Edmundo Lery. *Movimento de 9 de julho de 1932*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1933, p. 49.

<sup>75</sup> Polícia Militar – Nome adotado para denominar a Força Militar Estadual, conforme descrito na Constituição Federal de 1946.

<sup>76</sup> DI – Departamento de Instrução. Fundado em 1934, hoje Academia de Polícia Militar. Escola militar responsável pela formação, instrução e especialização do efetivo.

<sup>77</sup> Relato do Cel PMMG Veterano Barroso.

<sup>78</sup> SANTOS, 1933, op.cit., p. 167-168.

<sup>79</sup> Benedito Valadares – Delegado especial de polícia designado para o *front* em Passa Quatro, para a manutenção da ordem pública, objetivando coibir saques e outras violações. Conchudo do capitão Ernesto Dornelles Vargas do estado-maior do Coronel Cristóvão Barcelos. Advogado, vereador e prefeito da sua terra natal, Pará de Minas, e depois sucessor de Olegário Dias Maciel no governo de Minas Gerais, como interventor, de 1933 a 1945. Foi também deputado federal e senador da República.

<sup>80</sup> ARAÚJO, op.cit., p. 104.

<sup>81</sup> SILVA; CARNEIRO, op.cit., p. 25.

<sup>82</sup> KUBITSCHKE, op.cit., p. 204-205.

<sup>83</sup> SILVA; CARNEIRO, op.cit., p. 27.

---

<sup>84</sup> Estado Novo - Estado Novo, ou Terceira República Brasileira, foi uma ditadura brasileira instaurada por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, que vigorou até 29 de outubro de 1945. Foi caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e por seu autoritarismo.

<sup>85</sup> ARAÚJO, op.cit., p. 114.

<sup>86</sup> SILVA; CARNEIRO, op.cit., p. 29.

<sup>87</sup> Ibid.

<sup>88</sup> Ibid., p. 32.

<sup>89</sup> ARAÚJO, op.cit., p. 122.

<sup>90</sup> SANTOS, 2018, op.cit., p.56.

<sup>91</sup> HELIODORO, op.cit., p. 143.

<sup>92</sup> SILVA; CARNEIRO, op.cit., p. 43.

<sup>93</sup> HELIODORO, op.cit., p. 146.

<sup>94</sup> SILVA; CARNEIRO, op.cit., p. 65.

<sup>95</sup> Ibid., p. 65.

<sup>96</sup> HELIODORO, op.cit., p. 146.

<sup>97</sup> Ibid., p. 143-144.

<sup>98</sup> Carlos Frederico Werneck de Lacerda – Jornalista, escritor, empresário, polemista, advogado e político da União Democrática Nacional (UDN). Antes de se filiar a UDN, na década de 1940, partido conservador e de influência liberal, pertenceu à Aliança Libertadora Nacional na década de 1930.

<sup>99</sup> HELIODORO, op.cit., p. 144.

<sup>100</sup> Ibid., p. 145.



---

<sup>101</sup> Ibid., p. 146.

<sup>102</sup> SANTOS, 2018, op.cit., p.83.

<sup>103</sup> HELIODORO, op.cit., p. 233.

<sup>104</sup> Henrique Batista Duffles Teixeira Lott – Marechal do Exército Brasileiro, ministro da Guerra no governo de JK. Garantiu a ordem constitucional e o direito de JK assumir a presidência. Foi também político e concorreu às eleições presidenciais de 1960, perdendo-as para Jânio Quadros.

<sup>105</sup> HELIODORO, op.cit., p. 201-202.

<sup>106</sup> Ibid., p. 202-203.

<sup>107</sup> ARAÚJO, op.cit., p. 339.

<sup>108</sup> SANTOS, 2018, op.cit., p.91.

<sup>109</sup> Cf. JARDIM, Serafim. *Juscelino Kubitschek: onde está a verdade?* Petrópolis: Vozes, 1999.

# A criação da Força Expedicionária Brasileira

Giovanni Latfalla <sup>a</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo é mostrar os bastidores da criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante a Segunda Guerra Mundial, baseada em pesquisas realizadas no Arquivo Histórico do Exército, e na leitura de obras relacionadas ao tema. O processo de negociação militar com os EUA, iniciado em 1939, não previa o emprego de unidades brasileiras fora do continente e, somente após o ataque de submarinos do Eixo aos nossos navios, é que tal hipótese, e por sugestão norte-americana, passou a ser cogitada.

**Palavras-chave:** Força Expedicionária Brasileira, negociação militar, Segunda Guerra Mundial.

## INTRODUÇÃO

Em agosto de 1942, após os ataques de submarinos do Eixo a navios brasileiros com a morte de centenas de pessoas inocentes, e uma imensa comoção nacional, o governo brasileiro declarou guerra à Alemanha e a Itália. As tratativas entre o Brasil e os Estados Unidos, para uma participação

mais ativa do nosso país ao lado dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, já duravam um bom tempo, mas, a possibilidade de que o governo brasileiro pudesse enviar um contingente militar para atuar fora do continente, ainda não havia sido posta na mesa de negociação, e não estava prevista nos acordos assinados entre as duas nações.

---

<sup>a</sup> Tenente-coronel do Quadro Complementar de Oficiais do Exército, doutor em Ciência Política. Associado Emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



Inicialmente, a entrada do Brasil na guerra fez com que esta possibilidade começasse a ser levada em consideração no segundo semestre de 1942, como uma sugestão de autoridades civis e militares ligadas ao governo norte-americano<sup>1</sup>. Depois, o próprio presidente Getúlio Vargas, a partir de um discurso proferido para as Forças Armadas do Brasil, no dia 31 de dezembro de 1942, passou a defender o envio de uma força expedicionária para lutar contra o Eixo<sup>2</sup>.

O interessante é que até o dia de Natal de 1942, Vargas em reunião com o Ministro da Guerra, o general Dutra, disse ser contrário ao envio de tropas brasileiras para o front<sup>3</sup>. A partir do início de 1943, o Exército teve que tomar diversas medidas para preparar um contingente para ser enviado para a frente de batalha.

## **AS PRIMEIRAS MEDIDAS TOMADAS E A CRIAÇÃO DA 1ª D.I.E.**

Após o citado discurso, no início de janeiro de 1943, o ministro da Guerra enviou uma longa exposição de motivos ao presidente Vargas, apresentando considerações de ordem estratégica quanto à situação defensiva brasileira frente a ameaças externas e internas, e também a preparação da população para o esforço de guerra a ser dispendido. Outra também entrou em detalhes sobre a formação do corpo expedicionário:

A organização de uma força expedicionária que vá para fora do País combater contra as forças do Eixo deve ser encarada dentro dos moldes organizações similares e com todos os apetrechos modernos. Terá no mínimo o poder combativo de um exército, composto de dois corpos de exército, dos quais um moto-



rizado, e mais uma divisão blindada<sup>4</sup>.

Um dos grandes problemas para a formação do corpo expedicionário brasileiro era quanto ao fornecimento de material bélico moderno, que deveria ser fornecido pelos EUA, algo que era negociado há muitos anos, e que gerou uma constante tensão nas negociações entre as duas nações durante o período<sup>5</sup>.

Inacreditavelmente, a exposição feita pelo general Dutra, só foi respondida pelo presidente Vargas no dia 15 de março, o que demonstra a lentidão governamental para a tomada de decisões, com o Brasil já em guerra contra o Eixo.

Em 30 de janeiro de 1943, através da Nota nº 37-6, ao Estado-Maior do Exército, foram apresentadas as diretrizes para a formação das Forças Expedicionárias Brasilei-

ras, que deveriam ser formadas por 6 Divisões, sendo 4 de Infantaria, 1 Divisão motorizada e uma blindada, que ficaria muito longe do que realmente foi formado e enviado para o front europeu<sup>6</sup>.

A primeira reunião entre militares brasileiros e norte-americanos a respeito do aparelhamento da futura FEB, ocorreu no dia 14 de maio. Nesta reunião foi apresentado um plano em que o Brasil enviaria um Corpo de Exército, com três divisões de Infantaria, e elementos orgânicos: Engenharia, Artilharia, Transmissões e Saúde. O governo norte-americano forneceria o material para equipar as unidades brasileiras, e oficiais do Brasil fariam estágios nos EUA<sup>7</sup>.

Na documentação pesquisada verificou-se que a proposta inicial brasileira previa o envio de seis Divisões, sendo



quatro de Infantaria, uma de Infantaria Motorizada e uma Motomecanizada, não foi aceita pelas autoridades dos EUA, que a julgaram forte, e apresentaram as justificativas para tal decisão. Ficou então decidido conforme o descrito no parágrafo anterior<sup>8</sup>.

Fig. 1 – O comandante da FEB, general Mascarenhas de Moraes



Fonte: DPHCEX

As outras reuniões ocorridas posteriormente, também

não dissiparam as dúvidas das autoridades militares brasileiras. A questão do fornecimento do material bélico norte-americano ao Brasil acarretaria situações desagradáveis na chegada do 1º escalão da FEB na Itália, em julho de 1944<sup>9</sup>.

Finalmente, em agosto de 1943, de maneira oficial, a Força Expedicionária foi criada:

O Ministro da Guerra, que vinha cumulativamente exercendo suas funções com as de organizador da Força Expedicionária, assistido pelo seu Chefe de Estado-Maior, General Arnor Teixeira, em Portaria Ministerial, assinada a 9 de agosto de 1943, sob o nº 47-44, estabelece as primeiras normas gerais de estruturação da 1ª D.I.E (Divisão de Infantaria Expedicionária, com aproveitamento de unidades militares existentes e a criação de outras<sup>10</sup>.

Nesta mesma data de 9 de agosto, o ministro da Guerra



convidou o general Mascarenhas de Moraes para comandar a tropa brasileira.

## **DEPOIMENTO DO MARECHAL MASCARENHAS DE MORAES**

Comandava eu a 2ª Região Militar, em São Paulo, quando em certa reunião festiva, na residência do major R-2 Reinaldo Ramos Saldanha da Gama, professor da Universidade de São Paulo, este inopinadamente me solicitou participar da primeira tropa expedicionária, que para a Europa se deslocaria sob meu comando.

Respondi-lhe não poder contrair compromissos sobre assunto que eu ignorava e que, por certo, não me atingiria, dada a relevância da missão.

Além disso, acrescentei, a minha idade – 60 anos – constituía fator negativo para empresa de tal envergadura.

Confesso que me chocou de veras o gesto intempestivo do nobre camarada, exaltado talvez por notícias levianas.

Passados cerca de dois meses, durante os quais ninguém

mais me falara sobre esse assunto, recebo em minha residência, na capital paulista, a 10 de agosto de 1943, o seguinte radiograma cifrado, do general Dutra:

*25/HI – Urgente – 9 – VIII – 1943 – Cifrado general Mascarenhas São Paulo.*

*Consulta prezado camarada se aceita comando de uma das divisões que constituirão o Corpo Expedicionário pt. Impõe-se resposta urgente porque caso afirmativo fará estágio Estados Unidos pt.*

(a) General Eurico Dutra – Ministro da Guerra.

Ali mesmo, em meu gabinete de trabalho, redigi com o oficial do meu Estado-Maior, major Silva Júnior, a resposta que pela simplicidade, deveria ter escandalizado o próprio ministro. Ei-la:

*General Dutra – Rio – Urgentíssimo – de São Paulo – 20 – 40 – 10 – VIII – 1943 – 17,15.*

*345 – Muito honrado e com satisfação respondo afirmativamente consulta Vossa Excelência acaba de fazer-me vg em rádio 25/HI.*

(a) General Mascarenhas de Moraes – comandante da 2ª RM<sup>11</sup>.



O general Mascarenhas relatou que teve o apoio de sua esposa após aceitar o convite, e que alguns dias depois, recebeu um telefonema do general Dutra que afirmou que o presidente Vargas o havia escolhido, entre outros generais, para comandar a tropa brasileira<sup>12</sup>. O presidente da República havia, realmente, mudado de postura, pois, no dia 10 de dezembro de 1942, em uma reunião com o general Dutra, Getúlio mostrou-se contrariado com a postura dos generais Mascarenhas de Moraes e Amaro Bittencourt, porque os dois apoiavam o envio de tropas brasileiras para atuar fora do continente, e determinou que os mesmos fossem mais discretos em suas opiniões. A ordem foi cumprida pelo Ministro da Guerra<sup>13</sup>.

Em suas memórias, Mascarenhas de Moraes também

relatou que aproveitou a visita que Dutra fez aos EUA, em agosto de 1943, para fazer uma delicada cirurgia, em um hospital particular e de maneira sigilosa. Acompanhado apenas da esposa, a cirurgia foi exitosa (ele não falou que tipo de cirurgia havia feito). Uma demonstração da firme determinação do general em comandar a tropa expedicionária brasileira<sup>14</sup>.

Quanto a escolha do comandante da tropa brasileira, em depoimento prestado no final dos anos de 1970, o marechal Cordeiro de Farias, um dos generais que integraram a FEB, deu a seguinte resposta:

E a escolha do general Mascarenhas, como se processou?

Normalmente. Os generais de divisão foram convidados por ordem de antiguidade e hierarquia. Alguns recusaram, dizendo que não se sentiam com capacidade física para





enfrentar a guerra. Não sei bem as desculpas que apresentaram. Quando o convite chegou ao Mascarenhas, em telegrama cifrado, ele estava comandando São Paulo. E respondeu com outro telegrama, claro, urgentíssimo, no mesmo dia, dizendo que aceitava<sup>15</sup>.

O coronel Lima Brayner também escreveu sobre o processo de escolha do futuro comandante da tropa brasileira:

Essa consulta, quase humilde, já havia sido endereçada a outros generais que, por motivos pessoais, a rejeitaram. E nada sofreram, não sendo sequer anotado nos seus assentamentos militares. No entanto, o Gen. Mascarenhas de Moraes, talvez fosse o único que poderia alegar imperiosas razões para não se afastar do Brasil naquele momento, respondeu com dignidade, no dia imediato, 10 de agosto de 1943: Muito honrado, e com satisfação, respondo afirmativamente consulta V.Excia. acaba de fazer-me<sup>16</sup>.

No mês de outubro de 1943, o general Dutra esteve visitando os Estados Unidos, e nos contatos com autoridades daquele país, ficou acertado que a Força Expedicionária seria constituída pela 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> Divisões de Infantaria, compondo um Corpo de Exército, no total de 100 mil homens. O deslocamento para o front, deveria em princípio, ocorrer nos meses de junho e julho de 1944<sup>17</sup>.

Em 23 de novembro de 1943, foi formada oficialmente a FEB. Ela era constituída, inicialmente, com três Divisões de Infantaria, e elementos orgânicos do Corpo de Exército, inclusive Aviação e Órgãos de Comando e Serviços<sup>18</sup>.

A partir da criação da 1<sup>a</sup> D.I.E, foram tomadas muitas medidas para preparar a tropa brasileira para participar da guerra. Nosso Exército baseado na “escola francesa”, teria



que se adaptar, com a doutrina norte-americana. O tempo era exíguo. Mascarenhas de Moraes relatou todos os problemas que teve que procurar resolver até o embarque para o front<sup>19</sup>.

O Brasil esteve muito longe de poder enviar as planejadas 3 Divisões de Infantaria. Mesmo pouco antes do embarque, o general Dutra ainda sonhava com tal possibilidade. Em uma carta enviada ao general Góes Monteiro, em abril de 1944, ele escreveu sobre a previsão de embarque da FEB e também sobre o efetivo que seria formado para um posterior envio para o front. Ele também disse que a FEB seria formada por três grandes unidades.

A 1ª D.I.E está, por bem dizer, pronta em condições de embarcar a partir de maio próximo vindouro. Ativaremos em seguida a D.I.E do Nordeste que, a pouco e pouco, já se

vem aprestando. A 3ª D.I.E., como sabes, sairá da 5ª RM<sup>20</sup>.

Faltando poucos meses para o embarque da FEB, Dutra ainda acreditava em enviar para o front, além da 1ª D.I.E, outras duas divisões de infantaria, sendo uma formada por unidades do Nordeste, que seria a 2ª D.I.E., e a 3ª D.I.E, com unidades de Santa Catarina e do Paraná. A realidade seria muito diferente daquilo que havia sido planejado pelo Brasil.

## **02 JUL 1944: O EMBARQUE PARA A GUERRA**

O primeiro escalão da FEB, que seria transportado para a Itália no dia 02 de julho de 1944, era comandado pelo general Zenóbio da Costa. Em princípio, o general Mascarenhas não estaria nele, mas



acabou embarcando quase em cima da hora, após convencer o Ministro da Guerra<sup>21</sup>.

A tropa brasileira tinha a seguinte formação:

- Escalão Avançado do Quartel General da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária;

- Estado Maior da Infantaria Divisionária (ID) da 1ª DIE;

- 6º Regimento de Infantaria (RI);

- 4ª Cia. e 1º Pelotão de Morteiro do 11º RI;

- II/1º Regimento de Obuses Auto Rebocados (ROAuR);

- 1ª Cia. do 9º Batalhão de Engenharia (BE);

- 1/3 das Seções de Suprimento e de Manutenção do 9º BE;

- 1º Pelotão do Esquadrão de Reconhecimento;

- Seção de Exploração e elementos da Seção de Comando da 1ª Cia. de Transmissões;

- 1ª Cia. de Evacuação, o Pelotão Tratamento e elementos da Seção de Comando, todos do 1º Batalhão de Saúde;

- Cia. de Manutenção;

- Pelotão de Polícia Militar;

- Um pelotão de viaturas,

- Uma Seção do Pelotão de Serviços e elementos da Seção de Comando da 1ª Cia. de Intendência;

- Elementos da FEB anexos à 1ª DIE: o Correio Regulador, o Depósito de Intendência, a Pagadoria Fixa, correspondentes de guerra, elementos do Hospital Primário, Banda de Música Divisionária e Serviço de Justiça e Banco do Brasil<sup>22</sup>.

- Um efetivo total de 5075 homens, com 304 oficiais, que embarcaram no navio norte-americano *General Mann*, e que atracaria em Nápoles, Itália, no dia 16 de julho.



Fig. 2 - Visita do presidente Getúlio Vargas por ocasião do embarque do 1º escalão da FEB. Rio de Janeiro, 02 de julho de 1944.



Fonte: DPHCEX

Infelizmente, o 1º escalão da FEB passou por difíceis situações em sua chegada à Itália, que geraram muitas insatisfações em seu Comando, e que poderiam ter sido evitadas pelos governos do Brasil e dos Estados Unidos. Na verdade a tropa brasileira era aguardada para receber

mais treinamento e equipamento no norte da África, e de última hora resolveu-se enviá-la para a Itália<sup>23</sup>.

Mais quatro escalões seriam enviados para a Itália, num total de 25.834 homens, que honrariam o nome do Brasil na Segunda Guerra Mundial.



Fig. 3 - O general Mascarenhas de Moraes, comandante da FEB, é recebido por oficiais norte-americanos em Nápoles, Itália..



Fonte: DPHCEX

## CONCLUSÃO

A criação e envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB), foi o resultado de um longo e lento processo de negociação militar envolvendo o Brasil e os Estados Unidos, iniciado em 1939, antes mesmo do começo da Segunda Guerra Mundial.

Inicialmente, não havia a previsão para o envio de tropas brasileiras para lutar fora do continente americano. A partir de propostas apresentadas por algumas autoridades civis e militares dos EUA, a partir da declaração de guerra ao Eixo pelo governo brasileiro. O presidente Vargas foi contra esta possibilidade até o



final de 1942, quando resolveu aceitar este desafio.

A formação da FEB teve início após várias reuniões entre autoridades dos dois países, que na verdade, não deixaram de mostrar as dificuldades para um entendimento, desde o efetivo a ser empregado, passando também pela sensível questão do fornecimento do equipamento a ser disponibilizado pelos EUA. A dependência do Brasil quanto a este último quesito era quase que total.

O general Mascarenhas de Moraes, convidado pelo governo brasileiro para comandar a FEB, não titubeou em aceitar a missão. Em suas obras ele relatou as imensas dificuldades que teve para montar a então 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, e transformá-la, já na Itália, após situações desagradáveis, em uma eficiente unidade

combatente que muito contribuiu para o esforço de guerra Aliado no front italiano.

## **FONTESA PRIMÁRIAS, ARQUIVOS:**

AHEx - Arquivo Histórico do Exército.

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas.

NARA – *National Archives and Records Administration* – Maryland – Estados Unidos da América

## **BIBLIOGRAFIA**

BRAYNER, Floriano de Lima. *A verdade sobre a FEB*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walder. *Diálogo com Cordeiro de Farias: meio século de com-*



bate. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

CAMINHA, Luiz Ernani. *O dia a dia da FEB na 2ª Guerra Mundial*. Porto Alegre: Renascença, 2015.

LATFALLA, Giovanni. *Relações Militares Brasil-EUA 1939-1943*. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

LATFALLA, Giovanni. *Segunda Guerra Mundial: para o emprego de tropas do Brasil*. Juiz de Fora: Editar, 2022.

LATFALLA, Giovanni. *FEB, Missões e Observadores Militares*. Juiz de Fora: Editar, 2023.

LEITE, Mauro Renault; JÚNIOR, Novelli. *Marechal Eurico Gaspar Dutra: o dever da verdade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

McCANN Jr., Frank D. *Aliança Brasil Estados Unidos 1937-1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

MORAES, João Baptista Mascarenhas. *Memórias*. Rio de

Janeiro: Biblioteca do Exército, 2014.

MORAES, João Baptista Mascarenhas. *A FEB pelo seu comandante*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.





## NOTAS

<sup>1</sup> LATFALLA, Giovanni. *Segunda Guerra Mundial*: para o emprego de tropas do Brasil. Juiz de Fora: Editar, 2022, p. 172-173, 182, 188, 213.

<sup>2</sup> McCANN Jr., Frank D. *Aliança Brasil Estados Unidos 1937-1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985, p. 274.

<sup>3</sup> Arquivo Eurico Dutra – Vida Pública. CPDOC. Ed vp 1940.11.01. p. 49-50. Notas sobre a organização da FEB. Rio de Janeiro, 24/12/1942.

<sup>4</sup> LEITE, Mauro Renault; JÚNIOR, Novelli. *Marechal Eurico Gaspar Dutra*: o dever da verdade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983, p. 579.

<sup>5</sup> LATFALLA, Giovanni. *Relações Militares Brasil-EUA 1939-1943*. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

<sup>6</sup> LEITE; JÚNIOR, op. cit., p. 585.

<sup>7</sup> Sumário dos Assuntos Tratados e Decisões Firmadas. Secreto. *1ª Reunião*. Rio de Janeiro, 14/05/1943. Arquivo Histórico do Exército (AHEx). Documentos da Guerra 1943/1945.

<sup>8</sup> Força Expedicionária Brasileira. *1ª Reunião*. Rio de Janeiro, 14/05/1943. Arquivo Histórico do Exército (AHEx). Documentos da Guerra 1943/1945.

<sup>9</sup> BRAYNER, Floriano de Lima. *A verdade sobre a FEB*. Rio de Janeiro: Editora

Civilização Brasileira, 1968, p. 117-123.

<sup>10</sup> LEITE; JÚNIOR, op. cit., p. 592.

<sup>11</sup> MORAES, João Baptista Mascarenhas. *Memórias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2014, p. 158-159.

<sup>12</sup> *Ibid.*, p. 159.

<sup>13</sup> LEITE; JÚNIOR, op. cit., p. 553-554.

<sup>14</sup> MORAES, 2014, op. cit., p. 159.

<sup>15</sup> CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walder. *Diálogo com Cordeiro de Farias: meio século de combate*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001, p. 300.

<sup>16</sup> BRAYNER, op. cit., p. 117-123.

<sup>17</sup> LEITE; JÚNIOR, op. cit., p. 615.

<sup>18</sup> CAMINHA, Luiz Ernani. *O dia a dia da FEB na 2ª Guerra Mundial*. Porto Alegre: Renascença, 2015, p. 29.

<sup>19</sup> MORAES, 2005, p. 27-35.

<sup>20</sup> Arquivo Eurico Dutra – Vida Pública. CPDOC. Ed vp 1940.11.01. p.55-56. Carta ao general Góes Monteiro. Rio de Janeiro, 03/04/1944.

<sup>21</sup> MORAES, 2014, op. cit., p. 171.

<sup>22</sup> MORAES, João Baptista Mascarenhas. *A FEB pelo seu comandante*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005, p. 25-37.

<sup>23</sup> LATFALLA, Giovanni. *FEB, Missões e Observadores Militares*. Juiz de Fora: Editar, 2023, p.148-175.



# Operações Psicológicas: O uso da propaganda para mobilização nacional no Brasil e a contrapropaganda da FEB contra as tropas nazifascistas na Itália

André Luís Woloszyn <sup>a</sup>

**Resumo:** Este breve artigo aborda o papel das operações psicológicas ou guerra psicológica antes e ao longo da Segunda Guerra Mundial no Brasil e no teatro de operações da Itália, com a Força Expedicionária Brasileira (FEB). Relata os esforços e a atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em campanhas de mobilização nacional e recrutamento para a FEB em conjunto com o Departamento de Propaganda dos EUA, além da atuação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) para os esforços de guerra. Excursiona por uma série de boatos, parte de uma ampla campanha de desinformação como mecanismo de pressão ao presidente Getúlio Vargas no sentido de acelerar o rompimento com os países do Eixo, conjuntura que também o acompanhou ao longo de todo o conflito. Apresenta a propaganda nazista no front italiano contra as tropas brasileiras e a reação desta em ações de contrapropaganda. Por fim, conclui acerca da relevância das operações psicológicas nos conflitos modernos e das lições apreendidas sobre a atividade neste último conflito mundial.

**Palavras-chave:** Guerra psicológica; Propaganda; Contrapropaganda; Brasil; FEB; Campanha da Itália.

## INTRODUÇÃO

Operações psicológicas por meio da propaganda e contrapropaganda é uma ferramenta política e militar

utilizada nas guerras, notadamente, a partir da Primeira Guerra Mundial, cuja finalidade, além da desinformação, é a de abater o moral das tropas e,

---

<sup>a</sup> Tenente-coronel PM da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul. Associado Correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



consequentemente, o ímpeto destas em continuar lutando em uma determinada zona de operações. Isso ocorre por meio do apelo e da exploração emocional dos combatentes acerca das dificuldades que se defrontariam com o terreno, clima, distância do lar e de supostas ameaças e vulnerabilidades à sua sobrevivência contra uma força superior. Em outras palavras seu objetivo é incutir um estado mental de medo e estresse, na tentativa de coagir o adversário para que tome a atitude que o oponente deseja.

Com efeito, tais ações foram muito utilizadas no front italiano tanto pelas tropas nazistas como brasileiras, cada qual, na tentativa de incutir no adversário, um desalento emocional que acarretasse menor ímpeto de luta e, consequentemente, desequilíbrio nas operações de guerra. Contudo, a propaganda de guerra nem sempre é maléfica. Por outro lado, é utilizada, também,

internamente para fins de recrutamento às forças armadas, venda de bônus de guerra e para orientações em massa de como proceder em caso de ameaças de invasão por terra ou bombardeios aéreos.

Segundo a definição de Farago, “a propaganda de guerra é por si só o maior instrumento da guerra política, fazendo com que outros ajam de modo vantajoso para um lado, prejudicando o outro”<sup>1</sup>.

Com uma visão mais recente, sem, no entanto, confrontar com antigas definições, Chomsky e Herma asseveram que a propaganda de guerra se tornou no mundo moderno uma arma poderosa para angariar apoio público para a guerra e fornecer uma justificativa moral para ela, geralmente destacando a natureza “má” do inimigo. Também é usada para quebrar a vontade das forças inimigas de lutar<sup>2</sup>.

Neste sentido, este breve artigo trata em sua primeira parte da propaganda interna de guerra no Brasil a partir da



declaração do estado de beligerância contra os países do eixo, Alemanha e Itália, utilizada tanto como ferramenta de recrutamento, como instrumento de orientação à população. Na segunda parte, excursiona pela propaganda de guerra adversa realizada pelas tropas nazifascistas na zona de operações da FEB, na Itália, e da reação das tropas brasileiras em resposta a estas incursões com ações de contrapropaganda.

### **A PROPAGANDA INTERNA: O PAPEL DO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA NA MOBILIZAÇÃO POPULAR**

O governo de Getúlio Vargas contou com um forte instrumento de propaganda e contrapropaganda para influenciar a opinião pública brasileira na tentativa de neutralizar a eficiente propaganda nazista de Joseph Goebbels, ministro da Propaganda de Hitler,

considerado um mestre nesta atividade.

Levada a efeito pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939 no Estado Novo, alinhado as diretrizes do governo federal, tinha por finalidade exercer o controle dos veículos de informação e cultura do país e promover a ideologia do regime entre a população. Este departamento realizava a confecção de cartazes, produzia reportagens especiais publicadas em jornais e revistas, programas radiofônicos, peças teatrais e concursos musicais com uma forte censura, possuindo filiais em todos os Estados.

Na Segunda Guerra Mundial, a atuação deste órgão governamental, indiretamente, um centro de informações e contrainformações, foi conjunta com o Departamento de Comunicação do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA) dos EUA, que, da mesma forma que o DIP, era responsável pelas atividades



relacionadas a imprensa escrita, rádio, cinema e contrapropaganda de guerra. Sua tarefa principal era enaltecer os EUA, reforçando a política de boa vizinhança e minimizar os impactos da propaganda nazista na América Latina.

Inicialmente, o DIP atuou em caráter de censura coibindo as manifestações culturais da comunidade germânica no país a partir de 1937. Esta data marcou a ilegalidade do Partido Nacional Socialista no Brasil passando a clandestinidade.

Outra importante atividade foi neutralizar a farta propaganda nazista transmitida

amplamente à sociedade brasileira por meio de inúmeros panfletos, jornais, revistas e emissoras de rádio. Esta enfatizava a amizade entre ambos os países, os avanços econômicos e os benefícios trazidos à sociedade alemã sob a batuta de Hitler, creditando aos EUA o papel de verdadeiro inimigo do Brasil.

Após a declaração de guerra, foi responsável pela mobilização popular nos esforços de guerra produzindo diversas peças publicitárias destinadas a exaltar o nacionalismo dos brasileiros face aos ataques de submarinos alemães no litoral do Nordeste,

Fig. 1



Fig. 2



Fig. 3



Fig. 4



Fonte: Arquivo Nacional



em especial pelo episódio do torpedeamento de cinco unidades navais mercantes pelo submarino alemão *U-507*, resultando em mais de 600 mortos, episódio que deu origem a declaração de guerra.

Reproduzimos alguns dos cartazes produzidos pelo DIP (figuras 1 a 4), afixados nas ruas e divulgados em jornais e revistas por todo o país.

Sob a influência dos EUA, que iniciava sua estratégia da política de boa vizinhança com os países da América Latina, no chamado *American Way of Live* buscando alianças para os aliados na Europa, intermediou a vinda de astros do cinema de Hollywood ao Brasil entre os anos de 1940 e 1942 como Walt Disney e Orson Welles além da exibição de filmes norte-americanos mostrando as atrocidades dos nazifascistas contra os povos e os benefícios para o Brasil de uma aliança com os EUA, sob supervisão do DIP<sup>3</sup>.

Walt Disney, acompanhado de uma equipe de 16 técnicos em

sua segunda viagem ao Brasil, em 1941, criou o personagem de animação Zé Carioca, um amigo bonachão do Pato Donald e o desenho original da Cobra Fumando, distintivo posteriormente adotado como símbolo pela FEB, além da exibição e filmes de seus personagens no Rio de Janeiro, Bahia e Pará, sempre com um viés colaboracionista entre brasileiros e norte-americanos.

Orson Welles, por seu turno, tinha como objetivo realizar um filme sobre o Carnaval e os costumes do país, contudo o filme nunca foi realizado. Ademais, programas produzidos nos EUA em português sobre a guerra e as vitórias aliadas eram reproduzidos nas rádios nacionais, incluindo no programa radiofônico “A Hora do Brasil”.

Muitos historiadores creditam este período como o início da americanização do Brasil no que se refere à cultura, posteriormente, no campo econômico e tecnológico com a cedência de material bélico,



armas, munições, embarcações e aeronaves as forças armadas, somado ao fomento da industrialização do país.

Ademais, o DIP monitorava as matérias jornalísticas produzidas e enviadas às redações pelos correspondentes de guerra que acompanhavam a FEB no teatro de operações da Itália além de produzir boletins semanais para os órgãos da imprensa nacional acerca do desempenho das forças brasileiras no front italiano, antes de sua extinção em 25 de maio de 1945.

Vale destacar, que embora os esforços empreendidos pela propaganda no recrutamento de pessoal em todo o território nacional para integrarem o efetivo da FEB, o resultado foi decepcionante. Segundo Paula Cidade, a esperança do ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, “de uma avalanche de estudantes a entrar pelos quartéis adentro, exatamente a classe que em um congresso estudantil votou moções de apoio

a intervenção direta do país na guerra realizando grandes manifestações, foi pífia”<sup>4</sup>.

Outra instituição que contribuiu com propaganda na Segunda Guerra Mundial com apoio do DIP foi a Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada em 1942, pela primeira-dama do país, Darcy Vargas. O objetivo da Legião era recrutar mulheres para apoiar assistencialmente os esforços de guerra, junto aos combatentes na Itália e a seus familiares no Brasil.

Fig. 5 – Campanha “Madrinhas dos combatentes”



Fonte: Arquivo Nacional



Entre os eventos realizados se destaca a campanha “Madrinhas dos combatentes” (figura 5) ou madrinhas de guerra que consistia em voluntárias dispostas a trocar cartas frequentes com os soldados ao longo da guerra, prestando informações sobre seus familiares no Brasil e atender, dentro do possível, às necessidades destes como roupas, livros e cigarros, oferecendo importante apoio moral, emocional e conforto psicológico. Tais correspondências se tornaram uma importante fonte histórica.

### **A GUERRA PSICOLÓGICA DE BOATOS E DA DESINFORMAÇÃO DIRECIONADA AO BRASIL**

A desinformação interna sempre esteve presente como mecanismo de pressão política e militar a Vargas mesmo no período em que o país se posicionou pela neutralidade arrefecendo ao longo da Batalha do Atlântico.

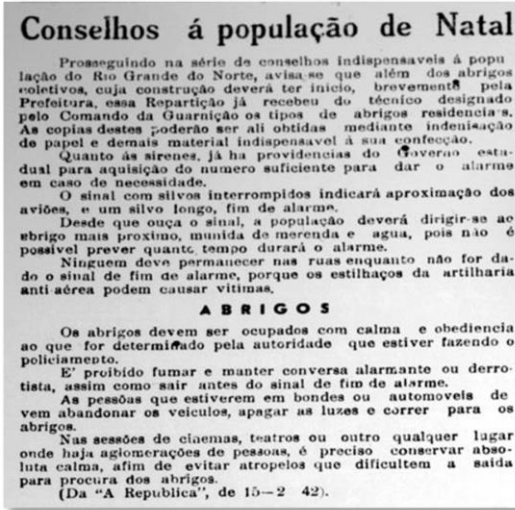
Dois anos antes, em 1940, o Serviço Secreto britânico havia informado a Washington que cerca de seis mil nazistas estavam se dirigindo ao Brasil a bordo de navios mercantes, com o objetivo de juntarem-se a comunidade germânica local num golpe para deposição de Getúlio Vargas.

Tal informação, nunca confirmada, alarmou Roosevelt que comunicou ao presidente brasileiro. Roosevelt elaborou um plano que previa o envio de dez mil soldados norte-americanos caso a invasão se concretizasse e, posteriormente, mais cem mil homens na Operação denominada “Pote de Ouro” Este informe resultou na intensificação do trabalho de rastreamento das estações de rádio clandestinas no Brasil pela inteligência naval norte-americana a partir de 1940 e a sugestão de Washington para fosse implantado um serviço secreto brasileiro destinado a vigiar os súditos dos países do Eixo<sup>5</sup>.

Outros boatos inquietantes também circulavam nos EUA em



Fig. 6 – Conselhos à população de Natal



Fonte: Jornal *A República*

relação ao Brasil, como o da existência de uma conspiração nazista para derrubar o presidente Getúlio Vargas, de que Hitler pretendia utilizar os portos e aeroportos da região Nordeste como base para a Kriegsmarine e Luftwaffe e de que os alemães possuíam um exército de aproximadamente 100 mil homens treinados no Brasil, integrado por membros da colônia germânica nos estados do sul<sup>6</sup>.

Contudo, a maior operação de desinformação foi sem dúvida o episódio da Carta forjada<sup>7</sup>, datada de 30 de outubro de 1941, supostamente enviada pelo Presidente da *Linee Aeree Transcontinentali Italiane S/A* (LATI), general Italiano Aureliano Liotta, ao representante da empresa no Brasil, Comandante Vincenzo Coppola, utilizando termos pejorativos a Getúlio

Vargas, na tentativa de acelerar o rompimento do Brasil com os países do Eixo<sup>8</sup>.

Com resultado dos boatos e da desinformação as propagandas de orientação à população de como proceder para se abrigar em segurança em caso de possíveis bombardeios da Luftwaffe ocorreram, em especial, a partir de 1943, nas das cidades litorâneas e Natal, Recife, Fortaleza e Rio de Janeiro, cujos habitantes sofriam grande estresse com o





acionamento de combustível, alimentação e papel além de constantes *blackouts*, acionados aos moldes tradicionais com o uso de sirenes, sinos das igrejas e apitos, objetivando reduzir as chances da identificação de alvos em ataques aéreos.

No texto da matéria da figura 6, publicada no jornal *A República*, podemos observar que a ideia era a construção de abrigos residenciais coletivos em Natal-RN, promessa que nunca se materializou, provavelmente, por novas avaliações acerca desta ameaça. É preciso lembrar, que os arredores da cidade de Natal foi a sede entre 1942 e 1945, da maior base aeronaval dos EUA no continente, batizada de Parnamirim Field, distante cerca de 20 km da capital, considerada um ponto estratégico vital para os esforços de guerra dos aliados uma vez que era um ponto de passagem para as aeronaves americanas em operações do norte da África, situação que justificava um possível ataque aéreo.

## **A CENSURA POSTAL DAS CORRESPONDÊNCIAS DA FEB ENVIADAS AO BRASIL**

Embora a correspondência dos integrantes da FEB com seus familiares no Brasil tenha seguido um fluxo de normalidade, a intensa atividade de espionagem inimiga em sua zona de operações despertou para a necessidade da existência de um maior controle sobre o conteúdo destas correspondências, pois poderiam cair nas mãos inimigas, se constituindo em importante fonte de informações e alvo da propaganda inimiga.

Para este fim, foi criado o Serviço Postal da FEB, implantado na 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, um setor até então inexistente na estrutura do Exército Brasileiro.

A este respeito, Costa assim manifesta:

Com a declaração de guerra e o envio de tropas para os combates, a instalação da Censura Postal Militar foi



necessária, pois eram questões de segurança nacional e mundial as medidas de contrainteligência que evitassem que informações sobre o que ocorria nos campos de batalha caíssem em poder dos Estados em guerra contra os aliados. No envio das cartas, às vezes de maneira involuntária, o soldado acabava fornecendo esses dados, que se não fossem devidamente monitorados por algum órgão, seriam tratados como informação de guerra<sup>9</sup>.

A partir de então, as correspondências passaram por crivo da censura postal com apoio do setor de contraespionagem. Assuntos militares como o moral dos colegas, o local em que se encontrava estacionado, dificuldades com treinamento e adaptação, foram terminantemente proibidos de registro sob pena de não serem enviadas ao destinatário<sup>10</sup>.

Pereira e colaboradores oferecem maiores

esclarecimentos acerca dos níveis de censura:

[...] As cartas dos pracinhas eram revisadas por três níveis de triagem: a “operacional”, com o objetivo de verificar se os militares estavam informando detalhes das operações; a verificação da conduta tomada pelos soldados em território italiano; e a triagem ideológica feita pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O DIP era responsável pelas diretrizes e execuções da propaganda do Estado Novo e vetava cartas que faziam críticas ao governo de Getúlio Vargas<sup>11</sup>.

A contrainformação da FEB supervisionava, também, o material e conteúdo produzido pelos correspondentes de guerra, submetidos às regras do Regulamento para Correspondente de Guerra Acompanhando o Exército dos EUA em campo. Por questões de segurança, não era permitido publicar a descrição das bases militares da FEB, movimentos antecipados de tropas e



direção, assuntos relacionados a planos de operações, número do efetivo e de feridos e nome de oficiais. (Braga, 1996).

## **A PROPAGANDA DE GUERRA ALEMÃ NO FRONT ITALIANO**

A tática de explorar a guerra psicológica foi amplamente utilizada tanto pelos países do eixo como aliados, especialmente na Europa, ao longo da Segunda Guerra Mundial. Os alemães, na zona de operações da FEB, lançaram milhares de panfletos em pacotes, por meio da artilharia, nas trincheiras e bases de comando brasileiras. Utilizavam-se também de rádios clandestinas, na língua portuguesa, boletins, cartazes, jornais e panfletos como ferramenta de desinformação.

A finalidade principal destes materiais era intimidar e baixar o moral das tropas e reduzir seu ímpeto de luta, lançando dúvidas a respeito da motivação para morrer em combate, ou se sub-

meter a privações como o frio europeu, lutando por uma causa que, segundo alguns textos destes panfletos, não era dos brasileiros, mas dos EUA.

Os alemães espalhavam, constantemente, falsas notícias, boatos e ameaças como a de que seriam facilmente mortos, caso não se rendessem ao adversário ou desertassem. Havia apelos sentimentais utilizando-se das famílias dos soldados, que ficariam sem seus entes queridos, enquanto lutavam em uma guerra que não era sua. Além de semear dúvidas sobre a possibilidade de vitória, explorando as dificuldades climáticas e geográficas da zona de operações e o poderio de fogo da artilharia que fustigava as tropas brasileiras além de lembrar, constantemente, a ameaça de morte que rondava os combatentes em cada deslocamento, causando tensões permanentes. A seguir, a reprodução de três destes panfletos.



Fig. 7



Fonte: AHMTB/DF

Fig. 9



Fonte: TOTA et. al., 2005, p. 22

Fig. 8



Fonte: PINHEIRO, 1980, p. 46

Tais mensagens eram geralmente de cunho pejorativo. Logo após a chegada dos brasileiros a Itália, o jornal fascista *La Stampa*, publicou um artigo sob o título “Mercenários sobre os Alpininos”, denegrindo a imagem das tropas, classificadas como “capacho dos norte-americanos”.

A rádio de Milão, conhecida como “Voz da República Fascista”, transmitida para Berlim e outras de natureza clandestina incitavam a deserção e atentavam quanto a real capacidade do



soldado brasileiro em combate. Uma delas, operada por Margarida Hirschaman, realizava transmissões diárias em português. A radialista foi identificada e presa pela FEB, após a rendição da 148ª Divisão de Infantaria alemã.

O texto do segundo panfleto dá ênfase a que, enquanto os soldados brasileiros morriam no *front* italiano, os verdadeiros inimigos circulavam pela costa do Brasil, referindo-se à Marinha e à aviação naval norte-americana e suas bases de apoio no litoral da Região Nordeste. Aduz que “o verdadeiro inimigo é o americano imperialista que quer fazer do Brasil uma colônia”.

O terceiro explora a dor dos familiares daqueles que futuramente tombarão em combate incitando-os a se entregarem e permanecerem como prisioneiros de guerra enquanto aguardam o fim da luta. Ambos os textos, denotam que os alemães conheciam aspectos básicos do Brasil e algumas das características do efetivo da FEB, notada-

mente, suas dificuldades iniciais de ambientação. Do contrário, tais mensagens não fariam sentido, pois não trariam a eficácia desejada em atingir o psicológico dos brasileiros.

A existência deste tipo de ação psicológica é prova que se contrapõe a ideia difundida por alguns estudiosos do tema, de que os alemães não sabiam com quem estavam combatendo na Itália, em parte, pelo fato de estarem utilizando o mesmo fardamento dos norte-americanos.

De todo modo, este tipo de ação, possuía um forte impacto psicológico. Além de semear dúvidas sobre a possibilidade de vitória, explorando as dificuldades geográficas da zona de operações, clima e poderio de fogo da artilharia que fustigava os brasileiros, lembrava a constante ameaça de morte que rondava os combatentes em cada deslocamento, causando estresse e tensões permanentes.

Por outro lado, a propaganda interna alemã visava ame-drontar os soldados da 232ª e



114<sup>a</sup> divisões na zona de operações da FEB. Araújo afirma que estas propagandas afirmavam que “os soldados aliados fuzilavam todo o prisioneiro de guerra, que os aliados pretos furavam os olhos dos soldados alemães ou lhes cortavam as línguas, antes de matá-los quando estes soldados lhes caíam nas mãos”<sup>12</sup>.

## **A CONTRAPROPAGANDA LANÇADA PELA FEB**

Todavia, a FEB também se utilizou deste mesmo recurso da guerra psicológica para disseminar sua mensagem as tropas alemãs e italianas, lançadas por granadas de artilharia e por aeronaves pertencentes à Esquadilha de Ligação e Observação (ELO), diretamente sobre as linhas inimigas. Seu conteúdo se mostra mais de cunho orientativo do que propriamente agressivo, sem conter charges depreciativas a figuras da liderança nazista ou aos soldados inimigos,

contexto observado em vários panfletos alemães.

A respeito da contrapropaganda, direcionada a neutralizar os efeitos da propaganda adversa, o comandante da FEB registra:

Na defensiva de inverno, praticou-se de ambos os lados a guerra psicológica: nossa artilharia arremessou em suas granadas quantidade apreciável de boletins de propaganda, destinados a arrefecer o entusiasmo bélico inimigo; e alto-falantes, instalados em nossas linhas avançadas, com a mesma finalidade, dirigiram-se diretamente ao combatente alemão exortando-o a entregar as armas<sup>13</sup>.

Da mesma forma, reportagem de Arlindo Silva relata:

[...] a contrapropaganda, foi utilizada pelos homens da Subseção de contraespionagem na linha de combate. Colocavam, no interior de granadas com pólvora, folhetos e salvo-condutos, convidando os soldados inimigos a bandearem para o lado



brasileiro. Os folhetos, explicavam por que os soldados brasileiros tinham atravessado o Atlântico para ir lutar contra a Alemanha e Itália. [...] os alto-falantes eram colocados, na calada da noite, junto às trincheiras inimigas (às vezes, a cem metros de distância apenas) e ligados para irradiar mensagens de propaganda aliada<sup>14</sup>.

Abaixo, é reproduzido um dos panfletos brasileiros, frente e verso, lançados por morteiro sobre a 148ª Divisão alemã dois dias antes de sua rendição a FEB, em 29 de abril de 1945.

Fig. 10



Fonte: Arquivo Histórico do Exército

Fig. 11



Fonte: Arquivo Histórico do Exército

O conteúdo do texto traz a seguinte mensagem:

Por que nós, soldados brasileiros, lutamos contra os alemães? Tentamos responder a essa pergunta facilmente. Brasil se juntou às nações Aliadas contra a Alemanha Nazista por causa de duas razões mais do que convincentes: Primeiro, porque o nosso país, basicamente, tem sido desafiado várias vezes por submarinos corsários alemães, apesar de nossas ações diplomáticas, afundando nossos navios desarmados perto da



costa do Brasil, apesar de o Brasil sempre se declarar escrupulosamente neutro; Em segundo lugar, porque o povo brasileiro quer viver em um mundo livre, onde as pessoas vivem livres e pacificamente, e não em um mundo ocupado pela tirania de Hitler! A chamada "Nova Ordem" não foi destinada apenas à Europa, porque era na verdade uma conspiração mundial, um perigo para todos os países do mundo. Intriga política com a qual os nazistas procuraram envolver todos os países da América do Sul, incluindo a invasão do nosso país, a nova ordem alemã mostrou muito claramente que o Brasil tem sido diretamente afetado e ameaçado pelo Nacional-Socialismo. Nós soldados brasileiros lutamos na Europa, juntamente com os nossos camaradas das Nações Unidas, contra o imperialismo e o espírito de ataque nacional-socialista, para um futuro de liberdade e progresso.

Ratificando as narrativas anteriores, segundo os registros de Araújo,

as mensagens transmitidas nos alto-falantes foram amplamente utilizadas como propaganda pela FEB no setor Apenínico a fim de enviar apelos à deserção aos soldados adversários, em especial, das divisões fascistas, com alcance de 800 a 1.000 metros<sup>15</sup>.

Eram transmitidas na língua italiana e alemã por colaboradores e prisioneiros de guerra. O serviço de contrainformação brasileiro indicava um aumento na escuta destas mensagens, medido pelo aumento crescente do número de desertores.

Registros revelam que significativa parte das mensagens da FEB aos alemães e italianos se referiam a rendição, utilizando o argumento de que a guerra estava perdida, os aliados haviam penetrado no coração da Alemanha, especialmente os russos e, diante disso, sacrifícios como a perseverança em resistir e a perda de vidas, já não faziam sentido.





Em contrário *sensu*, embora a massificação destas mensagens, não há registros de que a propaganda nazifascista tenha causado grandes impactos psicológicos nas tropas brasileiras, cujos folhetos e transmissões radiofônicas, segundo relatos pessoais de correspondentes de guerra como Rubem Braga, Joel Silveira e Egidio Squeff, eram motivo de piadas de parte dos combatentes.

Ratifica este argumento a obra de Mirandolino Costa, médico-chefe do Posto Avançado de Neuropsiquiatria (PANP) da FEB, que não registra a internação de combatentes motivadas por questões emocionais advindas da propaganda inimiga.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do acima exposto, podemos inferir acerca da complexidade da guerra moderna. Pode-se afirmar, ainda, a relevância das operações psicológicas ou guerra psicológica por meio da propaganda e contrapropaganda, am-

plamente utilizada nos atuais conflitos como a guerra entre Rússia e Ucrânia e a de Israel contra os grupos terroristas Hamas-Hezbollah. Embora os princípios sejam os mesmos, o alcance da tecnologia digital levou a uma maior amplitude destas ações acarretando desinformação para a comunidade internacional e dificuldades para os analistas em prever a duração destes conflitos.

Chama a atenção para o fato de que os impactos desta atividade ao longo da Segunda Guerra Mundial foram sentidos com maior intensidade no Brasil do que propriamente junto ao efetivo da FEB na Itália, cuja tropa inexperiente de início, combatia também contra as dificuldades de adaptação, terreno, clima e frente ao ímpeto do fogo inimigo.

Neste sentido, muitas lições desta guerra foram incorporadas as forças militares brasileiras que até então, desconheciam o poder das operações psicológicas, presente também, como ins-



trumento político dos governos junto a sua população.

## BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Geraldo Batista de. *Caçando espiões: atividades do serviço de contraespionagem da FEB*. Rio de Janeiro: [s.e], 1963.

BRAGA, Rubem. *Crônicas de guerra: com a FEB na Itália*, Diário Carioca. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1964.

BRASIL. Arquivo Nacional (1943). *Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)*. BR\_DFANBSB\_N8\_0\_PSN\_EST\_06\_31\_d0001de0001.PDF, p.229-230/242. Acesso em: 19. dez. 2023.

CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward S. *Manufacturing consent: the political economy of the mass media*. New York: Pantheon, 1988.

CIDADE, Francisco de Paula. *Síntese de três séculos de literatura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

COLETÂNEA L. A Carta Forjada, *Revista da Escola Nacional de*

*Informações*, Brasília, nº 11, Ano I, ago.1997.

COSTA, Marcos Antônio Tavares. *A Censura Postal Militar: a política do Estado Novo na correspondência de guerra da FEB*. I Simpósio do Laboratório de História Política e Social - 70 Anos do Estado Novo, UFJV, Juiz de Fora, ICH, v. I., 2010. Juiz de Fora, p. 1-11. Disponível em: <https://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-7a16.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2023.

FARAGO, Ladislau. *O mundo da espionagem*. Tradução de Almira Guimaraes. Rio de Janeiro: Dinal, 1966.

HILTON, Stanley. *A guerra secreta de Hitler no Brasil: a espionagem alemã e a contraespionagem aliada no Brasil, 1939-1945*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

MORAES, João B. Mascarenhas de. *Memórias do Marechal Mascarenhas de Moraes*, vol. I e II. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

PEREIRA, Fabio da Silva; MOREIRA, Florence Alencar; MESQUITA, Claudia. Por uma ação de feito excepcional na campanha



da Itália: as cartas do aspirante José Jerônimo de Mesquita. *Revista Valore*, v.5 (edição especial), p.162-182, 2021. Disponível em: <https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/773>. Acesso em 3 jan. 2024.

PINHEIRO, José Juarez Bastos. *A Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Ivo Antônio Nunes Comércio de Livros LTDA. 1980.

SILVA, Arlindo. Último Segredo da FEB. A batalha silenciosa da contraespionagem. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, edição de 17 de julho de 1954.

TOTA, Antônio Pedro; MAXIMIANO, Cesar Campiani. FEB: Os pracinhas vão à guerra. In: *Revista National Geographic – Brasil*. Edição especial da Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Editora Abril. Edição 63-A. 2005.

## NOTAS

<sup>1</sup> FARAGO, Ladislau. *O mundo da espionagem*. Tradução de Almira Guimaraes. Rio de Janeiro: Dinal, 1966, p. 292.

<sup>2</sup> CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward S. *Manufacturing consent: the political economy of the mass media*. New York: Pantheon, 1988, p. 341.

<sup>3</sup> A atuação conjunta do DIP com o Departamento de propaganda dos EUA pode ser vista em dois cartazes anteriores. No símbolo da Força Aérea norte-americana nas aeronaves que circulam o Cristo Redentor, na cidade do Rio de Janeiro, e no cartaz irmãos de armas, mostrando dois soldados de ambos os países demonstrando camaradagem.

<sup>4</sup> CIDADE, Francisco de Paula. *Síntese de três séculos de literatura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998, p. 681-682.

<sup>5</sup> HILTON, Stanley. *A guerra secreta de Hitler no Brasil: a espionagem alemã e a contraespionagem aliada no Brasil, 1939-1945*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

<sup>6</sup> COSTA, Marcos Antônio Tavares. *A Censura Postal Militar: a política do Estado Novo na correspondência de guerra da FEB*. I Simpósio do Laboratório de História Política e Social - 70 Anos do Estado Novo, UFJV, Juiz de



---

Fora, ICH, v. I., 2010. Juiz de Fora, p. 1-11. Disponível em: <https://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-7a16.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2023.

<sup>7</sup> O documento de desinformação foi elaborado pela Coordenação de Segurança Britânica (BSC) sob a direção do canadense, William Stephenson, em conjunto com o FBI que assumiu a coautoria da farsa anos após o término da Guerra.

<sup>8</sup> COLETÂNEA L. A Carta Forjada, *Revista da Escola Nacional de Informações*, Brasília, nº 11, Ano I, ago.1997.

<sup>9</sup> COSTA, op.cit., p. 4.

<sup>10</sup> A censura postal é uma atividade recorrente nas guerras. Ao longo da 1ª Guerra Mundial, os censores militares norte-americanos receberam cerca de 31 milhões de cartas das quais mais de seis milhões foram examinadas. No decorrer da Segunda Guerra Mundial foram encaminhados aos censores postais britânicos 800 milhões de cartas das quais mais de dois milhões tiveram de ser submetidas a alguma análise. Nos EUA, milhares trabalharam no Departamento de Censura, a examinar milhões de correspondências de soldados vindas da Europa. Cf. Farago, op.cit..

<sup>11</sup> PEREIRA, Fabio da Silva; MOREIRA, Florence Alencar; MESQUITA, Claudia.

---

Por uma ação de feito excepcional na campanha da Itália: as cartas do aspirante José Jerônimo de Mesquita. *Revista Valore*, v.5 (edição especial), p.162-182, 2021, p. 172. Disponível em:

<https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/773>. Acesso em 3 jan. 2024.

<sup>12</sup> ARAÚJO, Geraldo Batista de. *Caçando espíões: atividades do serviço de contraespionagem da FEB*. Rio de Janeiro: [s.e], 1963, p. 17.

<sup>13</sup> MORAES, João B. Mascarenhas de. *Memórias do Marechal Mascarenhas de Moraes*, vol. I e II. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984, p. 235.

<sup>14</sup> SILVA, Arlindo. Último Segredo da FEB. A batalha silenciosa da contraespionagem. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, edição de 17 de julho de 1954, p. 9.

<sup>15</sup> ARAÚJO, op.cit., p. 14.

# RESENHA

## Para além da Campanha da Itália

Wilson de Oliveira Neto <sup>a</sup>

**LATFALLA, Giovanni. *Segunda Guerra Mundial: Propostas para o emprego de tropas do Brasil*. Juiz de Fora: Editar editora, 2022.**

Oficialmente, o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial em 31 de agosto de 1942. O envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e do 1º Grupo de Aviação de Caça (1º GAV CA) ao teatro de operações italiano, em meados de 1944, são, possivelmente, os aspectos da participação militar brasileira no conflito mais conhecidos entre o público e com grande visibilidade nos monumentos erguidos no Brasil e na Itália, bem como na indústria cultural.

No entanto, os estudos his-

tóricos publicados, pelo menos, nos últimos dez anos revelaram uma participação militar mais ampla e complexa, especialmente com os Estados Unidos, que desde o início da Segunda Guerra Mundial, procurou garantir uma aliança militar com o Brasil, cuja geografia era estratégica para os planos de defesa continental do governo estadunidense (Latfalla, 2019; Oliveira, 2015).

Giovanni Latfalla é um dos historiadores que estão na vanguarda das novas pesquisas sobre o envolvimento militar brasi-

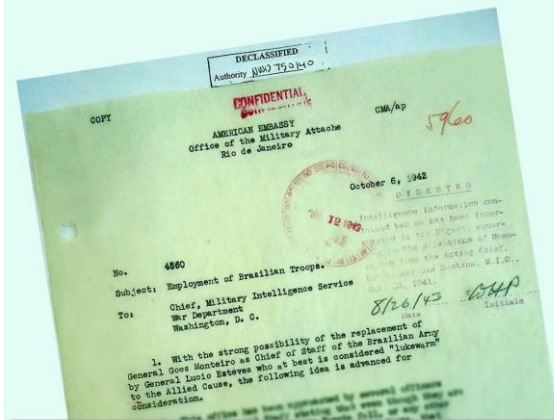
---

<sup>a</sup> Professor, doutor em Comunicação e Cultura.



Giovanni Latfalla

## SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: PROPOSTAS PARA O EMPREGO DE TROPAS DO BRASIL



leiro com a Segunda Guerra Mundial e da formação de uma aliança militar com os Estados Unidos. Em seu livro de estreia, o autor abordou o processo de alinhamento militar brasileiro junto aos EUA, de 1939 a 1943, com a hipótese de que se o governo brasileiro “estivesse em uma posição de alinhamento

automático com as demandas estadunidenses, então o processo de negociação não teria sido marcado por tantas dificuldades e desconfianças” (Latfalla, 2019, p. 1).

Através da revisão da literatura publicada até então e da leitura de documentos inéditos sob a guarda de arquivos no Brasil e no exterior, a hipótese do autor se tornou uma Tese que questionou a leitura vigente de que a aproximação entre

brasileiros e estadunidense ocorreu sem grandes crises e quebras de compromissos, tal como em autores de outrora, a exemplo de Gerson Moura (1979; 1991).

O livro *Segunda Guerra Mundial: propostas para o emprego de tropas do Brasil*, lançado em 2022, pode ser considerado um aprofundamento do trabalho



publicado pelo autor em sua estreia. Nele, Latfalla (2022) reuniu e analisou todas as propostas feitas ao governo brasileiro – aceitas ou não – para o emprego de suas forças armadas dentro e fora do continente americano, durante a Segunda Guerra Mundial e mesmo antes da entrada do Brasil no conflito. O longo de sete capítulos, o autor revisou o que já foi escrito de forma esparsa sobre o tema, além de buscar uma documentação nacional e internacional inédita que resultou em uma síntese que reforça a tese da importância estratégica do Brasil para os planos de guerra dos Estados Unidos e de como que esse “lugar” ocupado no planejamento militar americano gerou inúmeros convites para que o governo brasileiro participasse de missões em lugares como o Suriname (antiga Guiana Holandesa) e o arquipélago dos Açores.

O início da Segunda Guerra Mundial na Europa, em 1939, fez com que o governo dos Estados Unidos começasse seus prepara-

tivos para esse conflito. Entre outros fatos, o Brasil foi considerado um país estratégico nos planos de defesa continental dos estadunidenses. Nessas circunstâncias, foram iniciados os primeiros contatos oficiais para a formação de uma aliança militar com o governo brasileiro. Para o Brasil, a aliança seria um bom negócio, na medida em que seu comando militar estava preocupado com a obsolescência dos seus recursos. Uma aliança com os EUA poderia ser uma oportunidade para reequipar as forças armadas.

Nesse pano de fundo, surgiram as propostas para o emprego de tropas do Brasil dentro e fora das Américas. O primeiro emprego de tropas brasileiras no contexto da Segunda Guerra Mundial ocorreu na primeira metade de 1942, com as relações diplomáticas entre o Brasil e as potências do Eixo já rompidas. Na ocasião, houve o deslocamento de um pequeno contingente para a ilha de Trindade, que foi declarada zona militarizada em



janeiro daquele ano. Contudo, a grande preocupação dos Estados Unidos era o arquipélago de Fernando de Noronha, cuja defesa era precária e, no caso de uma ocupação inimiga, poderia servir de trampolim para ataques contra o Nordeste. Fernando de Noronha foi a vanguarda na defesa do teatro de operações nordestino, sendo ocupado por um Destacamento Misto, formado por efetivos do Exército e da Marinha. Com o sucesso da Operação Tocha no norte da África, a partir de junho de 1943, houve a redução do contingente em Fernando de Noronha, sendo o retorno das últimas tropas lá estacionadas em maio de 1944.

Outros lugares da América do Sul também estavam nos planos dos EUA. Apesar da existência de uma zona neutra, a ameaça do Eixo contra a segurança das Américas era considerada real e, no começo da década de 1940, os Estados Unidos não tinham condições de salvaguardarem sozinhos o continente. Na América do Sul, a Guiana Francesa e o

Suriname provocaram preocupações nos Estados Unidos, especialmente, pelas ocupações alemãs da França e da Holanda e seus governos colaboracionistas, pelos recursos naturais existentes nesses lugares e pela passagem de um corredor aéreo que ligava à Zona do Canal do Panamá. Assim, em 30 de setembro de 1942, após diversas negociações envolvendo os governos dos EUA e da Holanda no exílio, foi iniciada a Missão Militar Brasileira em Paramaribo, capital do Suriname. A missão seguinte ocorreu na Guiana Francesa e ficou conhecida como Missão Caiena, iniciada em 25 de abril de 1943 e que durou treze dias, sob a justificativa da segurança amazônica.

Antes dessas Missões, em agosto de 1941, o governo brasileiro recebeu um convite para integrar as tropas estacionadas em Porto Rico. O convite não foi aceito por razões de ordem econômica. Contudo, o contexto desse convite deu origem a um fato inusitado: a formação de uma legião latino-americana, compos-





ta por voluntários argentinos, paraguaios, uruguaios e brasileiros, que lutaria entre os aliados. A proposta foi apresentada ao governo brasileiro pelo jornalista e empresário Assis Chateaubriand, proprietário dos *Diários Associados*. Aliás, como é possível constatar em Ricardo Bonalume Neto (1996), após a entrada do Brasil na guerra, Chateaubriand promoveu diversas campanhas de cunho patriótico.

Latfalla (2022) deixa claro que a proposta da legião latino-americana não partiu do governo brasileiro, muito menos teve seu apoio. Chateaubriand tomou um balde de água fria do general Dutra e do próprio presidente Vargas, que encerrou o assunto.

Até sua entrada na guerra, os EUA auxiliaram o Reino Unido por meio do emprego de tropas em pontos estratégicos do globo para ambos os países. No Plano de Defesa do Hemisfério Continental nº 2, surgiram preocupações com as ilhas dos Açores e Cabo Verde. Nesse contexto, em maio de 1941, o governo estadu-

nidense convidou o Brasil para enviar uma força simbólica para ocupar os Açores. Em julho daquele ano, a proposta foi oficializada, porém, sendo tratada de fato somente em janeiro de 1943, no encontro entre Roosevelt e Vargas, em Natal, no Rio Grande do Norte. Ainda em 1943, o governo português autorizou os aliados a usarem os Açores como base militar, interrompendo a rota marítima que fornecia tungstênio para a Alemanha. A colaboração de Portugal encerrou o caso e tornou desnecessária a presença de tropas brasileiras.

O ingresso do Brasil no conflito, em 31 de agosto de 1942, estreitou a cooperação militar com os Estados Unidos. O emprego de tropas brasileiras fora do continente americano, algo previsto do Termo de Ajuste da Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, assinado em 1941, começou a ser visto de forma mais séria pelas autoridades americanas e brasileiras. A esse respeito, Latfalla (2022)



produziu uma cronologia de menções que ajudam o leitor a compreender as circunstâncias em que a FEB foi criada e enviada ao teatro de operações do mar Mediterrâneo, em meados de 1944. Tudo começou em 1º de setembro de 1942, quando Nelson Rockefeller sugeriu ao general Eurico Gaspar Dutra, na época, ministro da Guerra, o envio de uma força terrestre brasileira ao norte da África. No mesmo mês, o adido militar dos EUA no Brasil, Claude Adams propôs ao Secretário Frank Knox um contingente simbólico, composto por 5 a 12 mil homens. Em dezembro seguinte, foi a vez do representante brasileiro na Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, general Leitão de Carvalho, ser sondado pelo governo americano sobre um possível emprego de tropas brasileiras.

Para Latfalla (2022), a partir do final de 1942 ficou mais certa a ideia de um possível emprego de tropas brasileiras fora da América. Assim, em 31 de dezembro daquele ano, o General

Dutra iniciou os preparativos para uma futura força expedicionária. Porém, foi um longo caminho até a FEB, em um choque constante entre expectativa e realidade. Pois, além dos britânicos e estadunidenses não estarem muito a fim, os “entendimentos foram lentos e difíceis, principalmente, quanto a composição da tropa que formaria a FEB” (Latfalla, 2022, p. 215).

Não se sabia ao certo onde e, principalmente, o que a tropa brasileira faria no exterior. A partir de 1943, a FEB foi criada e, finalmente, ficou claro onde que ela seria empregada. Segundo Latfalla (2022), desde maio de 1943, sabia-se que a FEB poderia ser empregada em qualquer ponto do teatro de operações do mar Mediterrâneo e que, antes da sua introdução na frente de combate, ela passaria por um período de treinamento no norte da África. Contudo, uma razão de ordem tática fez com que os americanos, à revelia dos brasileiros, mudassem os planos: “o grande número de mortos no desembarque de



Ânzio e o avanço para Roma. Além disso, os Aliados estavam desfalcados do Corpo Expedicionário Francês que partiu para a invasão do sul da França”, releva Latfalla (2022, p. 255). O autor deixa claro que o governo brasileiro não tomou parte dessa decisão, que se revelou um grande erro, porque comprometeu o desempenho inicial da FEB e gerou críticas documentadas contra a tropa pelos oficiais de ligação do *US Army*, que a partir da década de 1980, contribuíram com uma narrativa brancaleônica sobre a FEB, expressa, principalmente, pelo livro, hoje datado, do jornalista William Waack (1985), *As duas faces da glória*.

Embora a chegada dos primeiros efetivos da FEB à Itália tenha atenuado o desfalque de tropas aliadas naquele país, as coisas não começaram bem para ela. Inicialmente, existiram muitos problemas de abastecimento, uma vez que a prioridade do *Peninsular Base Section* era o VII Exército, não o V ao qual a FEB foi subordinada. E, aí, reside um

dos méritos do livro de Latfalla (2022): deixar claro, de forma documentada, que, muitos dos problemas iniciais da FEB foram frutos de decisões erradas do comando militar americano, não da incompetência brasileira.

Encerrada a guerra na Europa, em 8 de maio de 1945, a FEB foi sondada informalmente para se tornar parte das tropas aliadas de ocupação da Áustria. No contexto de transferência do V Exército dos Estados Unidos para aquele país, seu comandante, o general Mark Clark mencionou, informal e sigilosamente, ao comandante da FEB a possibilidade de a tropa brasileira participar dessa missão. Para o general americano, o contingente brasileiro viria a calhar, na medida em que o governo dos EUA não estava disposto a manter mobilizado na Europa o seu contingente de guerra. Na ocasião, o general Mascarenhas prometeu pensar no assunto.

Contudo, em um ofício de 27 de fevereiro de 1945, destinado ao general Dutra, o general Mas-



carencias listou suas razões para que a FEB não se tornasse uma tropa de ocupação. Até onde é possível saber, essa é a única fonte primária existente sobre o assunto e, tal como Frank McCann (1995), Latfalla (2022), após refutar os argumentos apresentados pelo comandante da FEB, reconheceu que a recusa brasileira em participar da ocupação militar da Áustria prejudicou a diplomacia do Brasil no pós-guerra, uma vez em que o país deixou de ser considerado um parceiro militar e político com o qual os Estados Unidos poderiam contar. Não se sabe se Vargas soube da sondagem feita pelo general Mark Clark, muito menos da reposta do general Dutra. Contudo, Latfalla (2022) informa que o governo britânico tinha conhecimento do assunto e da defesa pelo Itamaraty da tese de que o Brasil deveria exercer hegemonia política na América do Sul e de se destacar no cenário político internacional, em que uma participação como tropa de

ocupação na Áustria seria útil para esses objetivos.

Curiosamente, o governo brasileiro, após o término da Segunda Guerra Mundial na Europa, em 8 de maio de 1945, aguardou um convite dos Estados Unidos para declarar guerra contra o Japão. Segundo Latfalla (2022), na ocasião, o Itamaraty informou que se o convite fosse feito, o Brasil aceitaria e declararia estado de beligerância contra o Japão. Porém, os Estados Unidos não tinham interesse no envio de uma tropa brasileira ao teatro de operações do Pacífico, devido a um conjunto de razões, entre as quais envolveram transporte e retreinamento da tropa para um ambiente completamente diferente da Itália. Além disso: “Não pode ser descartada a impressão deixada pelo Brasil ao não aceitar o convite para participar da ocupação da Áustria” (Latfalla, 2022, p. 314).

No máximo, poderia ocorrer uma participação simbólica da Força Aérea Brasileira (FAB) nos céus do Pacífico. Nada mais.



Mesmo assim, em 6 de junho de 1945, o governo brasileiro declarou guerra contra o Japão, por meio do Decreto n. 18.811. A “atuação brasileira ficou restrita a esta declaração de guerra e nenhuma unidade militar atuou na área do Pacífico” (Latfalla, 2022, p. 316).

A declaração de guerra contra o Japão é um fato desconhecido entre o público brasileiro. Ele não aparece nos livros didáticos de história que os estudantes da Educação Básica estudam. Porém, ele é um fato importante para a compreensão das intenções da política externa do Brasil no pós-guerra, além de assinalar o fim da participação do país na Segunda Guerra Mundial, que foi encerrada definitivamente em 2 de setembro de 1945, com a rendição incondicional do Japão. A participação militar brasileira foi, principalmente, por meio da FEB e do 1. GAV CA, na Campanha da Itália, entre meados de 1944 e maio de 1945.

Contudo, o envolvimento com a guerra foi muito além,

sendo iniciado mesmo antes da entrada formal do Brasil no conflito, em agosto de 1942. O livro *Segunda Guerra Mundial: propostas para o emprego de tropas do Brasil* enriqueceu o entendimento da historiografia e dos historiadores sobre o assunto e, sem sombra de dúvidas, pode ser considerado um dos novos clássicos acerca da história do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

## BIBLIOGRAFIA

BONALUME NETO, Ricardo. *A nossa Segunda Guerra: os brasileiros em combate, 1942-1945*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.

LATFALLA, Giovanni. *Relações militares Brasil-EUA 1939/1943*. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

McCANN, Frank D. *Aliança Brasil-Estados Unidos 1937 – 1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935-1942*. Rio de



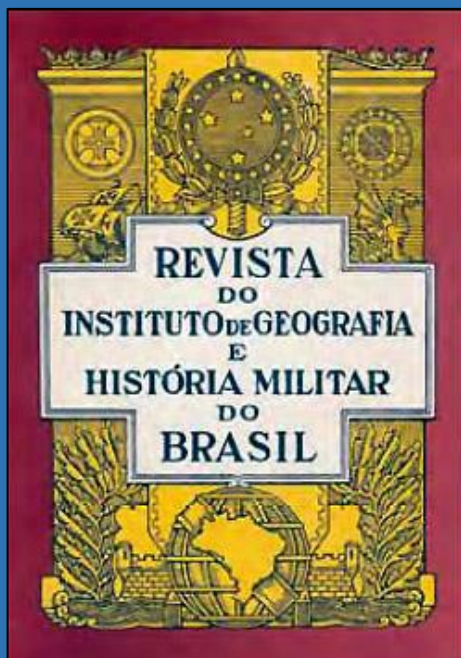
Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979.

MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

OLIVEIRA, Dennison de. *Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Curitiba: Juruá, 2015.

WAACK, William. *As duas faces da glória: a FEB vista pelos seus aliados e inimigos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

**REVISTA DO  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA  
E HISTÓRIA MILITAR  
DO BRASIL**



**ANO: 83 N° 113 1° SEM. 2024**

**ISSN: 0020-3890**